

INDICADORES ECONÔMICOS DO CEARÁ 2019



Alexandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Daniel Cirilo Suliano
José Freire Júnior
Nicolino Trompieri Neto
Paulo Araújo Pontes
Rogério Barbosa Soares
Witalo de Lima Paiva

CRISE E RETOMADA DO CRESCIMENTO

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário (respondendo)

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário Executivo de Gestão

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

Diretoria Responsável:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Organização:

Alexandre Lira Cavalcante

Autores:

Rogério Barbosa Soares - Panorama Econômico Nacional

Nicolino Trompieri Neto - Contas Regionais

Ana Cristina Lima Maia - Agronegócio e Comércio Exterior

José Freire Júnior - Comércio Exterior

Witalo de Lima Paiva - Indústria de Transformação

Daniel Cirilo Suliano - Estrutura Produtiva do Setor de Serviços

Mercado de Trabalho

Alexandre Lira Cavalcante - Estrutura Produtiva do Setor de Comércio

Paulo Araújo Pontes - Situação Fiscal do Ceará

Indicadores Econômicos do Ceará 2019

IPECE, 2019 - Fortaleza - CE

Autores: Alexandre Lira Cavalcante, Daniel Cirilo Suliano, Witalo de Lima Paiva, Nicolino Trompieri Neto, Paulo Araújo Pontes, Cristina Lima, José Freire Júnior, Rogério Soares.

ISBN: 978-65-990380-0-6

1 - Ceará. 2 - Economia. 3 - Indicadores Econômicos. 4 - Agricultura, indústria e serviços. 5. Comércio Exterior. 6 – Mercado de Trabalho.

Tiragem: 1.000 exemplares. 98 páginas.: graf. tabs.

Copyright © 2019 - IPECE

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta a sétima edição do Livro Indicadores Econômicos do Ceará 2019. Esta nova publicação aborda o desempenho da economia cearense entre os anos de 2014 a 2017, ampliando o leque de produtos e a disponibilidade de informações oferecidas à sociedade. No presente documento faz-se uma análise do período de entrada na crise e a retomada do crescimento econômico.

Como na edição anterior, o livro traz uma avaliação de indicadores selecionados para os grandes setores econômicos, Agricultura, Indústria e Serviços, além de análises sobre as contas regionais, o mercado de trabalho e o comércio exterior.

O Livro Indicadores Econômicos do Ceará 2019 permite uma avaliação de curto e médio prazo para economia cearense a partir dos indicadores selecionados. Análises detalhadas são realizadas para cada um dos setores e áreas abordadas, respeitando a seguinte ordem: Panorama Econômico Nacional, Contas Regionais, Agronegócio, Indústria de Transformação, Estrutura Produtiva do Setor de Serviços, Estrutura Produtiva da Atividade de Comércio, Comércio Exterior, Mercado de Trabalho e Situação Fiscal do Estado do Ceará. Por fim, têm-se as considerações finais.

Os dados utilizados são em sua maior parte originários de fontes oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e Ministério do Trabalho (MTb), Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), dentre outras que serão apresentadas ao longo do texto.

Com mais esta obra, dedicada à sociedade cearense, o IPECE cumpre sua missão contribuindo para uma correta leitura da realidade estadual e para um melhor conhecimento dos avanços conquistados nos últimos anos e dos obstáculos que ainda desafiam o Ceará em sua trajetória de desenvolvimento. Boa leitura!

João Mário Santos de França
Diretor Geral do IPECE

Sumário

1. PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL.....	6
1.1. Introdução.....	6
1.2. Desempenho da Atividade Econômica Nacional.....	7
1.3. Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica de Despesa.....	9
1.4. Dinâmica dos Preços ao Consumidor.....	11
1.5. Taxa Básica de Juros Selic.....	12
1.6. Evolução da Taxa de Câmbio.....	13
2 CONTAS REGIONAIS	15
2.1 O Produto Interno Bruto	15
3 AGROPECUÁRIA.....	20
3.1 Produção Agrícola	20
3.1.1 Principais Produtos Agrícolas do Ceará.....	23
3.2 Produção Pecuária	29
3.3 Produção de Pesca e Aquicultura.....	32
4 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	34
4.1 Introdução	34
5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS.....	42
5.1 Introdução	42
5.2. Comportamento dos Segmentos de Serviços Não Financeiros	43
5.3 Mercado de Trabalho e Serviços Empresariais Não Financeiros	45
6 ESTRUTURA PRODUTIVA DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO.....	52
6.1. Introdução.....	52
6.2 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País.....	52
6.2.1 Número de Unidades Locais com Receita de Revenda	54
6.2.2 Receita Bruta de Revenda de Mercadorias.....	56
6.2.3 Margem de Comercialização em Empresas Comerciais	57
6.2.4 Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais.....	58
6.2.5 Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais	60
6.3 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará.....	61
6.4 Análise da Estrutura Produtiva por Atividades das Empresas de Comércio Cearense	62

7 COMÉRCIO EXTERIOR.....	65
7.1 Balança Comercial.....	65
7.2 Exportações.....	67
7.3 Importações.....	70
8 MERCADO DE TRABALHO.....	74
8.1 Introdução.....	74
8.2 Contextualizando a Crise Econômica Nacional no Mercado de Trabalho.....	74
8.3 Movimento da Dinâmica Demográfica e da Oferta de Trabalho.....	75
8.4. Ciclo de Negócios e a Desocupação.....	78
8.5. Evolução do Desemprego.....	80
9 SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO CEARÁ.....	82
9.1 Introdução.....	82
9.2 Receitas Orçamentárias.....	82
9.3 Despesas Orçamentárias.....	86
9.4 Indicadores da LRF.....	89
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	96
ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo.....	98

1. PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL

Rogério Barbosa Soares¹

1.1. Introdução

O cenário macroeconômico mundial entre 2014 e 2017 demonstra que o desempenho da economia global vem apresentando taxas positivas de crescimento em torno de 3,4% ao ano, chegando ao patamar de 3,7% em 2017. Neste mesmo período o Produto Interno Bruto (PIB) dos países emergentes e em desenvolvimento apresentaram um crescimento acima de 4,3% ao ano, tendência também acompanhada pelas economias desenvolvidas, porém com uma taxa de crescimento mais modesta, crescendo acima de 1,5% ao ano, reflexo da retomada de crescimento das economias dos Estados Unidos, Reino Unido, Índia, Japão e a China (Tabela 1.1.) (FMI, 2019).

Já no caso dos países da América Latina e Caribe, estes apresentaram uma desaceleração econômica entre 2014 e 2016, sendo que no ano de 2017 estas economias apresentaram uma retomada de crescimento, embora com fraco desempenho ficando um pouco acima de 1% (Tabela 1.1.) (IPEA, 2019; IBGE, 2019).

Tabela 1.1 - Produto Interno Bruto (PIB) mundo, 2014 a 2017.

Países	Média 2012-2014	2015	2016	2017
Mundo	3,40	3,40	3,20	3,70
Economias desenvolvidas	1,50	2,10	1,70	2,30
Países emergentes e em desenvolvimento	4,90	4,30	4,40	4,70
América Latina e Caribe	2,40	0,10	-0,70	1,30
Oriente Médio e Norte da África	3,30	2,70	4,90	2,20
Brasil*	1,30	-3,50	-3,30	1,30
Índia	6,30	8,00	7,10	6,70
China	7,70	6,90	6,70	6,90
Estados Unidos	2,30	2,60	1,50	2,20
Reino Unido	1,60	2,20	1,90	1,70
Japão	1,00	1,10	0,90	1,70

Fonte: FMI, 2019; *IBGE, 2019.

Dentro desta conjuntura econômica internacional, a atividade econômica brasileira seguiu em uma posição de retração dos países da América Latina entre os anos de 2014 a 2016, com taxas negativas de crescimento do PIB, fechando o ano de 2016 com uma queda de -3,6% no PIB nacional (Gráfico 1.1), reflexo ainda da forte recessão que teve início em 2014, o PIB do Brasil em 2016 apresentou uma taxa negativa de crescimento nos anos de 2015 e 2016, de -3,5% e -3,3%, respectivamente. Sendo que em 2017, a economia brasileira começou a apresentar sinais de recuperação, com uma taxa de crescimento de 1,3%.

¹ Mestre em Economia Rural (MAER) e Doutorando em Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Ceará e Técnico da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

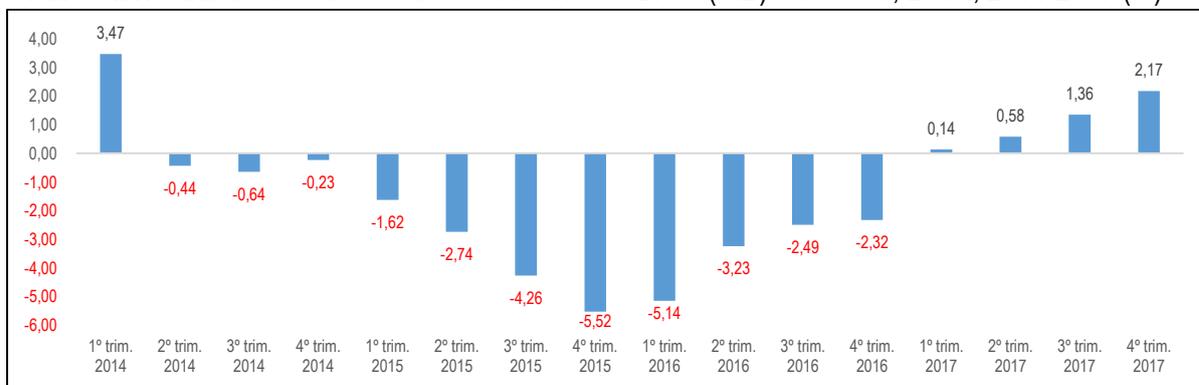
1.2. Desempenho da Atividade Econômica Nacional

Entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016, a economia brasileira acumulou uma sequência de taxas negativas de crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB) trimestral (Gráfico 1.1). Esse ciclo econômico recessivo vivenciado pela economia nacional está associado a baixa taxa de ocupação da mão-de-obra brasileira, altas taxas de inflação, aumento das taxas de juros, redução no consumo das famílias e na formação bruta de capital fixa, baixos níveis da produtividade do trabalho, desequilíbrio fiscal que gerou deterioração das contas públicas.

Quanto ao déficit primário do setor público brasileiro acumulado entre os anos de 2014 a 2017, refletem o desequilíbrio e a deterioração de suas contas públicas devido tanto a fatores de ordem governamental como econômica. Entre esses fatores, podemos citar o aumento dos gastos públicos obrigatórios, ligados à previdência pública e assistência às famílias por meio de programas como o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento, aliados à uma redução das receitas devido à desonerações tributárias que teve como objetivo no sentido de estimular o consumo privado, impulsionar o investimento e promover a produção nacional, por meio de anistias, remissões, subsídios, créditos fiscais, isenções, redução de alíquotas ou base de cálculo.

Em 2017, o Governo Federal visando amenizar os impactos negativos do desequilíbrio de suas finanças públicas, buscou reequilibrar suas receitas e despesas, por meio da redução de gastos públicos e aumento da arrecadação com iniciativas de ajuste fiscal impopulares como corte de pessoal, custeio e investimentos. O principal objetivo desse ajuste fiscal, pelo lado da redução das despesas governamentais, foi o de que estabilizar e reduzir a dívida, bem como reduzir os prêmios de risco aumentando o grau de confiança dos agentes econômicos, necessários para a retomada do crescimento da economia.

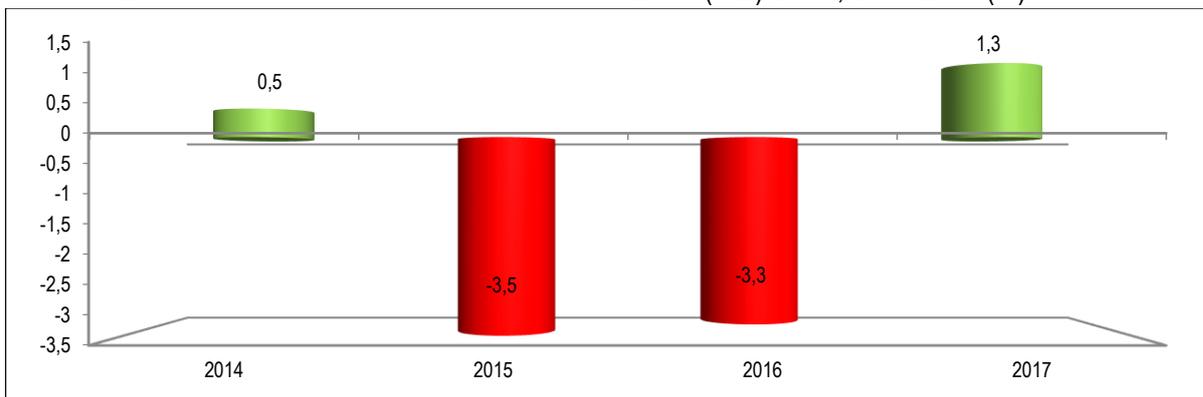
Gráfico 1.1: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Trimestral, Brasil, 2014-2017 (%)



Fonte: IBGE e IPECE.

Conforme registros do IBGE, o Brasil só vivenciou um período de dois anos consecutivos com taxas negativas do PIB, como o ocorrido nos anos de 2015 e 2016, nos anos de 1930 e 1931, quando os recuos foram de 2,1% e 3,3%, respectivamente (Gráfico 1.1). No ano de 2015, o desempenho negativo da economia neste ano foi devido aos setores da Indústria (-5,8%) e dos Serviços (-2,7%), sendo que o setor da Agropecuária apresentou um crescimento de 3,3% em relação a 2014. Já o ano de 2016, o resultado negativo da taxa de crescimento do PIB foi puxado por queda de produção nos três setores: agropecuária (-5,2%), indústria (-4,6%) e serviços (-2,3%) (IBGE, 2019).

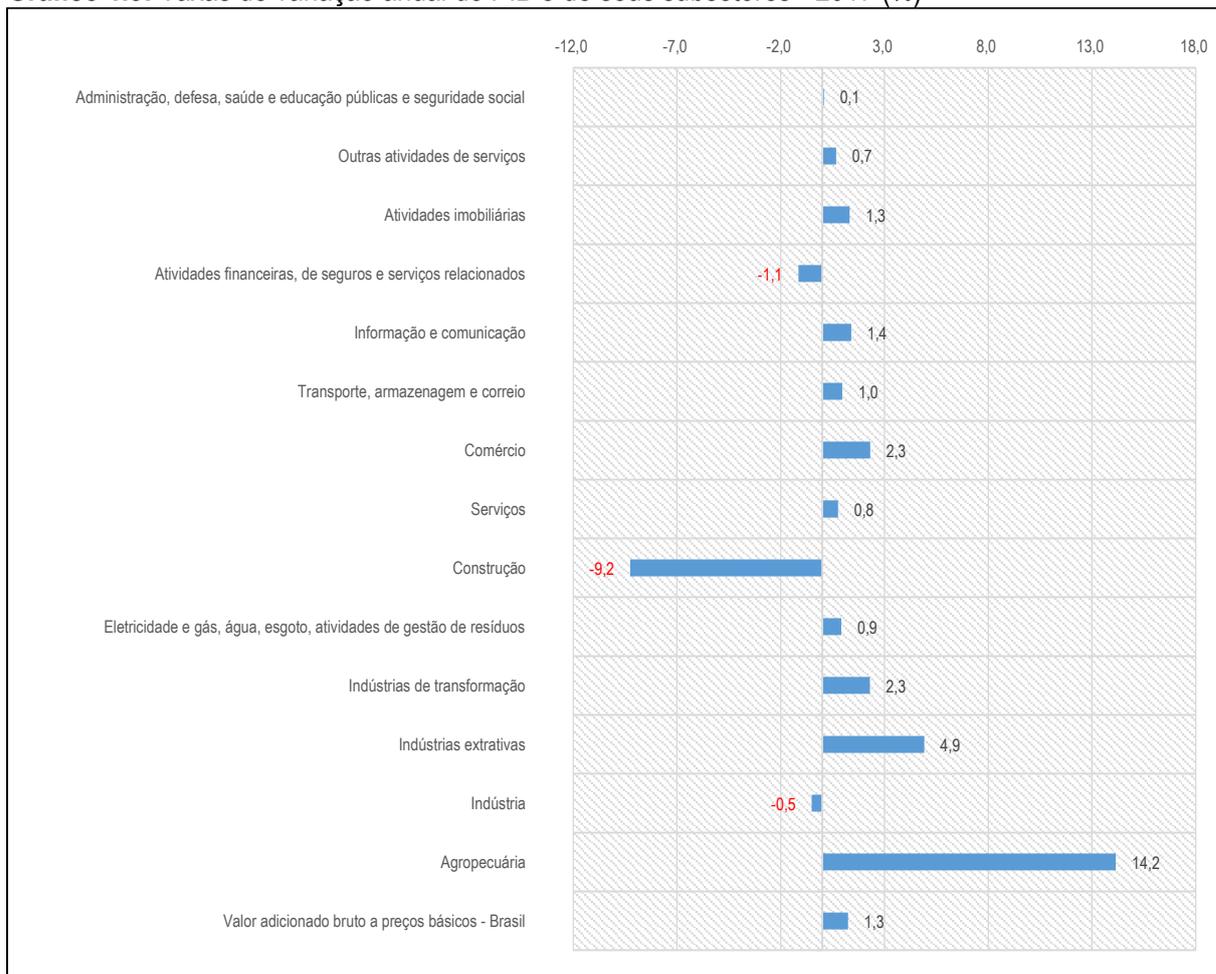
Gráfico 1.2: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Brasil, 2014-2017 (%)



Fonte: IBGE e IPECE.

No que se refere ao ano de 2017, conforme os dados publicados pelo IBGE, o Produto Interno Bruto - PIB do Brasil apresentou uma leve retomada de crescimento, com uma taxa positiva de 1,3%, após acumular 6,7% de queda no biênio 2015-2016. Esse crescimento positivo em 2017, se deu pelo crescimento do setor Agropecuário de 14,2% e pelo crescimento de 0,6% do setor de Serviços. Já o setor da indústria, neste ano, apresentou uma contribuição negativa de -0,1% (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3: Taxas de variação anual do PIB e de seus subsetores - 2017 (%)

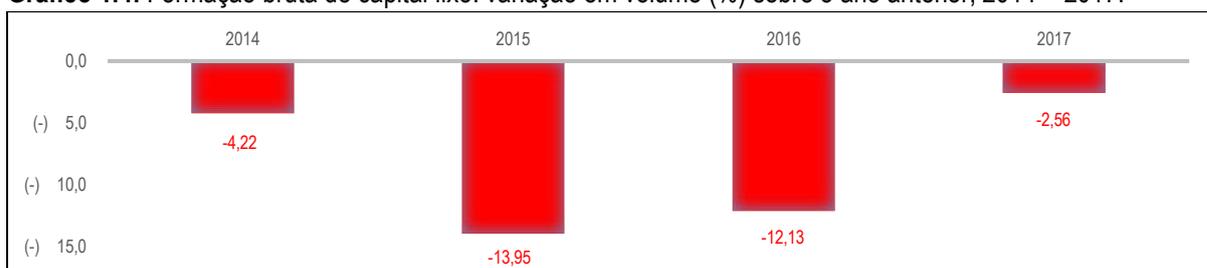


Fonte: IBGE, 2019.

1.3. Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica de Despesa

Analisando o PIB de 2017 pela ótica da despesa, verificou-se que a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou uma queda de 2,6% em 2017 com relação a 2016, acumulando uma contração de 16,5% entre 2014 e 2017, tendo em vista a ocorrência de queda nas importações de bens de capital e ao desempenho negativo da construção civil influenciado pela redução da demanda por imóveis e crescimento do estoque destes no mercado imobiliário (Gráfico 1.4). Vale salientar que apesar destes resultados negativos, a Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil vem apresentando quedas cada vez menores ao longo dos últimos anos. Essa recuperação gradativa foi devido ao aumento da produção interna de bens de capital (IBGE, 2019; Banco Central, 2019).

Gráfico 1.4: Formação bruta de capital fixo: variação em volume (%) sobre o ano anterior, 2014 – 2017.



Fonte: IBGE/SCN, 2019.

Quanto à Despesa de Consumo das Famílias em 2017, segundo dados do IBGE, houve crescimento de 1,3% após 2 anos seguidos de queda, 2015 (-3,8%) e 2016 (-3,2%). Entre os fatores que contribuíram para esse crescimento do consumo das famílias em 2017, destacam-se os artigos de residência (7,3%), comunicação (3,9%) e alimentação e bebidas (3,3%), reforçados por uma retração da inflação e da taxa básica de juros, acesso à crédito mais barato, redução do desemprego e melhoria da produtividade do trabalho e aumento da massa salarial (IBGE, 2019).

Na conta de Despesa do Consumo do Governo, por sua vez, houve uma queda de 0,7% em 2017 em relação a 2016, acompanhando o histórico de redução de despesas desde 2015, com queda de 1,1% no quarto trimestre de 2015 e queda de 0,6% no quarto trimestre de 2017 (IBGE, 2019).

Quadro 1.1: Principais resultados para o PIB segundo as óticas da produção e da despesa, 4º Trim./2015 – 4º Trim./2017

Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior (%)		2015 IV	2016 I	2016 II	2016 III	2016 IV	2017 I	2017 II	2017 III	2017 IV
PIB a preços de mercado		-3,80	-5,40	-4,50	-4,00	-3,50	0,00	0,20	0,60	1,00
Ótica da Produção	Valor Adicionado bruto da agropecuária	3,60	-8,30	-7,30	-6,90	-4,30	18,50	16,70	14,50	13,00
	Valor Adicionado bruto da indústria	-6,30	-7,00	-5,00	-4,30	-4,00	-1,00	-1,50	-0,90	0,00
	Valor Adicionado bruto dos serviços	-2,70	-3,50	-3,10	-2,80	-2,60	-1,60	-0,90	-0,20	0,30
Ótica da Despesa	Despesa de consumo das famílias	-3,90	-5,80	-5,30	-4,70	-4,30	-1,70	-0,50	0,40	1,00
	Despesas de consumo do governo	-1,10	-0,80	-0,60	-0,70	-0,10	-0,50	-0,60	-0,60	-0,60
	Formação bruta de capital fixo	-13,90	-17,30	-13,10	-11,60	-10,30	-3,70	-5,20	-3,60	-1,80
	Exportação de bens e serviços	6,30	12,70	7,90	5,20	1,90	1,80	2,10	4,00	5,20
	Importação de bens e serviços	-14,10	-21,50	-16,00	-13,10	-10,20	9,80	3,00	3,90	5,00

Fonte: IBGE.

* Resultados apresentados pelas Contas Nacionais Trimestrais.

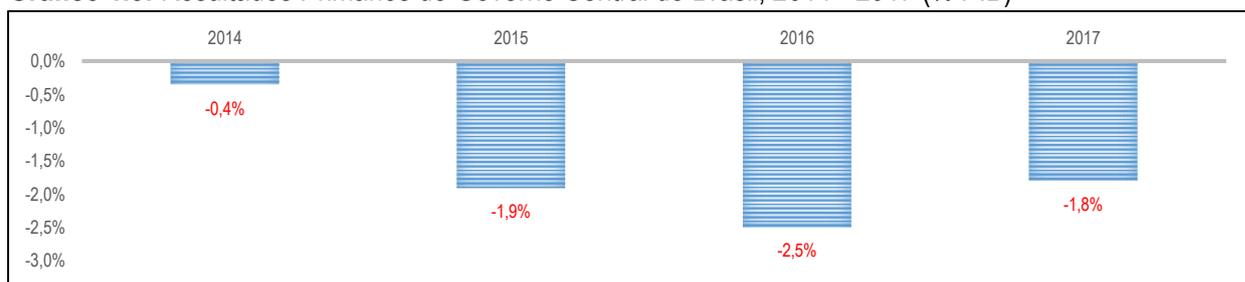
Analisando o setor externo brasileiro de 2017, verificou-se que as Exportações de Bens e Serviços apresentou um crescimento de 5,2% em relação ao ano de 2016, quanto as Importações de Bens e Serviços estas também apresentaram crescimento de 5,0% (IBGE, 2017). Entre os Bens e Serviços que tiveram destaque nas exportações brasileiras em 2017, estão os produtos da: I) Agropecuária: soja, milho, tabaco, café, algodão, carnes; II) Petróleo e gás, Indústria Automotiva e Máquinas e Equipamentos: óleos brutos de petróleo, minérios de ferro, pastas químicas de madeira, ouro, ferro-nióbio, tratores, automóveis, aviões e outros veículos aéreos e consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes. Entre os produtos e serviços da pauta de importações, os Bens e Serviços com maior relevância em 2017, foram: refino de petróleo, materiais eletrônicos e equipamentos de comunicação e vestuário (MDIC, 2019; IBGE, 2019).

Entre as consequência ocasionadas pelo período de resseção vivenciado pelo Brasil entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016, em sua economia, o principal foi a estagnação da estrutura econômica, devido ao aumento de tarifas (preços administrados: energia, telefonia, água, combustível, transporte), aumento de tributos para consumidores e trabalhadores, aumento da inflação e da taxa de desocupação no mercado de trabalho, queda na formação bruta de capital fixo, agravamento do desequilíbrio fiscal, e por uma crise política nacional, fatores estes que refletiram em uma retração no resultado do PIB em volume de -3,5% em 2015 e -3,6% em 2016, que só demonstrou sinais de recuperação em 2017, com um modesto crescimento de 1,3%.

Outra consequência desta crise econômica o aumento do déficit nos Resultados Primários do Governo Central do Brasil, em função da redução da Carga Tributária Bruta, aumento das despesas do setor público federal com programas de governo e déficit da previdência, elevação dos juros pagos e da Dívida Pública, e consequentemente redução dos investimentos públicos e privados.

Entre os anos de 2014 a 2017, o déficit no resultado primário do Governo Central do Brasil foi ampliado entre 2014 e 2017, passando de -0,4%, em 2014, para -1,8%, em 2017. Sendo que o pior resultado foi registrado em 2016, com um déficit de -2,5% do PIB. Ou seja, desde 2014 o Brasil vem apresentando um Resultado Primário deficitário, apesar de em 2017, ter conseguido reduzir o mesmo (Gráfico 1.5) (STN, 2019).

Gráfico 1.5: Resultados Primários do Governo Central do Brasil, 2014 - 2017 (% PIB)



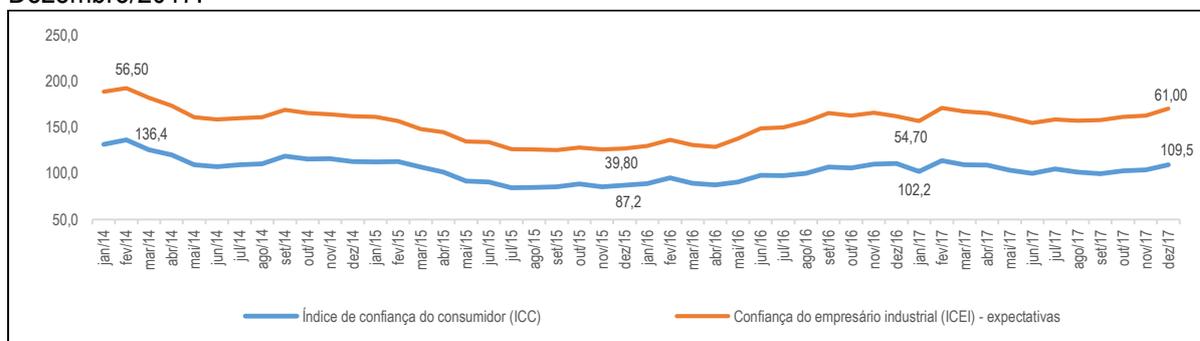
Fonte: STN, 2019.

Essa sequência de Resultados Primários deficitários do Governo Central do Brasil entre 2014 e 2017, é uma das barreiras que precisam ser transpostas para melhorar o ambiente econômicos para a retomada do crescimento. Tendo em vista que estes pioram a dívida pública pelo aumento das taxas de juros, além de gerar pressões inflacionárias e elevação do nível de inadimplência, deteriorado as expectativas tanto dos consumidores quanto do setor privado no que diz respeito ao nível de consumo das famílias e aos investimentos realizados pelos empresários, fazendo com que o recolhimento de impostos e contribuições pelo governo caia.

Quanto ao índice de confiança do consumidor, o período de crise econômica brasileira de 2014 a 2016, corroeu o nível de confiança do consumidor em função de o mercado de trabalho ter apresentado altos níveis de desemprego e salários mais baixos, o que fez com que o consumidor brasileiro reduzisse o consumo de bens e serviços, tanto pelo medo de perder o emprego como pelo medo de ficar endividados, fazendo com estes fiquem mais receosas em realizar gastos, tomar créditos, financiamentos ou assumir prestações que irão comprometer sua renda futura.

Outro fator que também afetou a demanda pelo lado do consumir foram os efeitos de uma política monetária e fiscal restritiva baseada em elevadas taxas de juros e aumento da carga tributária, que deterioraram a renda real do trabalhador (Gráfico 1.6) (CERQUEIRA, 2017). Já no ano de 2017, o índice de confiança do consumidor passou de 102,2 em janeiro para 109,5 no mês de dezembro, pela expansão do mercado de trabalho, melhor acesso a crédito, taxas de juros mais baixas, redução da inflação, o que melhora a renda real do das pessoas, mas o nível de endividamento das famílias ainda é um fator limitante para o consumo.

Gráfico 1.6: Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários Industriais, Janeiro/2014 – Dezembro/2017.



Fonte: Fecomércio – SP, 2019; CNI - Confederação Nacional da Indústria, 2019.

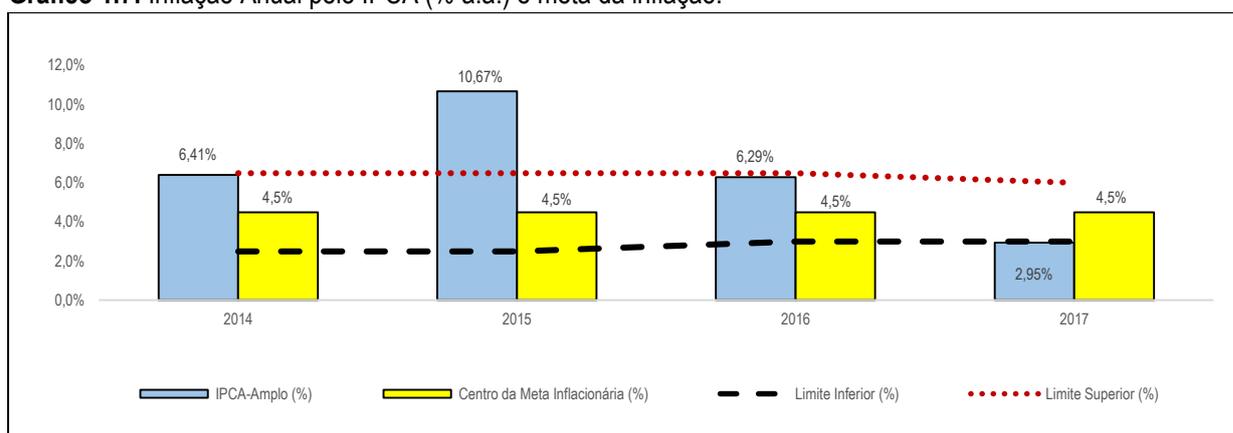
Entre 2014 e 2016, o nível de confiança do empresário industrial, ficou menor, tendo como reflexo baixos níveis de investimentos destinados a ampliação de mercados de atuação, renovação e ampliação dos parques industriais voltados para a produção de bens e serviços, tendo em vista a elevação das taxas de juros, aliado a elevação da carga tributária que corroeu a renda das famílias disponível para o consumo, contribuindo para a elevação dos níveis de estoque e conseqüentemente redução dos lucros auferidos pelas atividades industriais, provocando com isso uma desaceleração do crescimento e estagnação da atividade industrial no País (Gráfico 1.6.).

Desta forma, a contração da demanda interna é reflexo de um cenário em que tanto os consumidores como os empresários reduziram seus níveis de confiança no mercado e na economia nacional. Mas apesar de todos esses fatores negativos que atingiram a economia brasileira entre 2014 e 2016, no ano de 2017, os empresários voltaram a apresentar um maior nível de confiança, vislumbrando melhores condições de negócios, fazendo com que o índice de confiança do empresário industrial passasse de 54,7 em janeiro de 2017 para 61,0 em dezembro do mesmo ano.

1.4. Dinâmica dos Preços ao Consumidor

Conforme o Sistema Nacional de Preços ao Consumidor – SNIPC, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou entre 2014 e 2017 os seguintes níveis de inflação, 2014 (6,41%), 2015 (10,67%), 2016 (6,29%) e 2017 (2,95%). Ressalta-se que em 2017, a inflação registrada pelo IPCA/IBGE foi de 2,95%, ficando, portanto, um pouco abaixo da meta inflacionária estabelecida para este ano, fixada em 3,0%, demonstrando que o país vem conseguindo inflação sob controle (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7: Inflação Anual pelo IPCA (% a.a.) e meta da inflação.



Fonte: IBGE, 2019; BCB, 2019.

A inflação medida pelo IPCA-Amplo para o ano de 2017 foi influenciada, principalmente, pelos seguintes itens que compõem sua cesta de produtos: Educação (7,11%), Produtos e serviços dos grupos Habitação (alta de 6,26%), Saúde e Cuidados Pessoais (alta de 6,52%), Despesas Pessoais (4,39%) e Transportes (alta de 4,10%). Sendo que estes grupos respondem por 83% do IPCA. Ressalta-se que os grupos de Alimentação e Bebidas e Artigos de Residência registraram queda de 1,87% e 1,48%, respectivamente, contribuindo para que a taxa de inflação não fosse mais elevada (Tabela 1.2.).

Tabela 1.2: IPCA - Variação acumulada no ano, segundo o índice geral e os grupos de produtos e serviços.

Índice geral e grupos de produtos e serviços	Variação Acumulada no ano (%)	Peso Mensal (%) Dez/2017
Índice geral	2,95	100,00
Alimentação e bebidas	-1,87	24,55
Habitação	6,26	15,86
Artigos de residência	-1,48	4,00
Vestuário	2,88	5,93
Transportes	4,10	18,14
Saúde e cuidados pessoais	6,52	12,05
Despesas pessoais	4,39	10,96
Educação	7,11	4,84
Comunicação	1,76	3,67

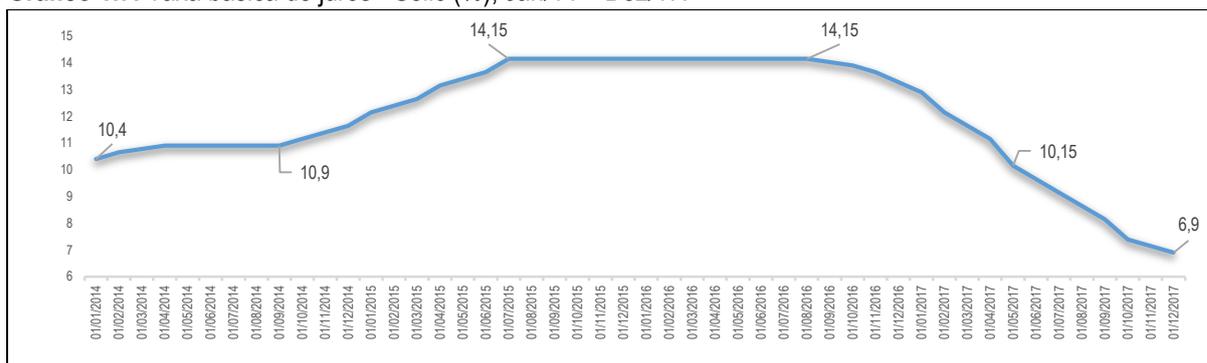
Fonte: IBGE, 2019.

1.5. Taxa Básica de Juros Selic

O principal instrumento do Banco Central para conter as pressões inflacionárias é a taxa básica de juros da economia - Selic, que avançou de 10,4% em janeiro de 2014 para 14,5% em julho de 2015. Esse patamar de 14,15% foi mantido até setembro de 2016, quando o Banco Central começou a reduzir a taxa Selic até chegar a 6,9% em outubro de 2017 (Gráfico 1.7) (Banco Central, 2017).

Conforme Gráfico 1.7, observa-se que durante os anos de 2014, 2015 e 2016, a Taxa básica de juros - Selic foi mantida em níveis mais elevados pelo COPOM, como uma estratégia no controle inflacionário do país, sendo esta, portanto, uma postura conservadora para controlar crédito e consumo visando estabilizar e controlar os níveis de inflação, reduzir as incertezas do mercado para melhorar o ambiente econômico nacional.

Gráfico 1.7: Taxa básica de juros - Selic (%), Jan/14 – Dez/17.



Fonte: BCB, 2019.

OBS.: A taxa Selic Anualizada na base 252 dias é ligeiramente menor do que a taxa SELIC definida nas reuniões do Conselho de Política Monetária – COPOM.

Ainda conforme o Gráfico 1.7, verifica-se que a partir de 2017, a taxa básica de juros – Selic foi sendo reduzida em um ritmo lento até o final de 2017, quando chegou ao seu nível mais baixo. Essa postura é justificada pelo fato de que uma elevação na taxa básica de juros - SELIC, resultaria, mais uma vez, em menor crescimento econômico, já que os investimentos se tornam mais caros à medida que os juros ficam mais elevados, além do fato de que com taxas de juros mais elevadas há uma indução à aplicação em títulos públicos indexados por esta taxa, e com isso há um rebatimento direto quanto ao volume de recursos utilizados para investimentos, pois haverá uma elevação nos custos de captar recursos financeiros para a realização de investimentos e um menor retorno do capital investido.

Outra observação pertinente, é que o estabelecimento da taxa básica de juros - Selic tem por objetivo deixar a inflação próxima ao centro da meta, o que aconteceu nos anos de 2016 e 2017, quando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ficou abaixo das metas estabelecidas.

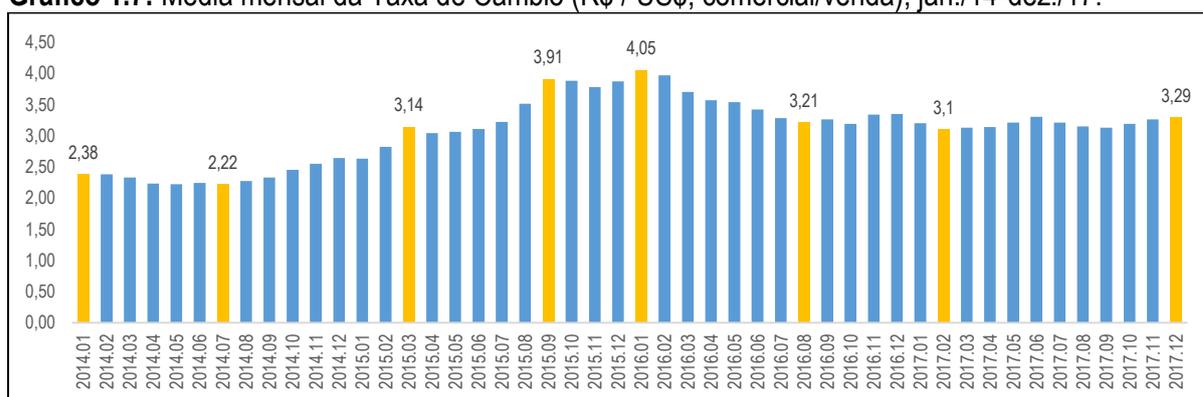
Conforme Instituto de pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, a inflação no Brasil vem caindo mais lentamente que o esperado tendo em vista um aumento nos preços de alimentos no primeiro semestre de 2017 e uma inflação no setor de serviços que tem mostrado resistência à queda nos preços. Reforçando estes fatos, observa-se que de 2014 a 2016 ouve perda do poder de ancoragem das expectativas inflacionárias, devido à ocorrência de inflação acima da meta estipulada por um período longo, resultando em um aumento no custo de desinflação, fazendo com que o Banco Central tomasse um posicionamento mais conservador na condução da política monetária, para permitir que a inflação convirja para a meta de 4,5% ao final de 2017.

1.6. Evolução da Taxa de Câmbio

No que se refere ao comércio exterior brasileiro, este utiliza taxas de câmbio flutuantes, trabalhando principalmente com o dólar turismo para a realização de operações de viagens ao exterior e o dólar comercial para transações comerciais de exportação, importação e transferências financeiras.

Entre 2014 e 2017, a evolução da taxa de câmbio exercitada no mercado brasileiro mostrou desvalorização da moeda nacional frente ao dólar, entre janeiro de 2014 e janeiro de 2016, mês em que o dólar-americano apresentou seu maior valor frente ao Real (R\$4,05). Entre janeiro de 2016 a fevereiro de 2017, a moeda nacional apresentou valorização frente ao Dólar, passando de R\$4,05 para R\$3,10 por Dólar. Entre fevereiro de 2017 a dezembro de 2017, o Dólar voltou a se valorizar frente ao Real, atingindo o valor de R\$3,29 (BCB, 2019).

Gráfico 1.7: Média mensal da Taxa de Câmbio (R\$ / US\$, comercial/venda), jan./14-dez./17.



Fonte: BCB, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos, 2019.

Desde 2014, o Real brasileiro perdeu próximo de 38,2% de seu valor em relação ao Dólar americano, com a cotação do Dólar-americano passando de R\$2,38 em janeiro de 2014 para R\$3,29 em dezembro de 2017. Sendo que o maior nível de desvalorização do real frente ao Dólar ocorreu em janeiro de 2016, quando a taxa de câmbio alcançou o valor de R\$4,05 por Dólar. Um dos motivos para a desvalorização do real frente ao dólar foi a elevação da inflação 2014 e 2016. Outros fatores que contribuíram para a desvalorização do Real neste período foram: a valorização do Dólar americano no mercado internacional e o aumento do grau de risco de investimentos no Brasil medido por agências do mercado financeiro internacional frente à conjuntura de crise econômica, política e fiscal que o país vem enfrentando desde 2014.

Quanto ao ano de 2017, o controle da inflação e uma retomada de crescimento do Brasil ajudou a moeda nacional a se valorizar frente ao Dólar, passando de R\$4,05 em dezembro de 2016 para R\$3,29 em dezembro de 2017 (BCB, 2019). Ressaltando que neste ano a balança comercial brasileira registrou um “superávit” de US\$ 67 bilhões, resultado de um bom desempenho das exportações que alcançaram a marca de US\$ 217,7 bilhões e frente à um valor das importações de US\$ 150,7 bilhões no mesmo ano. Mas, se for confirmando a tendência de valorização do Real frente ao Dólar para os próximos anos, tendo em vista a queda da inflação e retomada do crescimento econômico no Brasil, espera-se que haja um crescimento das importações maior do que o das exportações, configurando um quadro de diminuição do saldo da balança comercial brasileira em 2018.

2 CONTAS REGIONAIS

Nicolino Trompieri Neto²

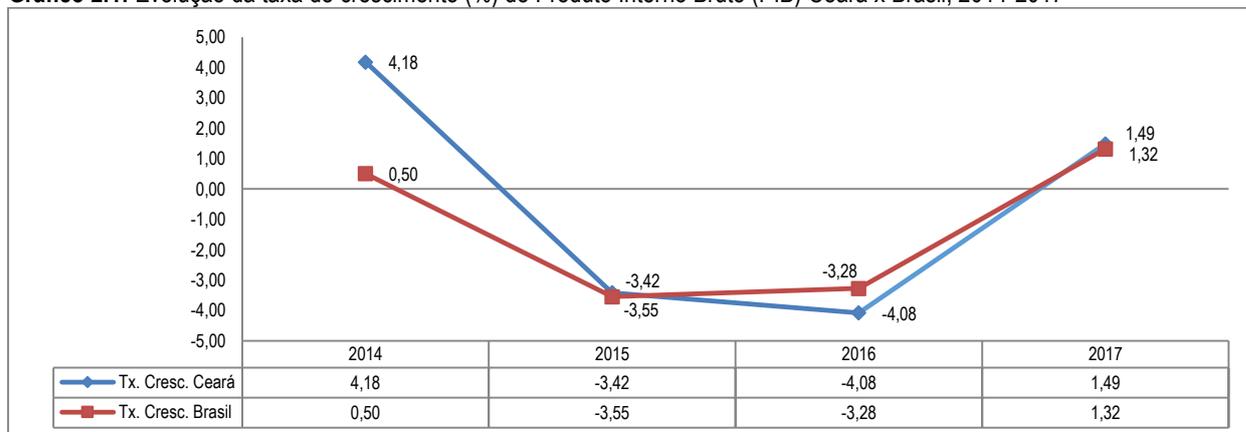
2.1 O Produto Interno Bruto

A análise empreendida nesse tópico compreende os anos de 2014 a 2017, de acordo com a base de 2010 das Contas Regionais do IBGE, referentes às informações do PIB do Ceará, dos seus três setores (agropecuária, indústria e serviços), bem como as atividades que os compõem.

O Gráfico 2.1 mostra as taxas de crescimento anuais do PIB das economias do Brasil e do Ceará para o período de 2014 a 2017. No ano de 2014 verifica-se o início da crise macroeconômica para o Brasil, puxada principalmente pela queda da indústria nos Estados das regiões Sul e Sudeste, onde verifica-se um baixo crescimento para o Brasil (0,50%) e um bom crescimento para o estado do Ceará (4,18%), enquanto que os efeitos de crise rebateram nos Estados no Nordeste no ano seguinte, em 2015, onde pode-se observar forte queda para o Ceará (-3,42%), piorando ainda mais o desempenho da economia brasileira, com uma queda de 3,55%. A crise durou até o ano de 2016, quando o Brasil e o Ceará registraram decréscimos de 3,28% e 4,08% respectivamente. Já o ano de 2017, mostrou-se o início da recuperação da crise, com uma recuperação mais forte da economia cearense (1,49%) em relação à economia brasileira (1,32%).

O período de queda do PIB do Ceará, verificada nos anos de 2015 e 2016, foi influenciado pelo forte desequilíbrio fiscal do Governo Federal, pelo alto nível de endividamento das famílias, bem como pelo baixo nível de confiança das empresas em relação ao comportamento da economia brasileira, o que levou a diminuir fortemente o nível de investimento privado. Soma-se a política monetária restritiva, de aumento da taxa de juros, para o controle da inflação, que tem tornado o crédito mais caro. Estes fatores provocaram principalmente uma diminuição no nível de consumo das famílias, gerando uma desaceleração no crescimento do setor de serviços, o qual é o setor de maior participação no PIB do Ceará.

Gráfico 2.1: Evolução da taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2014-2017



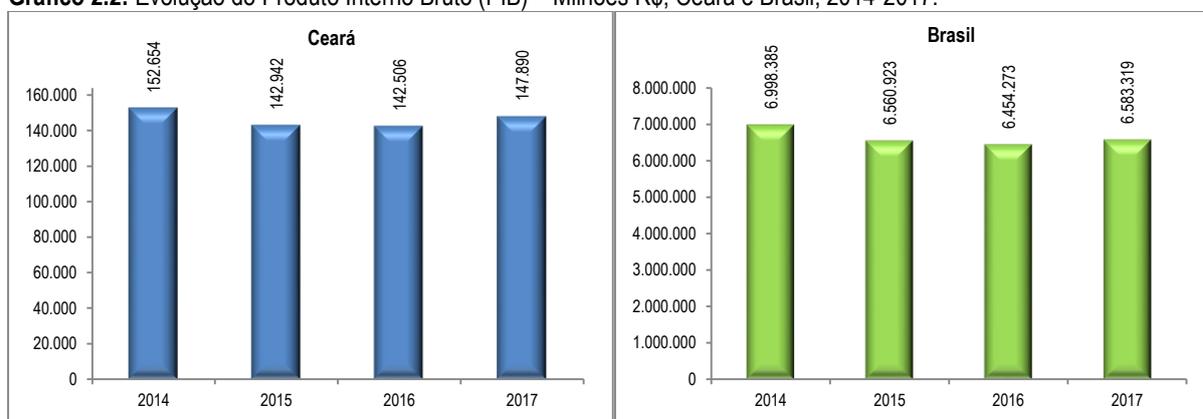
Fonte: IBGE e IPECE.

² Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

A queda de juros verificada no ano de 2017, passando de 13,0% a.a., no início de 2017, para 7,00% a.a., ao final do mesmo ano, implicou na redução do IPCA, ao final de 2017, para um valor de 2,95%, no qual incentivou um aumento do consumo das famílias, aquecendo a atividade do comércio. Este tem sido o principal motor para a retomada do crescimento, ainda que de forma muito tímida e bem aquém aos níveis do período 2013-2014.

De acordo com o Gráfico 2.2, que apresenta a trajetória do PIB em valores constantes a preços de 2017, em decorrência da crise macroeconômica, houve reduções reais do PIB na comparação do ano de 2014 em relação ao ano de 2017, apesar dos aumentos verificados em 2017 com relação a 2016. O PIB do Ceará passou de aproximadamente R\$ 152,65 bilhões, em 2014, para o valor de aproximadamente R\$ 147,89 bilhões, em 2017, enquanto que o PIB do Brasil apresentou um montante de aproximadamente R\$ 6,99 trilhões, em 2014, para um valor de aproximadamente R\$ 6,58 trilhões, em 2017.

Gráfico 2.2: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) – Milhões R\$, Ceará e Brasil, 2014-2017.

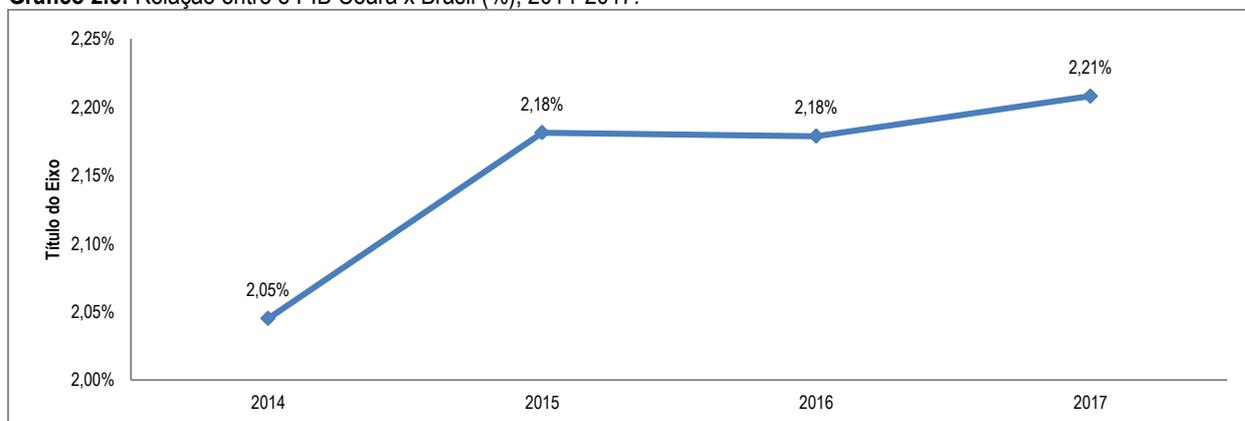


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2017.

Mesmo com as taxas de crescimento negativas para as economias do Ceará e do Brasil nos anos de 2015 e 2016, o PIB do Ceará apresentou um ganho de participação da economia cearense em relação à economia nacional. De acordo com o Gráfico 2.3 abaixo, observa-se um ganho de participação, quando em 2014 o Ceará apresentava uma participação de 2,05% da economia nacional, passando para 2,18% em 2015. Esse valor se manteve estável em 2016, mas após este ano, houve a retomada de crescimento da economia cearense em 2017, repercutindo na maior participação histórica da série 2002-2017, onde registrou-se uma participação de 2,21%.

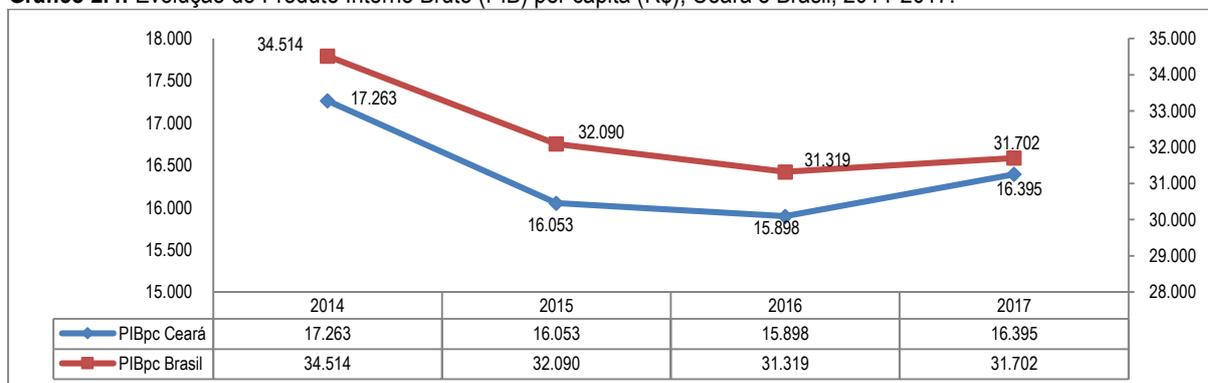
Gráfico 2.3: Relação entre o PIB Ceará x Brasil (%), 2014-2017.



Fonte: IBGE e IPECE.

O Gráfico 2.4 apresenta o PIB per capita em termos de valores constantes a preços de 2017, onde, em decorrência da crise macroeconômica, o PIB per capita cearense de 2017 apresentou uma queda real em relação ao ano de 2014, passando de R\$ 17.263, em 2014, para R\$ 16.395 em 2017, enquanto que o PIB per capita brasileiro passou de R\$ 34.514, para um valor de R\$ 31.702, no mesmo período de comparação.

Gráfico 2.4: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita (R\$), Ceará e Brasil, 2014-2017.

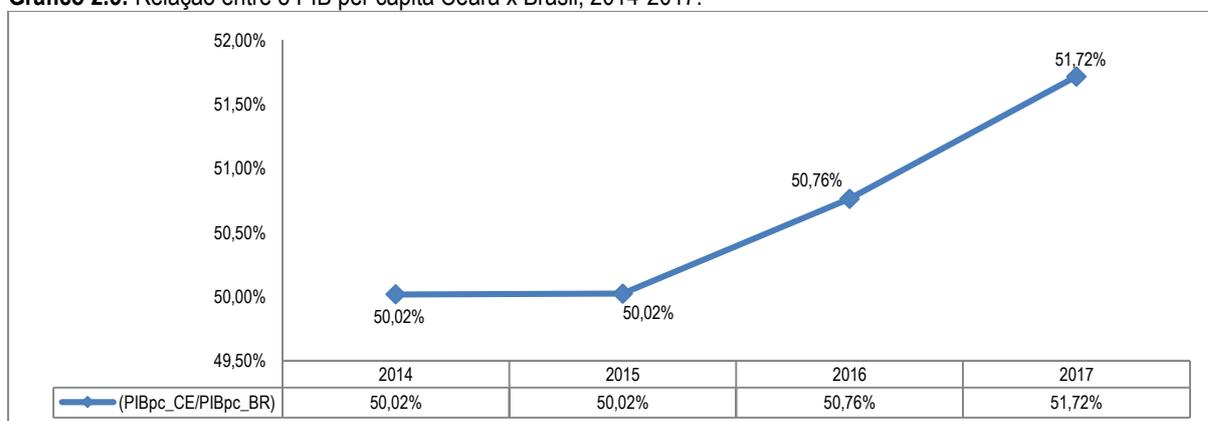


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2017.

Quando se observa a evolução da participação levando-se em consideração o crescimento populacional por meio do PIB per capita, verifica-se novamente uma tendência de crescimento no ganho de participação da economia do Ceará em relação a do Brasil, a partir de 2015 até o ano de 2017, quando atingiu-se o valor máximo desse indicador para a série histórica 2002-2017. O Gráfico 2.5, a seguir, apresenta essa evolução, onde a participação passou de 50,02%, em 2014, para 51,72%, em 2017.

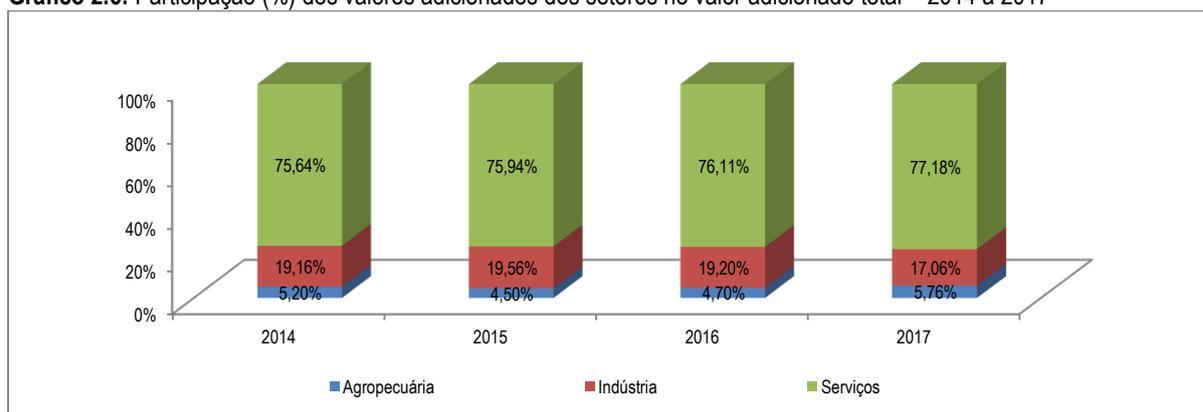
Gráfico 2.5: Relação entre o PIB per capita Ceará x Brasil, 2014-2017.



Fonte: IBGE e IPECE.

Na análise da desagregação do crescimento da economia cearense pelas participações de seus três principais setores, observa-se que essa expansão foi favorecida, principalmente, pelo setor de serviços, uma vez que representava 75,64% do total do valor adicionado (VA) do Ceará, em 2014, passando a representar 77,18% em 2017 (Gráfico 2.6). A participação do setor da agropecuária cresceu, apesar da perda de participação verificada no ano de 2015, passando de 5,20% em 2014, para 5,76% em 2017. Já a indústria, nessa mesma base de comparação, foi o único setor que apresentou queda, passando de 19,16%, em 2014, para 17,06% de participação no VA da economia cearense em 2017.

Gráfico 2.6: Participação (%) dos valores adicionados dos setores no valor adicionado total – 2014 a 2017



Fonte: IBGE e IPECE.

Dentre as atividades que compõem o setor da agropecuária (Tabela 2.1) a atividade agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita é a mais importante, com uma participação, em 2017, de 3,65% do VA total da economia cearense, e também foi a que ganhou maior participação de participação, com um ganho de 0,68 pontos percentuais na comparação 2014/2017. Já a atividade da pecuária apresentou uma participação de 1,56%, em 2017, seguida da produção florestal, pesca e aquicultura, onde registrou-se, para o mesmo ano, uma participação de 0,55%.

Tabela 2.1: Participação (%) do valor adicionado (VA) da agropecuária e suas atividades no VA total – Ceará - 2014-2017.

Atividades Econômicas	2014	2015	2016	2017	Ganhos e Perdas 2014/2017 (p.p.)
Agropecuária	5,20	4,50	4,70	5,76	0,55
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2,97	2,22	2,52	3,65	0,68
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,51	1,61	1,62	1,56	0,06
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,73	0,67	0,55	0,55	-0,18

Fonte: IBGE e IPECE.

Em relação às atividades que compõem o setor da indústria (Tabela 2.2), a mais importante é a indústria de transformação, com uma participação, em 2017, de 8,46% no total do VA do Ceará, seguida das atividades da construção civil (4,48%), produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (serviços industriais de utilidade pública - SIUP) (3,85%) e indústria extrativa (0,28%). Comparando o ano de 2017 com o ano de 2014, somente a atividade SIUP apresentou ganho de participação, com 1,55 pontos percentuais (p.p.), enquanto que a Construção civil apresentou a maior perda (-2,64 p.p.).

Tabela 1.2: Participação (%) do valor adicionado (VA) da indústria e suas atividades no VA total – Ceará - 2014-2017.

Atividades Econômicas	2014	2015	2016	2017	Ganhos e Perdas 2014/2017 (p.p.)
Indústria	19,16	19,56	19,20	17,06	-2,09
Indústrias extrativas	0,53	0,30	0,16	0,28	-0,26
Indústrias de transformação	9,21	8,50	8,20	8,46	-0,75
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP)	2,30	2,64	3,83	3,85	1,55
Construção civil	7,11	8,12	7,00	4,48	-2,64

Fonte: IBGE e IPECE.

Dentre as atividades que compõem o setor de serviços, o destaque com a maior participação no total do VA do Ceará, em 2017, foi APU (23,69%) (Tabela 2.3). Esse resultado reforça a percepção quanto à importância do papel do setor público na economia do Ceará, não apenas para estimular o crescimento econômico, mas também para atender as demandas sociais provenientes do crescimento populacional. Os outros destaques foram comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (15,89%),

atividades imobiliárias (10,37%) e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (7,36%). Dentre as atividades dos serviços, a que mais ganhou participação no período 2014-2017, foi APU (1,03 p.p.) seguida de Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,69 p.p.), enquanto que comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas apresentou uma perda de 0,42 pontos percentuais.

Tabela 2.3: Participação (%) do valor adicionado (VA) dos serviços e suas atividades no VA total – Ceará – 2014-2017.

Atividades Econômicas	2014	2015	2016	2017	Ganhos e Perdas 2014/2017 (p.p.)
Serviços	75,64	75,94	76,11	77,18	1,54
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	16,31	14,93	14,65	15,89	-0,42
Transporte, armazenagem e correios	2,99	2,92	3,03	3,16	0,17
Alojamento e alimentação	3,50	2,99	2,99	3,19	-0,31
Informação e comunicação	2,43	2,06	2,04	2,11	-0,31
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,74	4,42	4,86	4,44	0,69
Atividades imobiliárias	9,74	10,58	10,59	10,37	0,63
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,59	7,56	7,59	7,36	-0,23
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (APU)	22,66	23,66	23,34	23,69	1,03
Educação e saúde privadas	3,39	3,55	3,71	3,77	0,38
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	1,94	2,07	2,06	2,01	0,07
Serviços domésticos	1,35	1,19	1,25	1,19	-0,16

Fonte: IBGE e IPECE.

Analisando o PIB de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará (Tabela 2.4) verifica-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2017, 62,97% do PIB do Ceará. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (8,11%) e Sertão de Sobral (4,58%). As participações das macrorregiões, na comparação de 2017 com 2014, apresentaram ganhos ou perdas menores do que aproximadamente 1,0%, com exceção Grande Fortaleza, que apresentou o maior ganho de participação de 1,95% pontos percentuais (p.p.), explicado em grande parte pelo início das operações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), em agosto de 2016, no qual encontra-se situada no município de São Gonçalo do Amarante, pertencente a Grande Fortaleza.

Tabela 2.4: Evolução da participação das macrorregiões de planejamento no Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado – Ceará – 2014-2017.

Macrorregiões de Planejamento	2014		2017		Ganho e Perdas 2014/2017 (p.p.)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Cariri	10.098.784	8,01%	11.994.571	8,11%	-0,10%
Centro Sul	3.341.650	2,65%	3.719.108	2,51%	0,14%
Grande Fortaleza	81.841.682	64,93%	93.130.076	62,97%	1,95%
Litoral Leste	2.451.042	1,94%	2.983.343	2,02%	-0,07%
Litoral Norte	2.897.824	2,30%	4.095.019	2,77%	-0,47%
Litoral Oeste/Vale do Curu	3.275.845	2,60%	4.173.220	2,82%	-0,22%
Maciço de Baturité	1.749.755	1,39%	2.281.503	1,54%	-0,15%
Serra da Ibiapaba	2.843.427	2,26%	3.958.262	2,68%	-0,42%
Sertão Central	2.967.111	2,35%	3.826.512	2,59%	-0,23%
Sertão de Canindé	1.292.232	1,03%	1.610.888	1,09%	-0,06%
Sertão de Crateús	2.405.440	1,91%	2.945.405	1,99%	-0,08%
Sertão dos Inhamuns	944.961	0,75%	1.125.194	0,76%	-0,01%
Sertão de Sobral	5.591.953	4,44%	6.773.750	4,58%	-0,14%
Vale do Jaguaribe	4.352.766	3,45%	5.273.541	3,57%	-0,11%
Ceará	126.054.472	100%	147.890.392	100%	-

Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Valores correntes.

3 AGROPECUÁRIA

Ana Cristina Lima Maia³

A importância do setor agropecuário vai muito além da pequena parcela na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Considerando o agronegócio, quando se avalia as atividades da cadeia a montante e a jusante, a participação é de aproximadamente um quinto (20%) da economia do Brasil, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) ⁴. Nos últimos anos o setor agropecuário apresentou grandes mudanças, com avanços tecnológicos em todo o território brasileiro, o que refletiu em aumento de produtividade e maior valor agregado dos produtos, saindo de uma produção simples e puramente de campo para uma produção com mais fatores de capital e tecnologia. Porém, ainda persiste uma parcela da produção agropecuária em sistema arcaico, apresentando baixa produtividade, produtos com menor qualidade e voltada apenas para o consumo próprio e para um mercado restrito e informal.

O setor agropecuário participou com 5,0% do PIB do Brasil nos anos de 2014 e 2015, em 2016 houve ganho de participação, passando para 5,7% e em 2017 voltou a perder participação (5,3%). Para a Região Nordeste ocorreu ganho de participação de 2014 para 2015, passando de 6,3% para 6,5%. Mas em 2016 apresentou redução (6,2%) e em 2017 registrou a maior participação do período (6,6%). Enquanto que para o Ceará verificou-se um comportamento inverso ao do Brasil nos anos de 2014 a 2015, com perda de participação, passando de 5,2% para 4,5%. Em 2016 apresentou leve ganho de participação (4,7%) e em 2017 começou a ganhar participação, respondendo por 5,8% da economia do Ceará.

O valor adicionado do setor agropecuário do Brasil apresentou crescimento de 14,89% no acumulado do período de 2014 a 2017, enquanto que o Nordeste registrou queda de 16,57%, e o Ceará cresceu 20,16%. Esses resultados mostram que mesmo no período de crise econômica o setor agropecuário foi na contramão com crescimento, tendo sido o setor que amenizou a recessão econômica. As regiões do Sul, Sudeste e Centro Oeste como as maiores produtoras e com um sistema de produção mais moderna e maior intensidade técnica. Porém, parte do Nordeste vinha sofrendo com a seca desde 2012, o que impediu de o setor agropecuário apresentar desempenho ainda melhor.

3.1 Produção Agrícola

Ao analisar a atividade agrícola para o Brasil, constatou-se que o valor de produção dessa atividade registrou crescimento em 2014 e 2015 de 4%. Mas em 2016 obteve queda (-3,6%), muito em decorrência a menor produção de milho. Em 2017 a apresentou o melhor resultado do período, com crescimento de 13,2%. No acumulado do período de 2014 a 2017 a agricultura do Brasil cresceu 18,15%, influenciado pela produção de grãos.

Para o Nordeste e o Ceará a produção agrícola apresentou crescimento em 2014 de 17,6% e 27,3%, respectivamente. Tanto para o Nordeste como Ceará, observou-se que houve queda em 2015 e 2016,

³ Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

⁴ Devido à falta de informação para o agronegócio nas esferas regionais e estadual, esse capítulo irá se limitar as análises das atividades o setor agropecuário economicamente considerado pelas Contas Regionais.

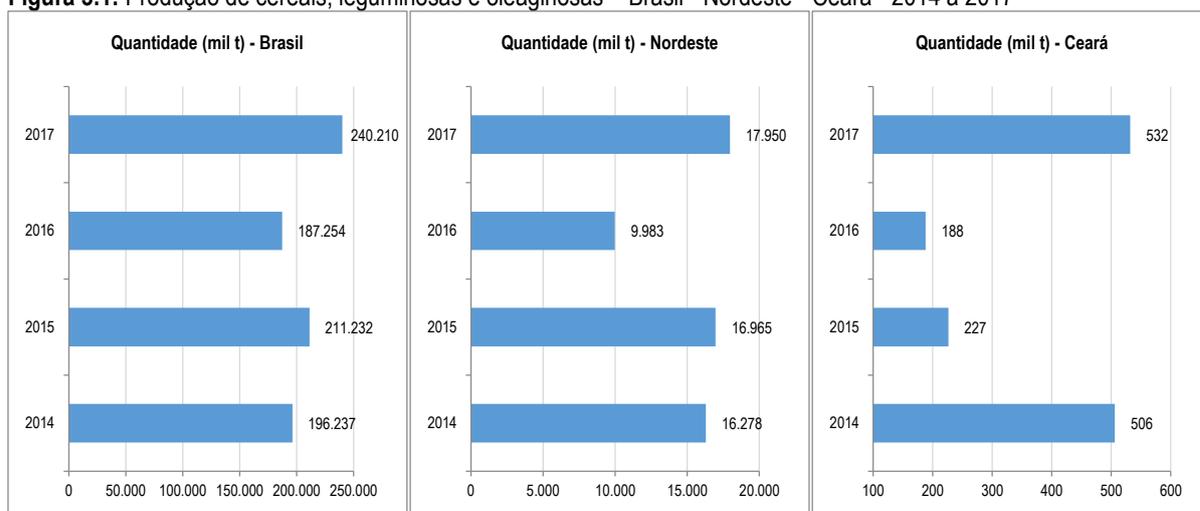
voltando a obter bons resultados em 2017. O desempenho desse último ano possibilitou crescimento acumulado de 18,2% para o Nordeste e 31,5% para o Ceará, para os anos de 2014 a 2017.

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Brasil apresentou crescimento entre em 2015 comparado com 2014, mas em 2016 obteve queda devido a menor produção de milho. Em 2017 voltou a crescer, com quantidade de 240,1 milhões de toneladas, safra recorde de grãos, influenciada pelo aumento da produção de milho e soja, nos estados de Mato Grosso, Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul.

Para o Nordeste, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresenta um comportamento pendular, com crescimento em 2015 e 2017, mas em 2016 a produção registrou forte queda. Quanto ao Ceará, a variação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou comportamento com grandes oscilações, com forte redução da produção nos anos de 2015 e 2016, quando nesse último ano registrou uma quantidade de apenas 188 mil toneladas, a menor da série. Em 2017, a produção volta a crescer, obtendo a quantidade de 532 mil toneladas, a maior dos quatro anos analisados (Figura 3.1). Mesmo com a boa produção em 2017, ainda assim essa quantidade encontra-se bem abaixo da média de capacidade que o Ceará pode produzir, que é torno de um milhão de tonelada

Nos anos de 2014 a 2016 a escassez atingiu fortemente a produção de grãos no Nordeste e mais especificamente no Ceará. Mas em 2017 o clima favoreceu a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em quase todas as regiões brasileiras, destacando o Ceará, com crescimento principalmente das lavouras de com sistema de produção de sequeiro, como milho, feijão.

Figura 3.1: Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Brasil - Nordeste - Ceará - 2014 a 2017



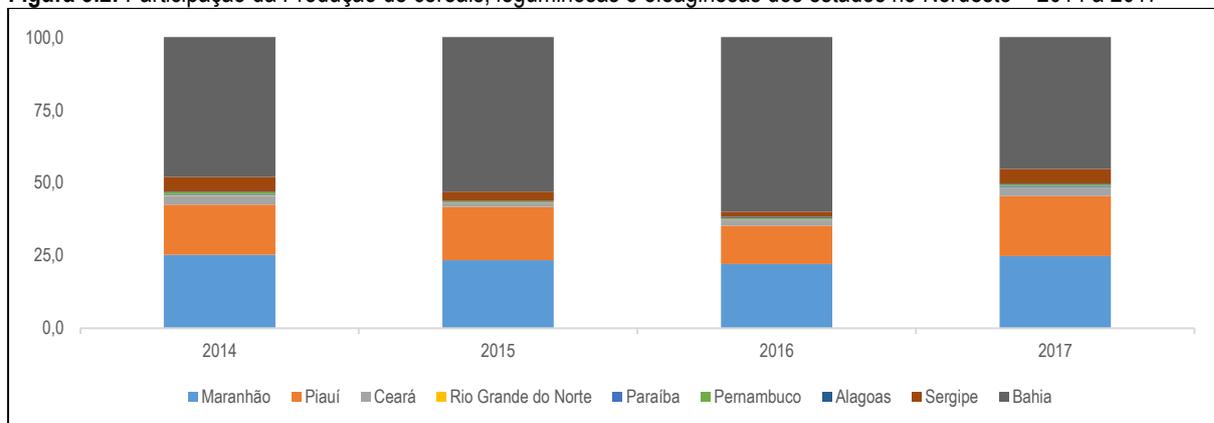
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Como observado na Figura 3.2, os estados da Bahia, Maranhão e Piauí são os maiores produtores de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste por serem grandes produtores de soja e milho. A Bahia nos anos de 2014 e 2015, concentrou em torno média 50% da produção, em 2016 atingiu a maior participação (60%), porém nesse ano obteve a menor produção. A quantidade recorde foi registrada em 2015, com 9 milhões de toneladas.

O estado do Maranhão aparece logo em seguida com participação em média de 25%. A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou redução em 2015 e 2016 e voltou a crescer em 2017, atingindo o maior valor da série analisada nesse último ano (4,5 milhões de toneladas). O Piauí continua como terceiro maior produtor do Nordeste, com tendência de crescimento. A exceção do ano de 2016, quando a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou queda em todo o Nordeste, o estado do Piauí apresentou bom desempenho, obtendo a maior safra em 2017, com 3,7 milhões de toneladas.

O Ceará aparece como o quinto maior produtor de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste, com exceção para o ano de 2016, quando, mesmo com redução na produção, ficou em 4º lugar. O Ceará, em 2014, participou com 3,1% do Nordeste, atingindo a maior participação da série em análise. Perdeu participação em 2015 e 2016, mas em 2017 voltou para o patamar de 3% de participação.

Figura 3.2: Participação da Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas dos estados no Nordeste – 2014 a 2017



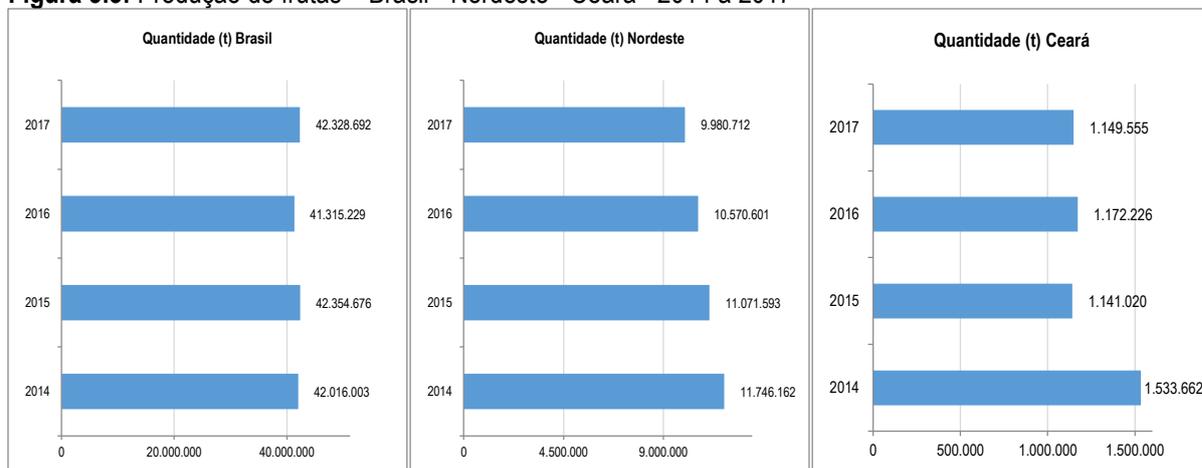
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Sergipe apresentou elevado aumento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, em 2017 comparado com 2016, atingindo o quantum de 895,9 mil toneladas e participação de 5% do total produzido no Nordeste, com destaque na produção de milho e arroz. Em seguida está Ceará (3,0%), Pernambuco, com 0,5% de participação em 2017, Alagoas, com 0,4%; Paraíba (0,3%) e Rio Grande do Norte (0,1%).

Em 2017, a produção de frutas no Brasil foi de 42,3 milhões de toneladas. As regiões Sudeste, Nordeste e Sul são as maiores produtoras de frutas, com destaque para os estados de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Para o Nordeste, a produção de frutas em 2014 foi de 11,7 milhões de toneladas, a maior dos quatro anos analisados. Nos anos seguintes observou-se uma redução contínua, encerrando o ano de 2017 com produção de aproximadamente 10 milhões de toneladas. Muitos produtores atribuem essa queda na produção pela incerteza da disponibilidade água, visto que com a estiagem dos últimos anos que afetou grande parte do Nordeste, a maioria dos reservatórios, como o lago de sobradinho e o açude do castanhão, ficaram com baixo nível de água, gerando insegurança hídrica e afastamento de novos investimentos.

Figura 3.3: Produção de frutas – Brasil - Nordeste - Ceará - 2014 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

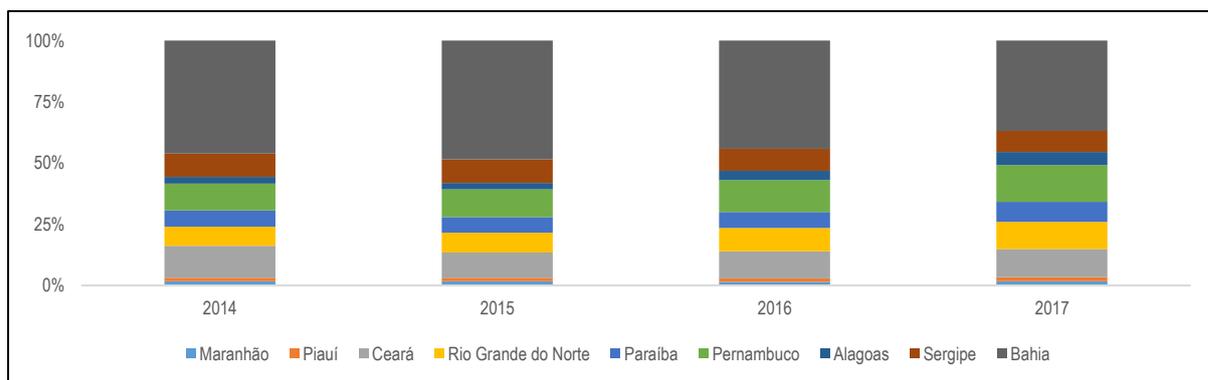
Quanto ao Ceará, a produção de frutas foi mais atingida, havendo uma queda do nível de produção, que era de 1,5 milhão de tonelada em 2014 e passou para aproximadamente 1,1 milhão de tonelada, conforme observado na Figura 3.3.

A Bahia lidera a produção de frutas no Nordeste, em 2014 e 2015 a produção foi em torno de 5,4 milhões de toneladas, mas em 2016 e 2017 a produção caiu, encerrando a série com 3,7 milhões de toneladas. Isso representou uma queda na participação da região, passando de 48%, em 2015, para 36,9% para em 2017.

O Ceará foi o segundo maior produtor de frutas do Nordeste em 2014, com 1,5 tonelada, mas em 2015 apresentou acentuada queda na produção, passando para 1,1 milhão de tonelada, mantendo a produção próxima dessa quantidade nos anos de 2016 e 2017. A participação em 2014 foi de 13,1%, mas com a redução de produção de frutas, o Ceará perdeu participação reduzindo a participação para aproximadamente de 11% para os anos seguintes. Essa redução ocorreu devido a falta de água que o estado apresentou, havendo uma migração da produção para o Rio Grande do Norte.

O estado de Pernambuco passou de terceiro para segundo maior produtor de frutas do Nordeste, passando da quantidade de produção de 1,2 milhão de tonelada, nos anos de 2014 e 2015, para 1,5 milhão de tonelada, em 2017, atingindo a participação de 15%. Em seguida está Rio Grande do Norte, com 11,1% de participação em 2017, Sergipe (8,5%), Paraíba (8,1%), Alagoas (5,4%), Maranhão (1,7%) e Piauí (1,6%) (Figura 3.4).

Figura 3.4: Participação da Produção de frutas dos estados no Nordeste – 2014 a 2017



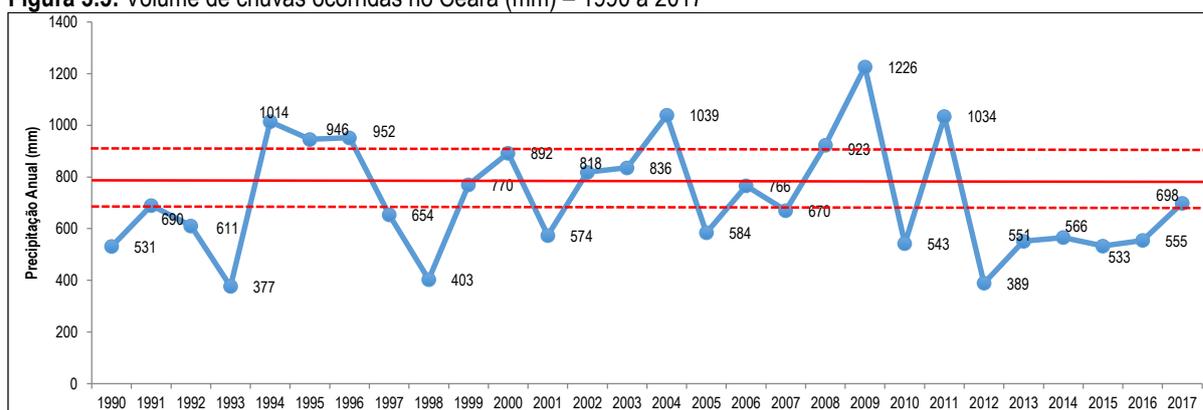
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.1.1 Principais Produtos Agrícolas do Ceará

O Ceará no período de 2012 a 2016 registrou chuvas abaixo da média. Em 2012 registrou o menor volume de precipitação (389 mm) dos últimos dezoito anos, entre os anos de 2013 e 2016 as chuvas atingiram o volume em torno de 550 mm, ainda bem abaixo da média do estado. Em 2017, as chuvas ainda ficaram abaixo da média, mas dentro da faixa de intervalo considerada em torno da média (Figura 3.5).

Diante desse cenário de seis anos com chuvas abaixo da média, o Ceará encontra-se em situação hídrica crítica, com a capacidade dos reservatórios atingindo o percentual de apenas 7,9%, em 2017. O solo apresenta-se mais seco e pobre de nutrientes ocasionando baixa produtividade das culturas.

Figura 3.5: Volume de chuvas ocorridas no Ceará (mm) – 1990 a 2017



Fonte: Funceme. Elaboração: IPECE.

Obs.: Valores calculados com base na média de Thiessen.

Obs.: Média histórica de 800,62 mm, variando entre 674,56 mm e 926,39 mm

Principais Grãos

Como vimos anteriormente, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará é bastante variável, esse comportamento está diretamente relacionado ao volume de chuvas que ocorreu no estado. Os principais grãos produzidos pelo Ceará, em termos de valor, são feijão, milho, fava e arroz.

O valor de produção do feijão mostrou-se bem superior as demais culturas ao longo do período analisado, exceto em 2014, quando o valor da produção do milho foi um pouco maior. É importante ressaltar que parte do crescimento do valor da produção de feijão vem dos preços, visto que esse foi o produto com um dos maiores índices de preço. O milho foi o grão de maior importância quanto ao valor de produção, mas com maiores variações ao longo da série, explicado, em parte, pelo fato de a planta do milho ser menos resistente aos veranicos ocorridos ao longo do plantio. Em seguida está a fava, que ultrapassou o valor do arroz em 2017. Vale ressaltar que o plantio de arroz vem sendo desestimulado pois é uma cultura demandante de muita água (Tabela 3.1).

Com relação a quantidade o milho é o mais produzido, participando com aproximadamente 70% dos cereais, leguminosas e oleaginosas produzidos pelo Ceará. Em seguida está o feijão e o arroz que, em 2017, respondeu por 25% e 3,7%, respectivamente.

Tabela 3.1: Participação do Valor da Produção e Quantidade dos principais cereais, leguminosas e oleaginosas - Ceará - 2014 a 2017

Cereais, leguminosas e oleaginosas	Participação (%) Valor da produção				Participação (%) Quantidade produzida			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Algodão herbáceo	1,02	0,06	0,25	0,16	0,48	0,05	0,23	0,09
Amendoim	0,38	0,33	0,17	0,62	0,14	0,14	0,08	0,20
Arroz	5,93	7,72	4,37	3,34	7,89	10,90	7,64	3,72
Fava	6,96	4,85	2,89	4,11	0,62	0,66	0,49	0,68
Feijão	42,49	55,90	64,02	52,31	21,61	29,86	30,13	25,06
Mamona	0,35	0,40	0,28	0,08	0,30	0,39	0,46	0,07
Milho	42,87	30,73	28,02	39,37	68,96	58,01	60,97	70,18

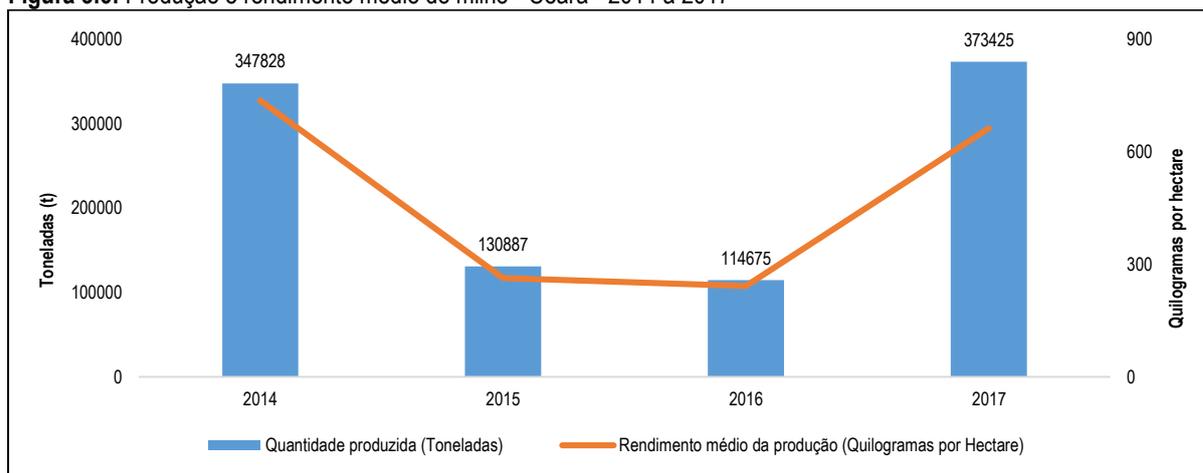
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A produção de milho no Ceará, no período de 2014 a 2017, apresentou dois níveis, quando nos anos de 2015 e 2016 apresentou produção em torno de 120 mil toneladas, e em 2014 e 2017 a quantidade colhida foi acima de 340 mil toneladas. O desempenho da produção está mais explicado pelo alcance do rendimento. Nos anos de menor produção o rendimento foi de aproximadamente 380 quilogramas por

hectare. Para os anos de 2014 e 2017, os rendimentos foram de 737 quilogramas por hectare e 663 kg/hectare, respectivamente (Figura 3.6).

A falta de chuva desestimulou o plantio, com redução de área, além da perda de qualidade do solo, que implicou em menor rendimento da produção. A cultura do milho é bastante sensível aos veranicos e precisa de uma maior quantidade de água. Em 2017, os principais municípios produtores de milho foram Crateús, Novo Oriente, Quixeramobim e Mauriti. O cultivo de milho está presente em 183 municípios, apenas Fortaleza não apresentou produção. Os dez principais municípios cearenses representaram uma participação de 29,2%, em 2017, do total produzido pelo estado (PAM-IBGE).

Figura 3.6: Produção e rendimento médio do milho - Ceará - 2014 a 2017

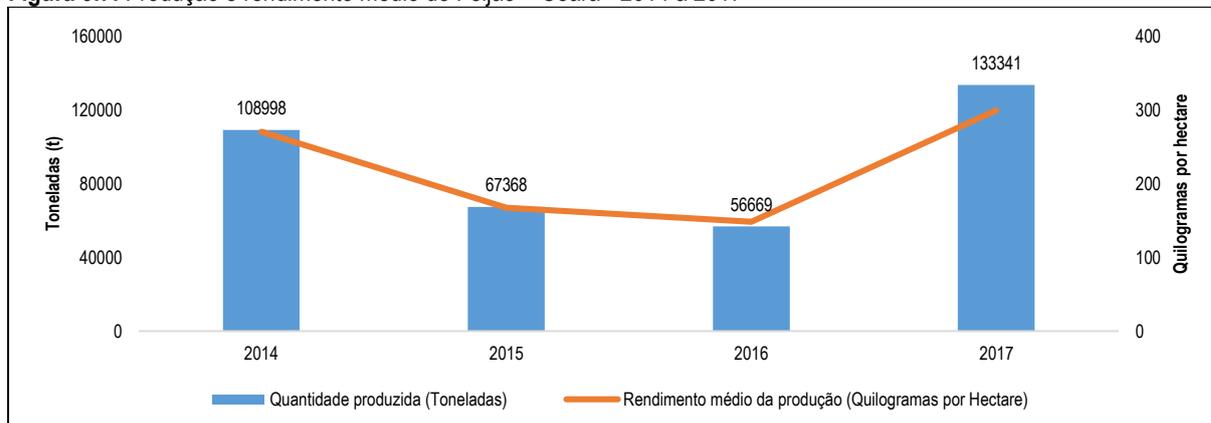


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2014, a produção de feijão foi de aproximadamente 110 mil toneladas, nos dois anos seguintes houve uma forte queda, quando a produção foi quase a metade do obtido em 2014. Em 2017, a produção de feijão foi a maior da série, 133,3 mil toneladas. O comportamento da produção do feijão segue a tendência do rendimento. Dessa forma, em 2017, o feijão registrou seu melhor rendimento, com 299 quilogramas por hectare (Figura 3.7). A produção de feijão apresentou comportamento semelhante ao do milho, porém com menor oscilação, pois a cultura do feijão possui maior resistência a falta de água, comparado ao milho. Lembrando que em 2017 o volume de chuvas foi melhor, comparado aos demais anos analisados.

A produção de feijão também não é concentrada, a exceção de Fortaleza, todos os municípios cearenses produziram essa cultura. Os dez principais municípios tiveram participação de 24,7%, sendo os principais produtores Crateús, Santa Quitéria, Novo Oriente, Tamboril e Paramoti (PAM-IBGE).

Figura 3.7: Produção e rendimento médio de Feijão – Ceará - 2014 a 2017

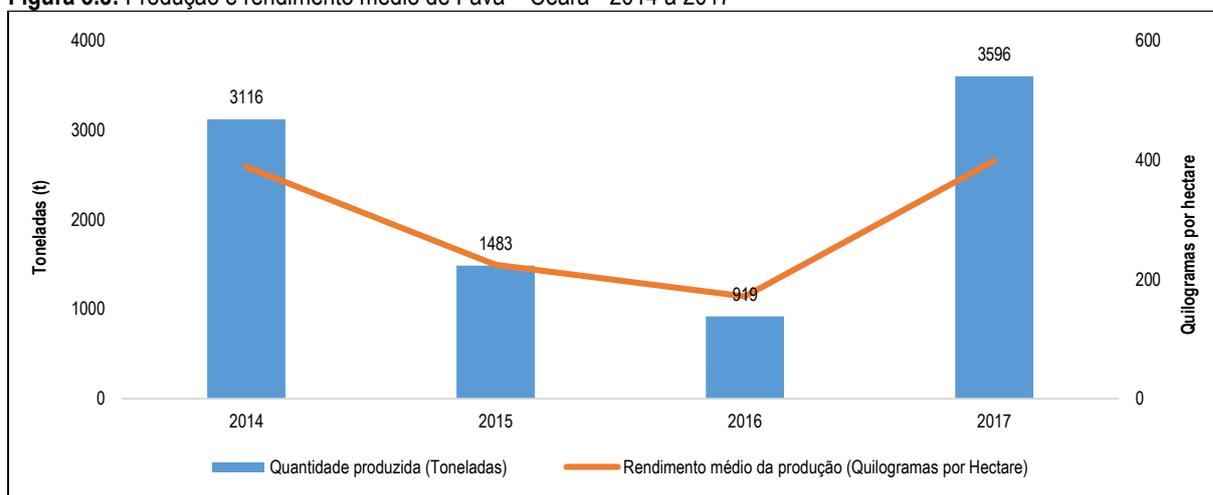


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Quanto à produção de fava, observou-se um maior movimento na produção, quando em 2014 a produção foi de 3.116 toneladas, porém nos dois anos seguintes registrou obteve pequena produção. Em 2017 apresentou um elevado aumento na produção, atingindo a quantidade de 3.596 toneladas. O rendimento de 2014 e 2017 apresentaram valores próximos, sendo também os anos de maiores rendimentos.

A produção de fava do Ceará em 2017 ocorreu em 62 municípios, com destaque para Farias Brito, Assaré, Cariraçu e Tarrafas. Esses quatro maiores concentram 54,4% da produção cearense.

Figura 3.8: Produção e rendimento médio de Fava – Ceará - 2014 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Principais Frutas

O Ceará tem uma forte influência na fruticultura nacional estando entre os principais produtores como melão, melancia, banana, manga, dentre outras. Também se destaca como um dos maiores produtores de caju. Em consequência disso, o estado está entre os principais exportadores de frutas do Brasil.

Tabela 3.2: Participação do Valor da Produção e Quantidade das principais frutas - Ceará - 2014 a 2017

Frutas	Participação (%) Valor da produção				Participação (%) Quantidade produzida			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Abacate	0,33	0,29	0,29	0,29	0,24	0,20	0,19	0,19
Abacaxi	1,29	0,37	0,31	0,10	1,02	0,34	0,30	0,10
Banana	30,84	32,96	32,79	42,69	29,51	33,74	27,63	34,25
Castanha de caju	9,48	17,27	11,10	18,99	3,34	4,57	2,64	7,05
Coco-da-baía	11,98	11,71	15,86	9,72	24,15	24,90	33,55	24,37
Goiaba	1,90	1,81	2,18	1,81	1,23	1,23	1,32	1,54
Laranja	0,62	0,60	0,52	0,55	0,83	0,87	0,72	0,82
Limão	0,57	0,55	0,66	0,51	0,58	0,58	0,53	0,55
Mamão	6,14	5,59	7,31	6,53	6,44	8,28	9,43	10,05
Manga	2,70	3,07	3,12	2,50	3,21	3,97	3,69	3,94
Maracujá	14,81	12,49	14,02	10,78	9,39	8,16	8,37	8,25
Melancia	4,16	1,98	1,94	1,16	5,37	3,14	3,03	2,53
Melão	14,92	10,93	9,62	4,15	14,50	9,77	8,41	6,14
Tangerina	0,12	0,12	0,10	0,09	0,14	0,17	0,13	0,16
Uva	0,15	0,26	0,19	0,13	0,04	0,08	0,06	0,06

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

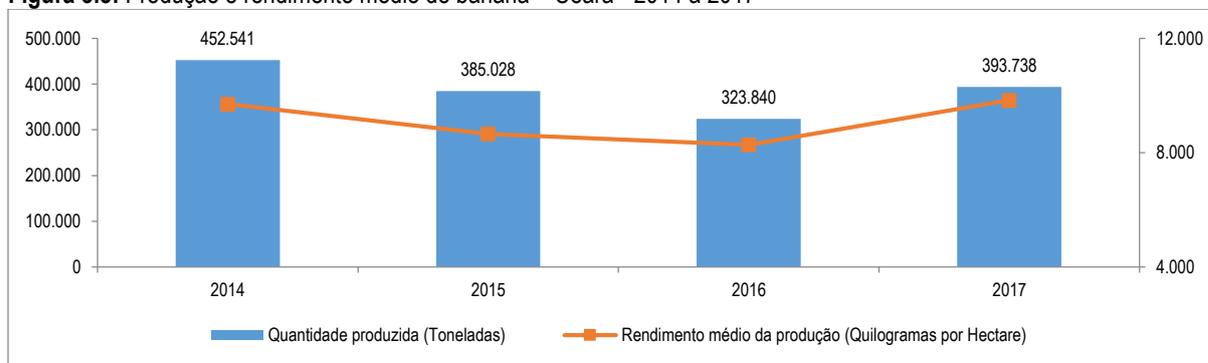
O valor da produção de frutas do Ceará em 2014 a 2016 ficou em torno de R\$ 1,0 bilhão. Em 2017 conseguiu atingir o valor R\$ 1,5 bilhão. As principais frutas produzidas no Ceará, em termos de valor,

são banana, com participação de 42,69%, castanha de caju (18,99%), maracujá (10,78%), coco-da-baía (9,72%), e mamão (6,53%), considerando a ordem de valor de 2017. Ressalta-se a forte queda no valor da produção do melão, que passou de R\$ 170 milhões, em 2014, para R\$ 62 milhões, 2017 (Tabela 3.2).

A produção de banana registrou melhor desempenho em 2014, com 452,5 mil toneladas. As safras de 2015 e 2016 registraram quantidades menores em decorrência dos piores anos de seca, agravado pela falta de água, muitos perímetros irrigados tiveram suas evasões de água reduzidas, com orientação para reduzir a área plantada ou a colher (no caso das lavouras permanentes). Porém, em 2017 o volume de pluviometria foi um pouco melhor proporcionando ganho de rendimento e consequentemente maior produção (Figura 3.8).

Os principais municípios cearenses produtores de banana são: Missão Velha, Limoeiro do Norte, Uruburetama e Quixeré. A produção de banana em 2017 foi cultivada em 166 municípios cearenses. Os dez principais responderam por 59,5%, do total produzido pelo Ceará.

Figura 3.8: Produção e rendimento médio de banana – Ceará - 2014 a 2017

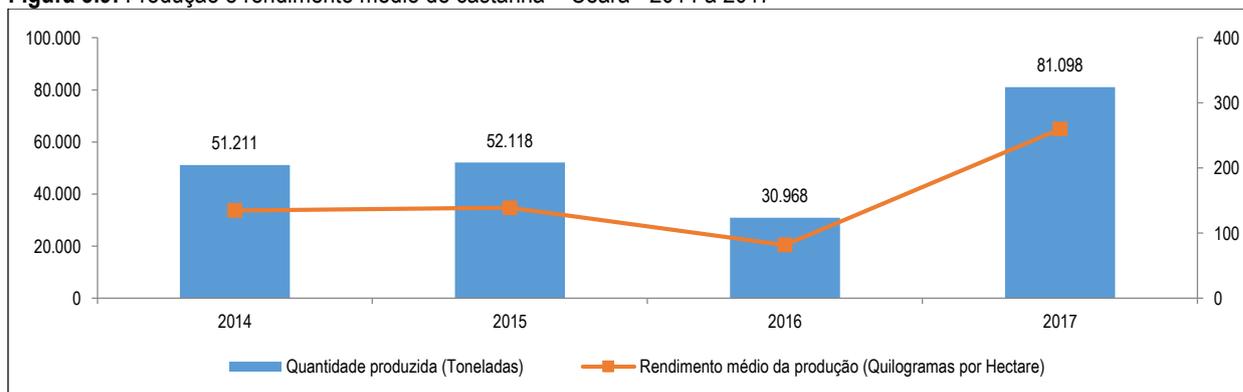


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O Ceará é um dos maiores produtores de castanha de caju, porém nos anos mais recentes a produção dessa cultura vem apresentando grande redução. A produção da castanha de caju nos anos de 2014 e 2015 foi de aproximadamente 52 mil toneladas e rendimento um pouco acima de 135 quilogramas por hectare. O ano de 2016 apresentou o pior desempenho, com produção de apenas 31 mil toneladas e rendimento de 82 kg/ha. Em 2017 a safra atingiu a quantidade de 81 mil toneladas e rendimento de 260 kg/ha. O motivo dessa melhora na colheita é explicado pelas chuvas ocorridas nas áreas onde se mais produz castanha e no período temporal considerado ótimo para o desenvolvimento dos frutos.

A castanha de caju foi cultivada em 152 municípios cearenses. Os principais municípios cearenses produtores de castanha de caju são: Bela Cruz, Chorozinho, Beberibe, Cruz, Trairi e Itapipoca, sendo estes municípios responsáveis por 40,1% da produção de 2017.

Figura 3.9: Produção e rendimento médio de castanha – Ceará - 2014 a 2017



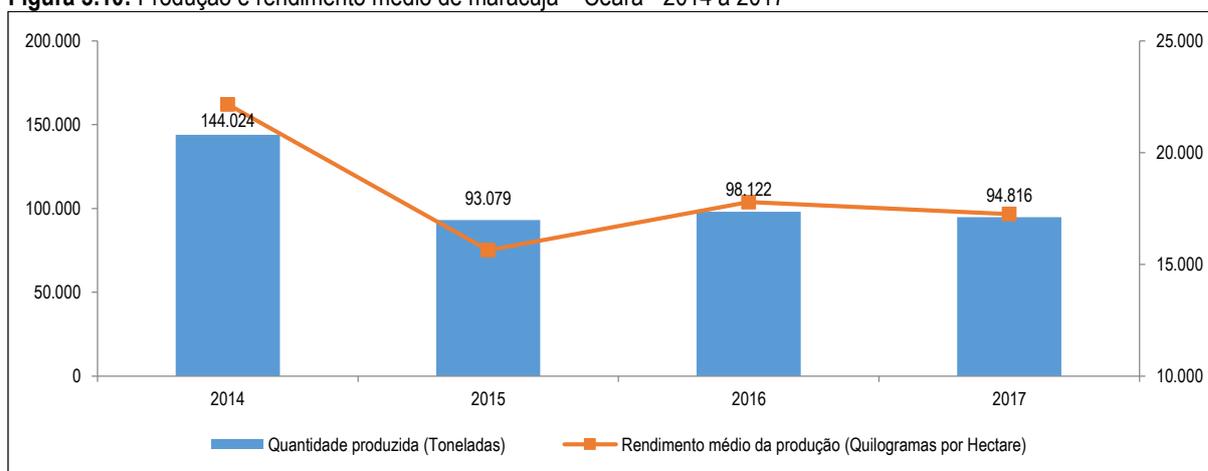
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A produção de maracujá, em 2014, foi a maior do período analisado (144 mil toneladas), nos anos seguintes a quantidade produzida ficou em torno de 95 mil toneladas. Mesmo com essa redução, o cultivo de maracujá continua entre as principais culturas do Ceará.

O rendimento do maracujá em 2014 foi de 22,1 quilogramas por hectare, o maior valor da série analisada. Em 2015 a produtividade caiu, passando para 15,6 quilogramas por hectare. O rendimento para os anos seguintes foi de aproximadamente 17 mil toneladas por hectare (Figura 3.10).

A produção de maracujá ocorreu em 54 municípios cearenses. Os principais municípios cearenses produtores de maracujá são: Ibiapina, Tianguá, Viçosa, Guaraciaba do Norte, Ubajara e São Benedito, juntos esses seis municípios produziram 71,9% da safra de 2017.

Figura 3.10: Produção e rendimento médio de maracujá – Ceará - 2014 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Outras Culturas

O Ceará também se destaca na produção de tomate e mandioca, essas culturas apresentam elevada relevância na economia do setor agropecuário do estado. Em 2014, a quantidade de mandioca foi a maior do período analisado, atingindo o montante de 478 mil toneladas, representando 8,44% do Nordeste e 2,06% do Brasil. Nos anos de 2015 e 2016 a produção de mandioca foi menor no Ceará, mas em 2017 retornou ao patamar da produção de 2014, atingindo as maiores participações. Com relação ao valor da produção da mandioca, observou-se comportamento semelhante ao verificado na quantidade, tanto na participação no Brasil como no Nordeste (Tabela 3.3). Em 2014 o valor da produção de R\$ 176,9 milhões, em 2015 apresentou queda, nos anos seguintes voltou a crescer, encerrando 2017 com valor de R\$ 215,1 milhões.

A produção de tomate vem ganhando importância na economia cearense nos últimos anos devido às técnicas de produção utilizada e o modo de irrigação do plantio, garantindo uma maior quantidade e melhor qualidade da fruta. Em 2014 a produção de tomate apresentou queda na produção comparado ao que vinha obtendo nos anos anteriores. Em 2017 a produção de tomate foi de 120,4 mil toneladas, participando com 24,28% e 2,85% do total da produção do Nordeste e Brasil, respectivamente.

Em 2014 o valor da produção do tomate foi de R\$ 176,9 milhões, em 2015 registrou queda em decorrência da falta de água. Porém, nos dois seguintes apresentou crescimento, obtendo o valor de R\$ 247,3 milhões, esse acréscimo está associado ao aumento de preço do tomate, visto que a quantidade produzida caiu nesse ano. A participação do valor da produção de tomate do Ceará em 2017 correspondeu a 37,07% e 5,68%, do Nordeste e Brasil, respectivamente, tendo sido as maiores da série analisada.

Tabela 3.3: Participação da Quantidade e Valor da Produção de lavouras do Ceará no Nordeste e Brasil - Ceará - 2014 a 2017

Quantidade Produzida								
Produto	Participação (%) CE/NE				Participação (%) CE/BR			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Mandioca	8,44	6,47	8,44	13,85	2,06	1,56	1,84	2,57
Tomate	20,09	17,50	22,85	24,28	2,64	2,27	2,95	2,85

Valor da Produção								
Produto	Participação (%) CE/NE				Participação (%) CE/BR			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Mandioca	9,64	7,51	8,37	11,67	2,00	1,67	1,56	1,95
Tomate	25,54	19,22	30,34	37,07	3,41	2,58	3,63	5,68

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3.2 Produção Pecuária

A atividade pecuária também sentiu os efeitos do período de estiagem, porém em menor proporção do que a atividade agrícola. Para o Brasil, observa-se que houve uma desaceleração do crescimento do valor da produção em 2015, chegando em 2016 a registrar taxa negativa de 0,38%. Em 2017 apresentou uma recuperação registrando crescimento de 2,4%. No acumulado de 2014 a 2017, o valor da pecuária do Brasil cresceu 3,5%. Para o Nordeste verificou-se que a desaceleração do crescimento ocorreu em 2015, passando de 4,9% em 2014, para 2,4%. Em 2016 a taxa foi negativa (-3,8%) e voltou a crescer no ano seguinte (2,9%). No acumulado do período analisado o valor da produção da pecuária do Nordeste foi de 6,4%.

Para o Ceará, observou-se que a atividade pecuária apresentou comportamento semelhante ao Nordeste, registrando a menor taxa em 2015, com queda de 3,7% e voltando a ter taxa positiva em 2016 (1,03%). Em 2017 a pecuária apresentou o melhor desempenho, com crescimento de 8,7%. No acumulado de 2014 a 2017 o valor da produção da pecuária cearense cresceu 10,8%.

A economia do Ceará destaca-se na pecuária com a criação de bovino, ovino, suíno, caprino e galináceos. O rebanho de bovino ao longo do período de 2014 a 2017 diminuiu 11,9%, com a dificuldade de manter o gado vivo diante da seca que ocorreu nesse período, muitos produtores optaram por vender seus gados para evitar maiores prejuízos. A participação do rebanho bovino cearense apresentou pequena redução, mantendo a participação de 8% da região Nordeste e 1,1% do total do rebanho bovino brasileiro. Os rebanhos de outros animais também apresentaram pequena redução de participação ao longo dos anos analisados (Tabela 3.4)

Tabela 3.4: Participação por tipo de rebanho do Ceará no Nordeste e Brasil - Ceará - 2014 a 2017

Tipo de rebanho	Participação (%) CE/NE				Participação (%) CE/BR			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Bovino	8,85	8,65	8,55	8,23	1,22	1,17	1,11	1,06
Suíno	20,97	21,81	21,70	20,09	3,13	3,19	3,12	2,76
Caprino	13,02	12,53	12,42	11,02	11,93	11,60	11,55	10,32
Ovino	22,01	20,67	19,78	18,48	12,66	12,52	12,46	11,98
Galináceos	19,66	17,85	18,11	18,17	2,13	2,13	2,09	2,11

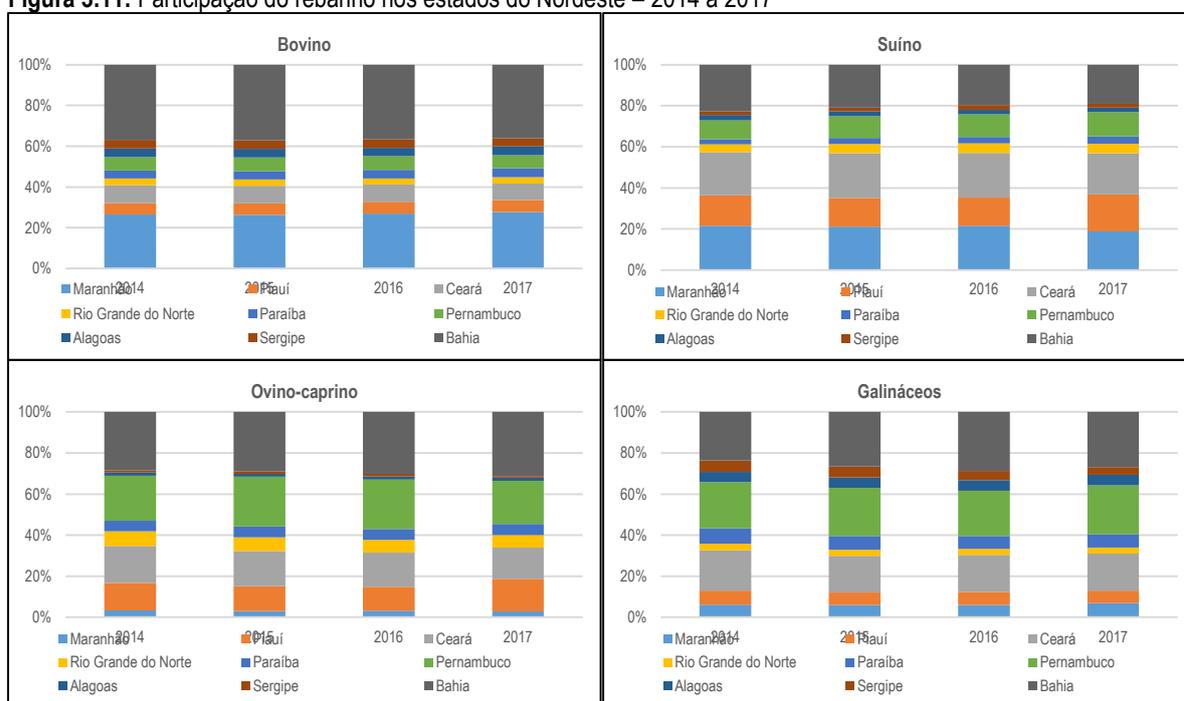
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao verificar a distribuição de rebanho dentro da região Nordeste, constatou-se que o estado da Bahia lidera a participação nos quatro segmentos analisados, ratificando seu domínio também na atividade

pecuária. Dessa forma, para o período de 2014 a 2017, a Bahia apresentou entre 36% e 37% de participação do rebanho bovino. Em seguida está Maranhão, em torno de 27%. O Ceará é o terceiro estado do Nordeste com maior rebanho bovino.

O Ceará, a Bahia e o Maranhão concentraram 19% e 21% do rebanho suíno do Nordeste nos anos de 2014 a 2017, sendo esses os três principais estados na criação de suíno. Em 2017, o estado do Piauí obteve 18% da participação do rebanho suíno. Com relação ao rebanho de ovino-caprino a Bahia concentrou 28% a 31% entre os anos de 2014 a 2017, em seguida está Pernambuco com participação de 21% nos anos de 2014 e 2017 e 24% nos anos de 2015 e 2016. O Ceará mais uma vez aparece como o terceiro estado do Nordeste no rebanho de ovino-caprino no período de 2014 a 2016, com participação em torno de 16% e 18%. Porém, em 2017, o Ceará reduziu a participação (15,2%), perdendo a posição para o Piauí (Figura 3.11).

Figura 3.11: Participação do rebanho nos estados do Nordeste – 2014 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Na criação de galináceo a Bahia liderou entre o período de 2014 a 2017, mantendo a participação de 27% e 28%, nos últimos três anos. Pernambuco aparece em segundo lugar, com participação de 22% e 23% no período analisado. O Ceará participou com valores entre 18% e 19% da produção de galináceos do Nordeste.

A atividade de produção animal possui elevada importância na economia do Ceará. A atividade de leite apresenta-se como a mais relevante, em termos de valor, seguida de ovos e mel de abelha.

A produção de leite no Ceará apresentou uma nítida tendência de crescimento entre os anos de 2014 e 2017, quando registrou crescimento de 16,8% na quantidade produzida e 38,1% no valor da produção. Enquanto que no

Brasil, para o mesmo período, a produção apresentou queda de 5,1% e crescimento de 9,4% no valor, e no Nordeste a produção cresceu 2,3% e o valor da produção 19%.

Como mencionado anteriormente, o desempenho da produção de leite do Ceará foi superior ao do Brasil e Nordeste. Assim, a participação do Ceará na produção e no valor aumentou tanto no Nordeste como

no Brasil. Em 2017 o Ceará participou com 14,62% da quantidade produzida de leite no Nordeste e 1,75% do total do Brasil. A participação do valor da produção foi de 15,59% do Nordeste e 2,17% do Brasil, ambos em 2017.

A produção de ovos também vem crescendo no Ceará ao longo desses anos, esse aumento refletiu em ganho de participação na quantidade produzida, passando de 23,65%, em 2014, para 26,26%, em 2017, no Nordeste; e 3,67% para 4,22% no Brasil. Com relação ao valor, verificou-se uma leve tendência de perda de participação, indicando que o preço de ovos do Ceará não acompanhou os preços médios do Nordeste e do Brasil.

Na série analisa, a quantidade de produção de mel no Ceará registrou queda de 8,0%, mas obteve crescimento de 36,3% do valor da produção. Para o Brasil e o Nordeste a produção de mel cresceu 8,3% e 23,3%, respectivamente; e no valor da produção registrou crescimento de 63,2% e 79,4%.

Em 2015 e 2016 houve redução da participação da produção e do valor de mel no Nordeste e Brasil, voltando a ganhar participação em 2017, porém, com participações inferiores as observadas em 2014 (Tabela 3.1).

Tabela 3.5: Quantidade e Valor da produção dos Produtos de origem animal – Ceará – 2014-2017

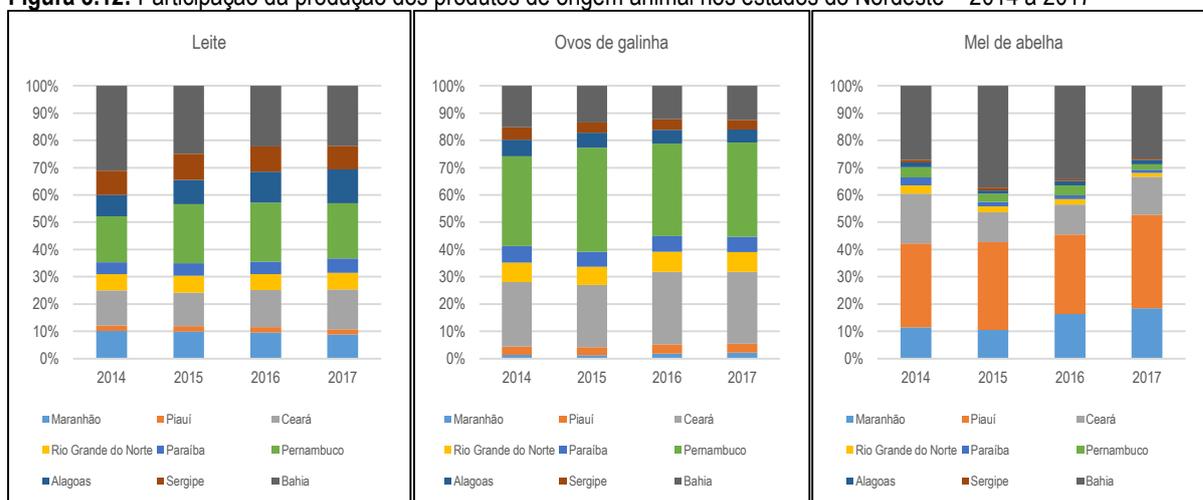
Quantidade Produzida								
Produto	Participação (%) CE/NE				Participação (%) CE/BR			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Leite	12,8	12,37	13,63	14,62	1,42	1,41	1,57	1,75
Ovos de galinha	23,65	22,77	26,56	26,26	3,67	3,82	4,2	4,22
Mel de abelha	18,3	11,03	10,99	13,87	5,02	3,58	2,9	4,26

Valor da Produção								
Produto	Participação (%) CE/NE				Participação (%) CE/BR			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Leite	13,45	13,64	14,74	15,59	1,72	1,86	1,88	2,17
Ovos de galinha	29,46	28,04	29,7	29,23	6,05	6,06	5,91	5,83
Mel de abelha	19,12	12,25	11,49	14,53	4,66	3,5	2,64	3,89

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao verificar a distribuição dos produtos de origem animal dentro da região Nordeste, constatou-se que o estado da Bahia lidera a participação da produção de leite. Para o ano de 2014 a participação da Bahia foi de 31,1%, em 2017 a participação passou para 22%. Em seguida está Pernambuco, com participação de aproximadamente 20%. O Ceará é o terceiro estado do Nordeste com maior produção de leite.

Figura 3.12: Participação da produção dos produtos de origem animal nos estados do Nordeste – 2014 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Em 2017, Pernambuco, Ceará e Bahia concentraram 73,3% da produção de ovos do Nordeste, sendo esses os três principais estados. Com relação a produção de mel, Piauí concentrou entre 34,4% em 2017, em seguida está Bahia, com participação de 26,6%, Maranhão, com 18,4%. O Ceará aparece em quarto lugar na produção de mel, com participação de 13,9%, vale ressaltar que o Ceará já representou 18% da produção (Figura 3.12).

3.3 Produção de Pesca e Aquicultura

O valor da produção da atividade produção florestal, pesca e aquicultura para o Brasil e o Nordeste houve uma desaceleração do crescimento do valor da produção nos anos de 2014 a 2016. Em 2017 registrou crescimento de 7%, para Brasil e 1,4% para o Nordeste. No acumulado de 2014 a 2017 o Brasil apresentou crescimento de 9,77% e o Nordeste 9,36%. A mesma atividade para Ceará apresentou comportamento bastante irregular no valor bruto da produção, verificou-se que houve crescimento em 2014 (8,6%) e nos demais anos em análise queda no valor, acarretando para uma redução de 36,3% no acumulado do período analisado.

As atividades de pesca e aquicultura do Ceará também foi fortemente atingida pelo longo período de estiagem, pois a baixa precipitação comprometeu os reservatórios destinados a criadouros de tilápia e camarão. Outro fator que prejudicou fortemente a produção de camarão na Ceará foi o vírus da Mancha Branca que atingiu vários cativeiros e reduziu drasticamente a produção.

Desta forma, a participação do Ceará na produção de tilápia foi reduzida tanto no Nordeste como no Brasil. Em 2014 o Ceará participou com 63,15% da quantidade produzida de tilápia no Nordeste e 18,14% do total do Brasil, em 2017 a participação caiu para 16,15% e 3,63%, respectivamente. A participação do valor da produção também caiu intensamente, conforme visto na Tabela 3.6. Já

O Ceará também perdeu participação na produção de camarão, atingindo o menor nível em 2017, quando a produção de camarão representou 29,21% do total do Nordeste e 28,87% do total do Brasil; e o valor da produção também reduziu a participação nos anos de 2016 e 2017 (Tabela 3.6).

Tabela 3.6: Participação da Quantidade e Valor da Produção dos principais produtos de pesca e aquicultura do Ceará no Nordeste e Brasil - Ceará - 2014 a 2017

Quantidade Produzida								
Produto	Participação (%) CE/NE				Participação (%) CE/BR			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Tilápia	63,15	52,55	37,94	16,15	18,14	12,75	7,19	3,63
Camarão	54,79	58,13	49,16	29,21	54,43	57,74	48,79	28,87

Valor da Produção								
Produto	Participação (%) CE/NE				Participação (%) CE/BR			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Tilápia	64,07	52,62	36,46	17,47	22,12	14,53	8,38	4,70
Camarão	50,16	51,86	41,55	27,27	49,66	51,41	41,28	26,98

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

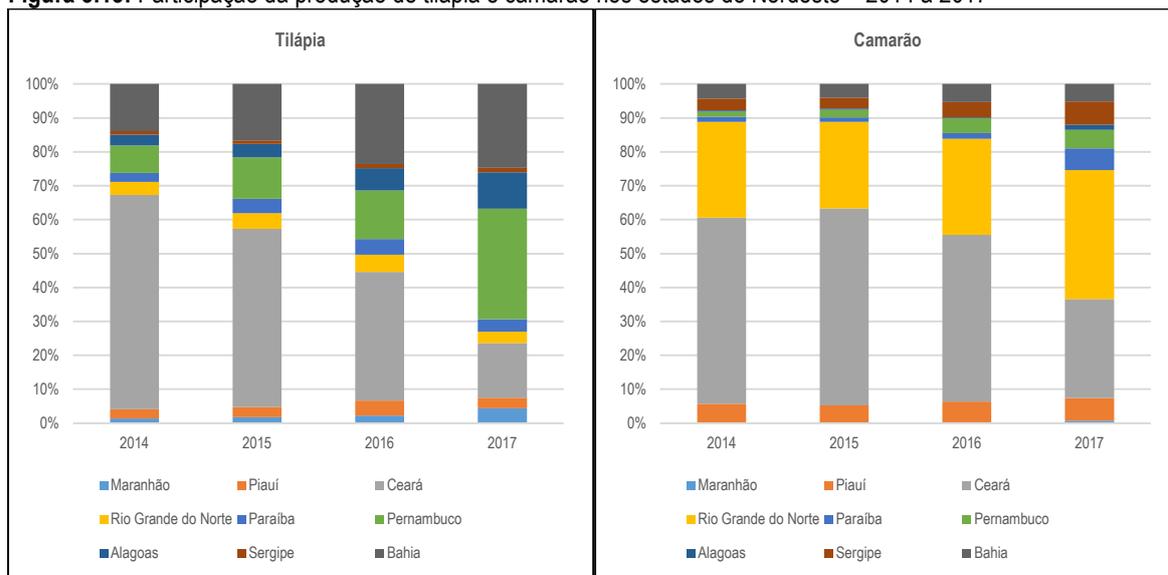
Ao observar a distribuição da produção de tilápia e camarão dentro da região Nordeste, constatou-se que o estado do Ceará liderou a participação nas duas atividades entre os anos de 2014 e 2016, porém com tendência de queda. Em 2017, o Ceará perdeu a liderança tanto na produção de tilápia como de camarão.

O Ceará concentrou 63,15% da produção de tilápia do Nordeste em 2014, passando para 16,15%, em 2017, ficando em terceiro no ranking do Nordeste. Entre 2014 e 2016 a Bahia foi a segunda maior em

produção de tilápia, seguida de Pernambuco. Porém, em 2017, Pernambuco passou a ser o maior produtor de tilápia da região, com 32,49%.

Com relação a produção de camarão, o Ceará em 2014 e 2015 foi responsável por mais de 50%, em 2016 a participação ficou em torno de 50%. Em seguida estava Rio Grande do Norte, com participação entre 28% e 25%. Em 2017, o Ceará participou com apenas 29,2% devido a infestação do vírus da marcha na branca nos cativeiros, enquanto que o Rio Grande do Norte respondeu por 38%. vale ressaltar que o vírus também atingiu os viveiros do Rio Grande do Norte, porém em menor proporção.

Figura 3.13: Participação da produção de tilápia e camarão nos estados do Nordeste – 2014 a 2017



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

4 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Witalo de Lima Paiva⁵

4.1 Introdução

Em 2017, a indústria geral cearense teve sua participação na economia local reduzida. Neste ano, a participação alcançou o percentual de 17,1%, o menor da série histórica iniciada em 2002. Este desempenho é explicado, principalmente, pelo resultado negativo registrado pela atividade da construção civil. Por outro lado, a atividade da indústria de transformação apresentou uma expansão na comparação com 2016. Considerando o Valor Adicionado Bruto (VAB), que mede o valor agregado à economia, do segmento da transformação, o crescimento real foi de 2,81%. (IPECE, 2019b).

De fato, o ano de 2017 marca uma retomada da indústria de transformação local após os anos de perdas contínuas na produção. Além de um componente cíclico, o movimento tem também como ingrediente uma mudança positiva do ambiente econômico que favoreceu a melhora das expectativas por parte dos agentes e a recuperação da demanda agregada. Em conjunto, tais elementos criaram um quadro alinhado às características do parque industrial local. O crescimento, em 2017, se deu na mesma direção e de modo mais intenso do que os registrados pela indústria nacional e do Nordeste. Apesar da expansão, o segmento acumula uma retração de 19,1% na comparação com 2010, reflexo da crise econômica e dos problemas estruturais de competitividade que assolam a manufatura não só no Ceará. (IPECE, 2019b).

Com o resultado de 2017, a atividade da transformação passou a responder por 49,6% do VAB total de toda indústria cearense, fortalecendo sua posição de principal segmento industrial local. Importante não apenas pelo valor adicionado à economia, o setor possui também rebatimentos relevantes na geração de emprego, renda e na competitividade da economia estadual. Neste contexto, o presente capítulo traz uma avaliação complementar mais aprofundada da indústria de transformação cearense para além do seu VAB.

A análise aqui apresentada se baseia nos dados disponibilizados pela Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) para o último ano disponível (2017). Como destacado pela própria pesquisa, a PIA tem como propósito identificar as características estruturais básicas da atividade industrial, produzindo um conjunto relevante de variáveis e indicadores que se constituem como referência para análise do segmento. O objetivo principal, a partir destes indicadores, é possibilitar uma leitura do desempenho e da competitividade da atividade para os anos de 2014 a 2017.

Dentre as diversas informações disponibilizadas, a avaliação construída neste capítulo considerou as seguintes dimensões de análise, a saber, a) Produção e Faturamento (valor bruto da produção (VBP), valor da transformação industrial (VTI) e receita líquida de vendas); b) Custos de Produção (gasto com salários e custo das operações industriais (COI)); e c) Estrutura Produtiva (número de firmas e quantidade de pessoal ocupado)⁶. A partir das variáveis selecionadas, o objetivo é captar aspectos estruturais da atividade industrial quanto ao seu porte produtivo, faturamento, agregação de valor e

⁵ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

⁶ Ao final do capítulo, no apêndice, é possível ver a definição de cada indicador considerado.

custos. A dinâmica de tais características no intervalo de tempo considerado no estudo também é objeto de análise⁷.

Em sintonia com a evolução do VAB, a indústria de transformação cearense também registrou expansão no Valor da Transformação Industrial (VTI) em 2017. No ano, na comparação com 2016, o crescimento real foi de 8,16%, ritmo próximo ao nacional (8,35%) e muito superior ao da região Nordeste (3,33%). O desempenho voltou a ser positivo em 2017 após quedas seguidas nos anos anteriores. Entretanto, no resultado acumulado entre 2014 e 2017, o estado acumula uma redução de 3,83%. Apesar de negativo, o número é melhor do que o observado no país e na região. Em termos de participação, o VTI cearense responde por apenas 1,48% do VTI total nacional e por 14,96% do VTI regional. Os números são apresentados na tabela 4.1.

Tabela 4.1: Produção e Faturamento na Indústria – Brasil, Nordeste e Ceará – 2014 a 2017

Produção e Faturamento (R\$ Bilhões)					Participação 2017 (%) (CE/NE e CE/BR)	Variação Real (%)*			
Brasil, Nordeste e Ceará	2014	2015	2016	2017		2015/ 2014	2016/ 2015	2017/ 2016	2017/ 2014
Valor bruto da produção industrial (VBP)									
Brasil	2.936,2	2.646,3	2.490,1	2.646,5	1,44	-9,87	-5,90	6,28	-9,87
Nordeste	284,9	273,7	259,1	272,7	13,94	-3,94	-5,34	5,27	-4,27
Ceará	37,2	34,7	35,4	38,0	-	-6,86	2,12	7,35	2,11
Valor da transformação industrial (VTI)									
Brasil	1.291,6	1.154,5	1.086,9	1.177,6	1,48	-10,62	-5,86	8,35	-8,82
Nordeste	125,8	120,7	112,9	116,7	14,96	-4,10	-6,40	3,33	-7,25
Ceará	18,1	16,3	16,1	17,5	-	-10,32	-0,86	8,16	-3,83
Receita líquida de vendas									
Brasil	3.089,0	2.799,4	2.616,4	2.814,1	1,59	-9,37	-6,54	7,56	-8,90
Nordeste	313,6	290,2	274,6	292,3	15,34	-7,46	-5,39	6,46	-6,79
Ceará	49,7	42,6	41,3	44,8	-	-14,33	-3,03	8,58	-9,80

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. *Valores a preço de 2017, corrigidos pelo IGPM.

Os anos de 2015 e 2016, como sabido, foram de agravamento da crise econômica brasileira, cujos efeitos se deram de forma intensa no parque industrial nacional. Muito em virtude do desempenho do último ano, os resultados entre 2014 e 2017, indicam que a indústria cearense passou a acumular uma perda menor no período, ficando relativamente mais próxima de retomar ao nível pré-crise.

Quando se considera o Valor Bruto da Produção Industrial (VBP), o comportamento é similar ao VTI, mas com resultados acumulados já positivos. O VTI é uma medida “refinada” que capta a agregação de valor originada no processo de produção da industrial, já o VBP é uma medida “bruta” que também considera os custos de produção em seu cálculo. Em 2017, o VBP cearense cresceu 7,35%, dando sequência ao número positivo de 2016. No acumulado, 2014 a 2017, a taxa é positiva e indica um crescimento de 2,11%. Diante dos números, tem-se que, apesar do aumento da produção, o mesmo não

⁷ Uma ressalva precisa ser feita para leitura dos resultados que seguem. Para permitir a comparação entre Ceará, Nordeste e Brasil e diante da disponibilidade dos dados, os números discutidos se referem à indústria de transformação e à indústria extrativa mineral, somados. De todo modo, nesta agregação, o segmento da transformação responde pela quase totalidade dos valores e números apresentados, não invalidando as análises. A indústria extrativa tem uma participação pouco relevante e não interfere nas dinâmicas analisadas.

ocorre com a agregação de valor. Esse descompasso pode estar associado a um comportamento desfavorável dos custos de produção, o que será analisado mais adiante. Ver Tabela 4.1.

Tal descompasso é ainda mais severo quando se analisa o faturamento a partir das receitas líquidas de vendas. Em 2017, o crescimento foi similar ao observado no VTI, com uma taxa de 8,58% em relação a 2016. Entretanto, no acumulado de 2014 a 2017, as perdas ainda são elevadas e indicam um nível de receitas 9,8% inferior ao registrado no momento pré-crise.

Em termos estruturais, a participação cearense nos valores nacionais e regionais para o VBP e para as receitas são similares aos observados para o VTI. De modo mais específico, a participação cearense é relativamente menor para o VBP e mais elevada para as receitas. Em outras palavras, a manufatura cearense agrega valor e fatura relativamente mais do que produz quando se considera as participações nas indústrias brasileira e nordestina.

Em 2017, a indústria conseguiu elevar a produção, agregando valor e escoado os produtos para o mercado consumidor. Apesar dos números positivos, as perdas acumuladas ainda não foram totalmente revertidas, em um movimento que está relacionado à dinâmica desfavorável dos custos de produção, à redução dos preços de vendas e/ou da demanda por produtos industriais em um ritmo mais intenso nos anos mais severos da crise econômica.

Uma análise dos custos das operações industriais (COI) e dos gastos com salários ajuda a compreender o ponto destacado acima. O COI, que representa os custos ligados diretamente à produção industrial, apresentou uma elevação de 6,67% na indústria cearense, entre 2017 e 2016. O percentual é próximo do registrado pela região nordeste (6,77%) e inferior à expansão nacional (4,68%), refletindo uma dinâmica relativamente mais desfavorável para o estado e a região quando comparados ao restante do Brasil. Quanto aos salários, o crescimento na indústria cearense (3,06%) é levemente inferior ao registrado pela indústria no Brasil e no Nordeste. Embora os custos tenham se elevado em 2017, o ritmo foi inferior ao registrado pela produção e pela receita, como visto antes. Os números estão na tabela 4.2, abaixo.

Tabela 4.2: Custo de Produção na Indústria – Brasil, Nordeste e Ceará – 2014 a 2017

Custos de Produção (R\$ Bilhões)					Participação 2017 (%) (CE/NE e CE/BR)	Variação Real (%)*			
Brasil, Nordeste e Ceará	2014	2015	2016	2017		2015/2014	2016/2015	2017/2016	2017/2014
Custos das operações industriais									
Brasil	1.644,6	1.491,8	1.403,2	1.468,9	1,40	-9,29	-5,94	4,68	-10,69
Nordeste	159,1	153,0	146,1	156,0	13,18	-3,81	-4,50	6,77	-1,91
Ceará	19,1	18,4	19,3	20,6	-	-3,58	4,76	6,67	7,75
Salários, retiradas e outras remunerações									
Brasil	326,0	297,3	279,2	289,0	1,65	-8,80	-6,09	3,50	-11,36
Nordeste	28,4	26,4	24,7	25,6	18,60	-7,07	-6,42	3,54	-9,96
Ceará	4,8	4,4	4,6	4,8	-	-7,38	4,68	3,06	-0,08

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. *Valores a preço de 2017, corrigidos pelo IGPM.

Apesar da dinâmica favorável em 2017, quando se considera o período a partir de 2014, avaliação é diferente. Com relação ao COI, entre 2014 e 2017, a expansão acumulada é de 7,75%, percentual superior aos indicadores de produção e de receitas. Essa dinâmica desfavorável dos custos, a evolução

negativa para VTI apesar do aumento no VBP. Da mesma forma, indica uma pressão maior para atividade industrial em um cenário ainda de queda nas receitas, sinalizando para um efeito negativo sobre a rentabilidade e o fluxo de caixa das firmas industriais. Em relação ao Brasil e ao Nordeste, o quadro cearense é completamente distinto. Enquanto o COI se elevou no estado, ele diminuiu no país (-10,69%) e no Nordeste (-1,91%). A comparação com as dinâmicas nacional e regional evidenciam um comportamento relativamente pior para indústria cearense e isso pode influenciar em desempenhos distintos no processo de recuperação que parece ter se iniciado em 2017.

Análise similar pode ser feita para os salários. Na indústria cearense os níveis em 2017 são semelhantes ao de 2014, no momento pré-crise. Já para a indústria nacional e nordestina, os salários acumulam quedas ainda relevantes de 11,36% e 9,96%, respectivamente. Assim como os custos operacionais, os salários na manufatura cearense também apresentam um comportamento relativamente pior, elevando a pressão sobre a rentabilidade das firmas industriais no estado na comparação com seus pares no país e no Nordeste. Ver tabela 4.2.

Um último grupo de indicadores avaliados trata da capacidade de produção na indústria cearense. Tem-se que o crescimento da produção experimentado pela indústria, em 2017, se deu a despeito da redução da estrutura de produção existente. Na comparação com 2016, o número de firmas industriais diminuiu em 0,36%, enquanto o pessoal ocupado foi reduzido em 1,44%. Para ambos os indicadores, as reduções no último ano repetem o desempenho dos anos anteriores, 2016 e 2015, quando também se observou taxas negativas. Os números constam na tabela 4.3.

No acumulado do período de 2014 a 2017, o encolhimento da estrutura produtiva mostra-se mais intenso do que o observado nos indicadores de produção e faturamento vistos anteriormente. De fato, a quantidade de firmas apresentou uma redução de 12,62% no período, um percentual superior ao registrado pelo Brasil (-9,80%) e pela região Nordeste (-6,97%). No tocante ao número de pessoas ocupadas, o percentual de redução no Ceará foi de 10,76%. Apesar de elevada, a taxa é menor do que a registrada pelo país (-13,14%) e pela região (-12,82%), revelando um quadro pior no Brasil e no Nordeste. Ver Tabela 4.3

Tabela 4.3: Estrutura Produtiva na Indústria – Brasil, Nordeste e Ceará – 2014 a 2017

Estrutura Produtiva					Participação 2017 (%) (CE/NE e CE/BR)	Variação (%)			
Brasil, Nordeste e Ceará	2014	2015	2016	2017		2015/2014	2016/2015	2017/2016	2017/2014
Número de Firms (nº unidades locais)									
Brasil	209.561	201.204	194.843	189.018	2,78	-3,99	-3,16	-2,99	-9,80
Nordeste	25.999	25.645	24.757	24.187	21,72	-1,36	-3,46	-2,30	-6,97
Ceará	6.013	5.659	5.273	5.254	-	-5,89	-6,82	-0,36	-12,62
Pessoal ocupado* (Mil Pessoas)									
Brasil	8.305,2	7.642,5	7.262,6	7.213,9	3,05	-7,98	-4,97	-0,67	-13,14
Nordeste	1.075,0	1.020,2	954,7	937,2	23,49	-5,10	-6,42	-1,84	-12,82
Ceará	246,7	229,9	223,4	220,1	-	-6,82	-2,83	-1,44	-10,76

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. *Pessoal Ocupado em 31 de dezembro de cada ano.

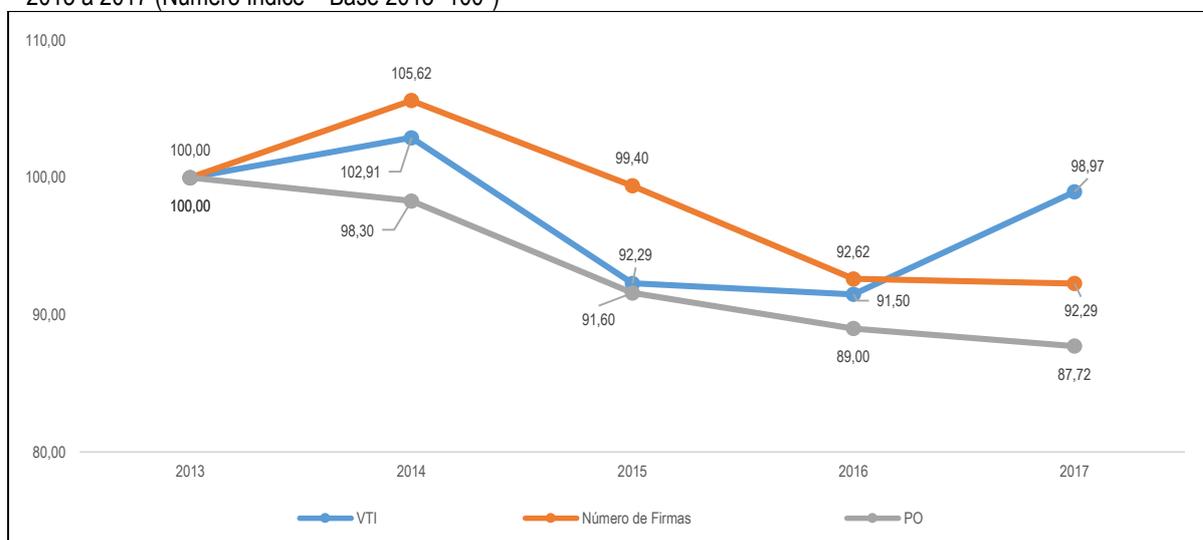
Os números específicos para o Ceará podem ser lidos sob duas perspectivas, não necessariamente excludentes. De um ponto de vista negativo, o fechamento expressivo de firmas e postos de trabalho é um claro indicativo da severidade da crise econômica e de redução intensa na capacidade de produção.

O fechamento de fábricas tem efeitos mais duradouros que levam um tempo maior para serem revertidos, e isso pode afetar a velocidade, a intensidade e a robustez do processo de retomada percebido em 2017.

Por outro lado, numa perspectiva positiva, os números pudessem indicar um aumento na eficiência produtiva, uma vez que a produção apresentou uma dinâmica mais favorável. Esse aparente ganho de eficiência pode ser relacionado ao fato de que as empresas ineficientes encontram mais dificuldades para manter as operações em um cenário adverso por mais tempo e acabam por encerrar as atividades. Restam, assim, as unidades mais produtivas e tal fato pode contribuir para a retomada do crescimento contrapondo, total ou parcialmente, os efeitos danosos da perda de capacidade de produção.

O Gráfico 4.1, a seguir, compara as evoluções do VTI com a dinâmica do número de firmas e com a quantidade de pessoal ocupado nos últimos anos para indústria cearense. O comportamento das linhas ajuda a visualizar os ganhos locais de produtividade, comentados anteriormente.

Gráfico 4.1: Evolução do Valor da Transformação Industrial (VTI), do Número de Firmas e do Pessoal Ocupado (PO) – Ceará – 2013 a 2017 (Número Índice – Base 2013=100*)



Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. *Valores originais a preço de 2017, corrigidos pelo IGPM.

Por fim, no comparativo com o Brasil e o Nordeste, o Ceará apresenta participações relativamente mais expressivas do que aquelas observadas nos indicadores de produção e faturamento. Em relação à indústria nacional, o estado possui 2,78% do total de firmas e 3,05% do total de pessoas ocupadas. Já com relação à região, os percentuais são 21,72% e 23,49%, respectivamente. Apesar dos aparentes ganhos de eficiência comentados anteriormente, a produtividade cearense ainda é inferior à nacional e à média do Nordeste, uma vez que a participação nos indicadores de produção e faturamento não refletem igualmente o peso relativo alcançado pela estrutura produtiva cearense.

Diante dos resultados gerais apresentados, torna-se importante conhecer a composição da indústria de transformação no Ceará, identificar quais as atividades que a caracterizam e o seu desempenho. Tal conhecimento permite detalhar os resultados e aprofundar o entendimento sobre estes. Adicionalmente, a identificação dos principais segmentos industriais permite melhor entender as características estruturais do setor.

Neste sentido, a indústria cearense se caracteriza pela produção de bens de consumo não duráveis, com menor valor agregado, como alimentos, calçados, vestuário e bebidas. Essa característica, além de se manter quase que inalterada ao longo dos anos, foi intensificada em 2017. Neste ano, as principais atividades industriais concentraram 84,25% do total do VTI gerado pela indústria de transformação no estado. Em 2014, tal percentual foi de 80,61%. Neste intervalo, um ganho de 3,65 pontos percentuais de

participação explicado, principalmente, pela fabricação de alimentos. Independente desta elevação, a agregação de valor da manufatura local tem mantido sua origem ao longo do tempo, predominantemente, concentrada em tais atividades⁸. A Tabela 4.4, a seguir, traz as atividades principais e os números comentados.

A Tabela 4.4 traz também informações complementares que ajudam a caracterizar a indústria de transformação no estado, em especial, na comparação com o Brasil. Considerando a indústria do país, as atividades principais para o Ceará, no ano de 2017, concentraram 59,02% do VTI total em nível nacional. O percentual revela a considerável diferença de perfil entre os parques industriais, o que influencia diretamente na capacidade de resposta diante de mudanças na conjuntura econômica.

Ainda na comparação com o país, a segmento da transformação no estado elevou sua participação nacional, alcançando 1,7% em 2017 contra 1,6% em 2013. Considerando o grupo das atividades principais, a participação passou para 2,4% da respectiva produção nacional no último ano contra 2,3% em 2013. As atividades locais que registram um maior destaque em nível nacional são Couros e Calçados, com participação de 18,7%, Vestuário (7,7%), Têxteis (4,4%) e Máquinas e aparelhos elétricos (3,0%).

As últimas colunas da tabela 4.1 destacam a importância relativa da atividade para a indústria local vis a vis a importância desta na indústria nacional. A medida compara as participações relativas e indica uma importância relativamente maior para indústria local quando o valor for superior a 1,0. Quanto mais alto, maior a importância para manufatura cearense. Dentre as atividades se destacam Couros e Calçados, Vestuário e Têxteis (5,0%). De modo distinto, a produção de alimentos possui uma importância semelhante em ambas as indústrias, ao passo que a produção de produtos químicos tem uma maior importância em nível nacional.

⁸ É importante frisar que a análise não permite captar movimentos iniciais de mudança nessa estrutura. Entretanto, pode-se afirmar que tais movimentos, se estão ocorrendo, ainda não foram capazes de alterar a estrutura dominante.

Tabela 4.4: Valor da Transformação Industrial - Principais Atividades da Indústria de Transformação no Ceará – 2014 e 2017

Atividades Industriais	Ceará					Brasil					Part. (%) Ceará/Brasil		Importância Local Relativa	
	2014		2017		Variação Part. (p.p.)	2014		2017		Variação Part. (p.p.)	2014	2017	2014	2017
	Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)	Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)		Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)	Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)					
Fabricação de produtos alimentícios	2,512	16,57	3,758	21,85	5,28	169,088	17,85	211,238	20,73	2,89	1,5	1,8	0,93	1,05
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	3,233	21,32	3,585	20,84	- 0,48	18,223	1,92	19,148	1,88	- 0,04	17,7	18,7	11,09	11,09
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,754	11,57	1,867	10,86	- 0,71	23,774	2,51	24,281	2,38	- 0,13	7,4	7,7	4,61	4,56
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1,448	9,55	1,290	7,50	- 2,05	105,292	11,11	116,086	11,39	0,28	1,4	1,1	0,86	0,66
Fabricação de produtos têxteis	0,755	4,98	0,824	4,79	- 0,19	16,783	1,77	18,854	1,85	0,08	4,5	4,4	2,81	2,59
Fabricação de bebidas	0,929	6,13	0,823	4,78	- 1,34	35,140	3,71	39,398	3,87	0,16	2,6	2,1	1,65	1,24
Fabricação de produtos químicos	0,503	3,32	0,815	4,74	1,42	73,922	7,80	89,742	8,81	1,01	0,7	0,9	0,43	0,54
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,536	3,54	0,776	4,51	0,97	27,737	2,93	26,072	2,56	- 0,37	1,9	3,0	1,21	1,76
Metalurgia	0,551	3,63	0,755	4,39	0,76	53,831	5,68	56,469	5,54	- 0,14	1,0	1,3	0,64	0,79
Atividades Seleccionadas	12,220	80,61	14,493	84,25	3,65	523,790	55,28	601,287	59,02	3,73	2,3	2,4	1,46	1,43
Demais Atividades	2,940	19,39	2,708	15,75	- 3,65	423,723	44,72	417,583	40,98	- 3,73	0,7	0,6	0,43	0,38
Indústrias de Transformação Total	15,160	100,00	17,201	100,00	-	947,513	100,00	1.018,870	100,00	-	1,6	1,7	-	-

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2016/IBGE). Elaboração própria. Valores correntes. Ordenados pela maior participação na indústria cearense em 2017.

As características identificadas, em especial a maior importância relativa da produção de bens finais, tendem a tornar o parque fabril cearense mais sensível às oscilações no poder de compra das famílias. Aumento nos níveis de desemprego, redução da massa salarial, alta inflação, restrições de crédito às famílias, expectativas ruins por parte do consumidor são aspectos conjunturais que afetam com força relativamente maior o desempenho da indústria de transformação cearense, reduzindo seu desempenho. Por outro lado, uma dinâmica favorável nas variáveis citadas pode beneficiar de modo relativamente mais forte a manufatura cearense.

O crescimento experimentado pelas principais atividades industriais no Ceará ilustra o argumento acima. De fato, como destacado anteriormente, o ano de 2017 retrata uma recuperação da indústria de transformação estimulada por uma mudança positiva do ambiente econômico, com melhora das expectativas e a retomada da demanda agregada. Tal cenário está refletido no desempenho das atividades industriais mais relevantes. A tabela 4.5 apresenta as taxas de crescimento na comparação 2016 e 2017 e para o período acumulado 2014 a 2017.

Em 2017, o grupo formado pelos principais segmentos industriais no estado cresceu 10,69%. Neste ano, destaque para Metalurgia, devido ao avanço das operações da Companhia Siderúrgica do Pecém, seguida pela fabricação de Alimentos, Produtos Químicos e Vestuário. Considerando o cenário nacional, este mesmo grupo de atividades cresceu 4,85%. As demais atividades apresentaram um recuo de 4,28%, levando a Indústria de transformação, em seu conjunto, crescer 8,03%. No Brasil, o crescimento da transformação cresceu 5,74.

Tabela 4.5: Crescimento Real (%) do Valor da Transformação Industrial - Principais Atividades da Indústria de Transformação no Ceará e comparação com Brasil – períodos selecionados

Atividades Industriais	Crescimento Real (%)* 2017/2016		Crescimento Real (%)* 2017/2014	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Fabricação de produtos alimentícios	17,10	3,90	26,96	6,01
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	5,70	3,35	-5,90	-10,84
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	15,48	5,62	-9,65	-13,33
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	13,37	7,22	-24,39	-6,45
Fabricação de produtos têxteis	3,46	15,69	-7,45	-4,67
Fabricação de bebidas	-32,33	4,39	-24,85	-4,87
Fabricação de produtos químicos	19,80	-0,77	37,44	3,01
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,36	3,65	22,77	-20,24
Metalurgia	176,95	11,24	16,39	-10,99
Atividades Selecionadas	10,69	4,85	0,64	- 2,59
Demais Atividades	- 4,28	7,05	- 21,83	- 16,38
Indústrias de Transformação Total	8,03	5,74	- 3,72	- 8,76

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2016/IBGE). Elaboração própria. *Valores a preço de 2017, corrigidos pelo IGPM.

Considerando o período acumulado, o crescimento do grupo principal no estado foi de 0,64% entre 2014 e 2017. No contexto nacional, tal grupo acumula uma redução de -2,59%, indicando um nível ainda abaixo do registrado antes do agravamento da crise econômica nacional. Para as demais atividades, a perda acumulada no estado e no Brasil continuam expressivas, respectivamente, -21,83% e -16,38%. Como consequência, a Indústria de transformação total acumula perdas de 3,72 no Ceará e 8,76% no país.

Por fim, o ano de 2017 foi, de fato, de recuperação para indústria cearense em um movimento favorecido pelo desempenho dos segmentos tradicionais e mais relevantes para a manufatura local. O crescimento observado foi acompanhado por ganhos de eficiência, sendo alcançado com uma menor quantidade de firmas e empregados. Entretanto, os resultados acumulados para indicadores relevantes revelam que a indústria cearense ainda não recuperou totalmente as perdas decorrentes do período mais severo da crise econômica que afetou todo o país nos anos de 2015 e 2016.

5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS

Daniel Suliano⁹

5.1 Introdução

Pode-se definir os serviços como as atividades em que a *produção* e o *consumo* ocorrem de forma simultânea podendo serem oferecidas para consumo das famílias ou das empresas¹⁰. Adicionalmente, podem ser diferenciados quanto a intensidade da tecnologia e nível de capital humano.

Neste capítulo serão analisados a estrutura do setor de Serviços utilizando a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) no período 2014 a 2017. O objetivo dessa pesquisa é descrever características estruturais do segmento empresarial nacional de serviços não-financeiros.

A PAS teve seu início em 1998 dentro do novo modelo de produção de estatísticas ao substituir os Censos Econômicos quinquenais. IBGE (2017) destaca que uma peculiaridade da PAS em relação às demais pesquisas por empresas anuais, como a Pesquisa Industrial Anual (PIA), a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) e a Pesquisa Anual de Comércio (PAC), é que ela apresenta uma abrangência de um conjunto de atividades com características econômicas diversificadas e genericamente referidas como setor produtor de serviços.

A classificação das atividades adotada pela PAS é com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0) em vigor desde 2007 no intuito de manter a comparabilidade internacional tendo como base a *International Standard Industrial Classification* (CIIU). Entre os destaques, a CNAE 2.0 apresenta um maior nível de desagregação das atividades econômicas.

O universo das empresas que compõem a PAS, de acordo com IBGE (2014, 2017), além de ter atividade compreendida nos segmentos da CNAE 2.0, deve também estar em situação ativa no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) que cobre as entidades com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Além disso, as empresas devem estar sujeitas ao regime jurídico das entidades empresariais, excluindo-se órgãos da administração pública direta e instituições privadas sem fins lucrativos além de estarem sediadas no Território Nacional tendo no caso da Região Norte apenas aquelas que estão sediadas nos municípios das capitais, com exceção do Pará, nas quais são consideradas aquelas sediadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

A unidade de investigação da pesquisa é a empresa, unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social na qual engloba o conjunto de atividades econômicas exercidas em uma ou mais unidades locais.

Por empresa, entende-se como a unidade de decisão de caráter jurídico que assume obrigações financeiras estando a frente das transações de mercado e exercidas em uma ou mais unidades locais, e que responde pelo capital investido nas atividades. A unidade local, por sua vez, é o espaço físico no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas correspondendo, na maioria das vezes, a cada endereço de atuação da empresa.

⁹ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

¹⁰ No comércio, a atividade é caracterizada pela revenda de mercadorias, sem transformações substanciais, podendo elas ter como finalidade o uso pessoal e doméstico ou utilização para a atividade produtiva. Além disso, na atividade comercial existe um descolamento temporal entre a aquisição do bem e o seu consumo.

5.2. Comportamento dos Segmentos de Serviços Não Financeiros

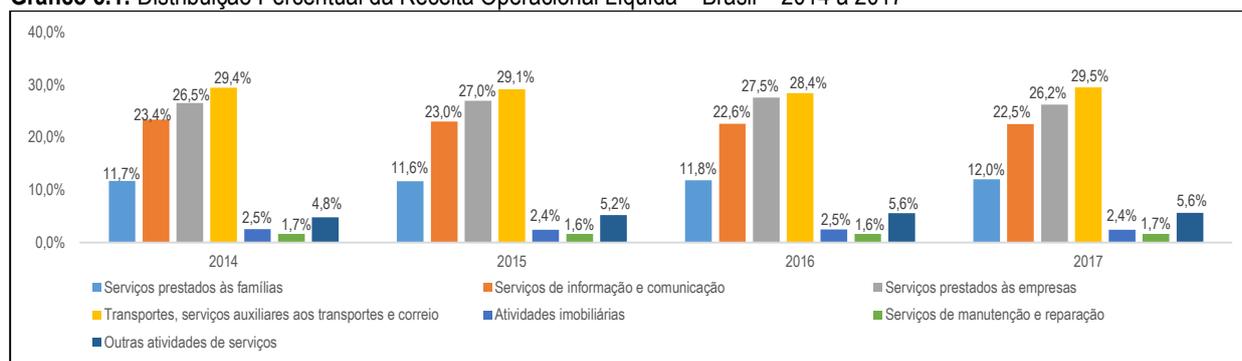
No Gráfico 5.1 são apresentados a evolução da participação da Receita Operacional Líquida do Brasil dos anos de 2014 a 2017 para os sete agrupamentos que compõem a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS).

IBGE (2017) define o receita operacional líquida como receitas brutas provenientes da exploração das atividades principais e secundárias exercidas pela empresa, com deduções dos impostos e contribuições (ICMS, PIS/Pasep, IPI, ISS, Simples Nacional, COFINS etc.), das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

De acordo com IBGE (2019), compreender o comportamento das empresas que atuam na atividade de Serviços, pela ótica do faturamento, é relevante no sentido de sinalizar aspectos relativos à vitalidade econômica de suas atividades e como isso pode ser alterado no tempo. Adicionalmente, o ganho ou perda de participação na receita por parte de setores mais intensivos em conhecimento pode ser um indicativo de evolução ou retrocesso, respectivamente, nos níveis de competitividade da economia como um todo.

Sete são os segmentos da PAS do Brasil: serviços prestados principalmente às famílias, serviços de informação e comunicação, serviços profissionais, administrativos e complementares, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, atividades imobiliárias, serviços de manutenção e reparação e outras atividades de serviços.

Gráfico 5.1: Distribuição Percentual da Receita Operacional Líquida – Brasil – 2014 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio é o segmento que apresenta a maior parte do montante da receita operacional líquida do setor de serviços. De 2014 a 2017 sua participação manteve-se praticamente estável saindo de 29,4% em 2014 para 29,5% no ano de 2015. Em 2016, a participação do segmento tinha atingido o menor valor com 28,4%.

Como bem sugestivo pelo nome, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio operam nas modalidades de transporte de passageiros e mercadorias e atividades correlatas de suporte e serviços de correio, malote e entrega que tendem a apresentar baixa empregabilidade e níveis baixos de produtividade e salário.

O setor tem como característica o deslocamento das pessoas e escoamento e distribuição da produção a partir de empresas de transporte ferroviário, metroviário, rodoviário, aquaviário, aéreo, serviços auxiliares aos transportes, empresas de armazenagem, empresas de entregas e mudanças e as atividades de correio. IBGE (2018) destaca que as empresas de transporte rodoviário de carga são o grande destaque do segmento em termos de receita.

Além disso, são atividades que permeiam o investimento público em infraestrutura com adoção de melhorias em inovações tecnológicas aplicadas pelas empresas a sistemas de logística e segurança, frotas e equipamentos. Portanto, é um setor intensivo em capital, com papel estratégico no crescimento econômico.

O segundo segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares foi o segundo que mais contribuiu para a receita operacional líquida do setor ao longo da série analisada, tendo atingido, em 2017, a sua maior participação com 29,5% no total e crescimento de 1,1 ponto percentual com relação ao ano anterior.

Nesse segmento, destaca-se os serviços técnico-profissionais, como consultorias, escritórios de advocacia, contabilidade e publicidade, empresas de engenharia e arquitetura, de acordo com IBGE (2018). Como também observa IBGE (2019), esse grupo de atividade envolve também prestadores de serviços de locação de mão-de-obra, agência de viagens, escritórios, atividades paisagísticas e serviços de vigilância.

Os serviços de informação e comunicação é o terceiro grupamento de atividade com maior participação na receita operacional líquida do setor de serviços nacional. É destacado como um setor em que a ampla maioria das empresas são intensivas em capital com atuação na área de criação, disseminação, transmissão e armazenamento de produtos de conteúdo.

Como observado no Gráfico 5.1, a participação dos serviços de informação e comunicação vem declinando ao longo dos anos. Em 2014, o setor detinha 23,4% de participação na receita operacional líquida reduzindo levemente para 23% em 2015, 22,6% em 2016 e chegando a 22,5% no ano de 2017. Essa tendência declinante também é observada por IBGE (2019) que destaca que o setor, em 2008, figurava como o segmento de maior participação na receita operacional líquida da PAS.

Os serviços prestados principalmente às famílias configura como o quarto de maior participação com leve crescimento a partir de 2015. No ano de 2017, o setor atingiu sua maior participação no período, concentrando 12% da receita operacional líquida do setor de serviços. Atividades como serviços de alojamento, serviços de alimentação, atividades culturais, recreativas e esportivas, serviços pessoais e atividades de ensino continuado são segmentos que compõem o setor.

Por sua vez, o Gráfico 5.2 apresenta a evolução da participação da receita operacional bruta do Ceará para os sete agrupamentos das PAS no mesmo período considerado acima. É importante ressaltar a diferença em termos de nomenclatura dos segmentos serviços prestados principalmente as famílias, no Brasil, para serviços prestados as famílias, nas unidades da federação, da mesma forma que os serviços profissionais, administrativos e complementares foi substituído pelos serviços prestados às empresas.

Além disso, os dados para os da receita operacional são disponibilizados em termos bruto, enquanto para o Brasil os dados estão em termos líquidos. De acordo com IBGE (2017), a receita bruta é aquela proveniente da prestação de serviços, da revenda de mercadorias, bem como outras receitas provenientes de atividades industriais, construção etc., sem dedução dos impostos incidentes sobre estas receitas (ICMS, IPI, ISS, PIS/PASEP, COFINS etc.), dos impostos e contribuições recolhidos via Simples Nacional, caso a empresa tenha optado por esta tributação, assim como das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

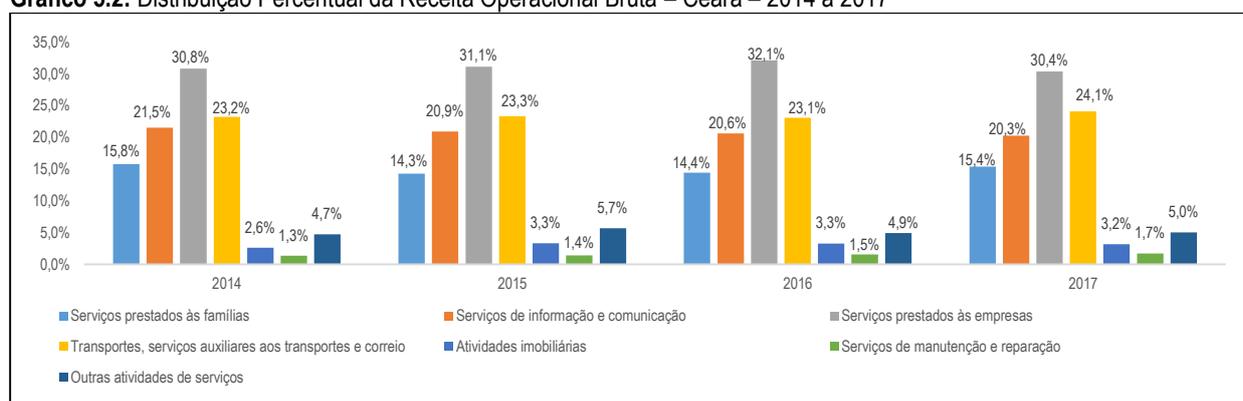
Para o Ceará, os dados revelam que o segmento de maior participação na receita operacional líquida do setor de serviços do Estado são os serviços prestados às empresas. Como pode ser observado no Gráfico 5.2 no ano de 2017 o segmento atingiu 30,4% em participação, embora de 2014 a 2016 o setor vinha aumentando maior percentual na receita operacional líquida do Estado. IPECE (2019) também destaca que esse aumento de participação do segmento vinha ocorrendo desde 2013.

Com a segunda maior participação, o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio registrou crescimento de 1 ponto percentual de 2016 para 2017 ao elevar sua participação na receita líquida de 23,1% para 24,1% em apenas um ano.

O segmento de serviços de informação e comunicação é o terceiro de maior participação tendo apresentado praticamente estabilização ao longo do período. De 2016 a 2017 o segmento apresentou leve recuo ao sair de 20,6% para 20,3%.

No que tange aos serviços prestados às famílias, o período em análise descreve oscilações ao sair de 15,8% no ano de 2014 e sofrendo recuo para 14,3% no ano de 2015. No ano de 2016, o segmento ganha leve participação saltando para 14,4%. Em 2017, a participação cresce 1 ponto percentual e atingindo o patamar semelhante ao do ano de 2014, ao registrar 15,4%.

Gráfico 5.2: Distribuição Percentual da Receita Operacional Bruta – Ceará – 2014 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

5.3 Mercado de Trabalho e Serviços Empresariais Não Financeiros

Dados do Gráficos 5.3 e do Gráfico 5.4 apresentam a distribuição percentual do número de empresas como forma de medir a concentração de mercado para os sete segmentos da PAS para o Brasil e Ceará, respectivamente. De maneira geral, é uma forma de identificar alguma concentração de mercado e nível de competitividade.

Conforme observa IBGE (2019), o setor de serviços além de ser desconcentrado, em razão da ausência de grandes barreiras à entrada, é predominante de pequenas empresas de recentes transformações tecnológicas que tem atingindo o setor.

Os dados do Gráfico 5.3 e do Gráfico 5.4 revelam que os segmentos dos serviços profissionais, administrativos e complementares e os serviços prestados principalmente às famílias são os que apresentam a maior concentração do número de empresas. No caso do Ceará, deve-se ressaltar que o segmento de serviços prestados principalmente às famílias apresenta como nomenclatura os serviços prestados às famílias, enquanto que o segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares apresenta como nomenclatura os serviços prestados às empresas.

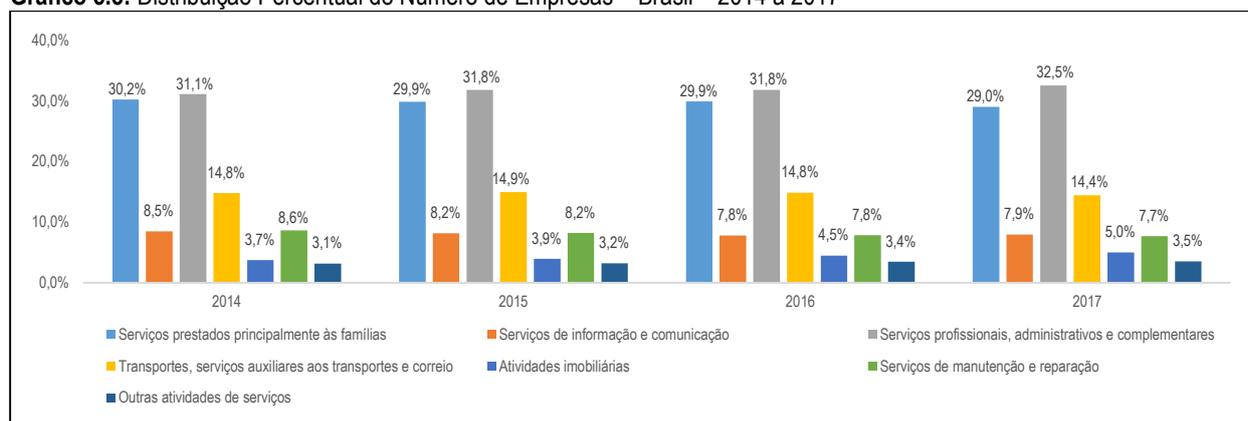
O segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares (serviços prestados às empresas) apresentaram participações similares no Brasil e no Estado de Ceará, embora nesse último seja os serviços prestados às famílias seja o hegemônico, segmento que é caracterizado pela produção destinada ao consumidor final além de apresentar localização e dinâmica associada às concentrações urbanas e evolução de acordo com a renda e consumo das famílias brasileiras. serviços profissionais, administrativos e complementares também é um segmento associado a dinâmica urbana e ao maior rendimento dos agentes econômicos na medida em que o fluxo de atividade e transporte se intensificam nas cidades quando a economia entra em uma rota de crescimento econômico.

No Brasil, desde 2014 os serviços profissionais, administrativos e complementares vem apresentando crescimento ao saltar de 31,1% em 2014 para 31,8% nos anos de 2015 e 2016 e 32,5% no ano de 2017.

Por sua vez, o segmento de serviços prestados principalmente às famílias mante-se praticamente ao registrar nos últimos 3 anos participação de 29,9% no número de empresas no nacional.

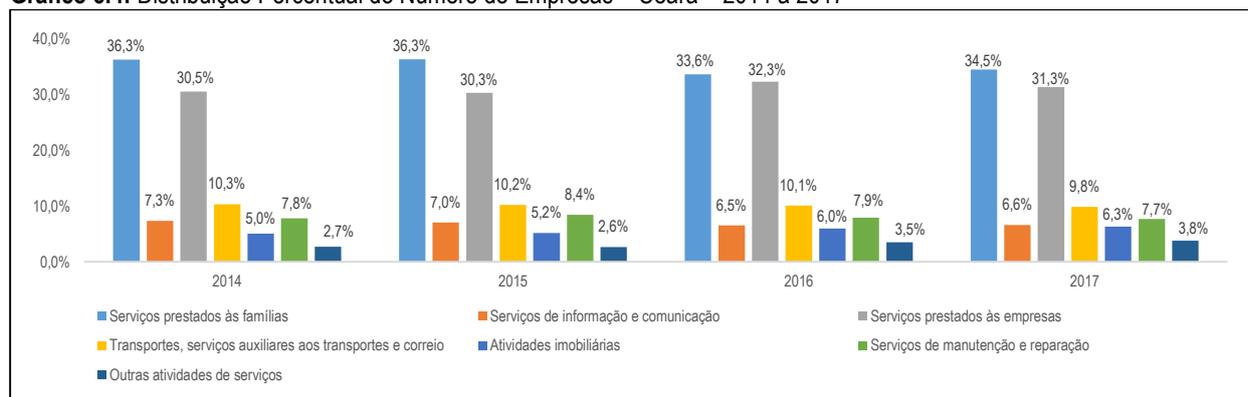
O segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio também uma participação praticamente estável durante os anos de 2014 a 2017 tendo nesse último permanecido em um patamar de 14,4% do total de empresas. Quanto aos demais segmentos, em 2017, os serviços de informação e comunicação, serviços de manutenção e reparação, atividades imobiliárias e outras atividades de serviços apresentaram participação de 7,9%, 7,7%, 5% e 3,5%, respectivamente.

Gráfico 5.3: Distribuição Percentual do Número de Empresas – Brasil – 2014 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.4: Distribuição Percentual do Número de Empresas – Ceará – 2014 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

De acordo com o Gráfico 5.4, os serviços prestados às famílias, embora seja o de maior concentração do número de empresas, no ano de 2017 apresentou menor participação que no ano de 2014, embora tenha apresentado recuperação com relação ao ano de 2016.

Em contrapartida, os serviços prestados às empresas, que a partir de 2015 vinha aumentando sua concentração ao saltar de 30,3% em 2015 para 32,3% no ano de 2016, sofreu uma retração em 2017 ao atingir participação de 31,3%.

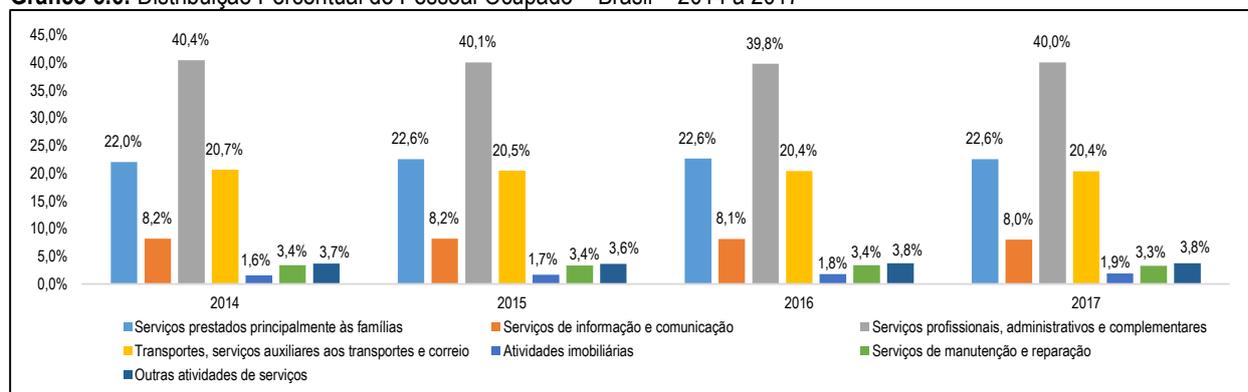
Similarmente ao Brasil, mas com menor participação, o segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio tiveram no Estado do Ceará a terceira maior concentração do número de empresas, mas com uma trajetória declinante. Em 2017, o segmento representava 9,8% do número de empresas no Estado. Nesse mesmo ano, serviços de manutenção e reparação, serviços de informação e comunicação, atividades imobiliárias e outras atividades de serviços apresentaram participação no número de empresas no Estado de 7,7%, 6,6%, 6,3% e 3,8%, respectivamente.

Os dados dos Gráficos 5.6 e 5.7 apresentam a distribuição percentual do pessoal ocupado para o Brasil e Ceará, respectivamente. No Brasil, é clara a hegemonia dos serviços profissionais, administrativos e complementares e no Ceará dos serviços prestados às empresas no que concerne ao total de ocupados dos serviços.

No Brasil, serviços profissionais, administrativos e complementares apresentaram, ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016, 40% do pessoal ocupado dos serviços empresariais não financeiros. Como o mesmo o segmento é o de maior Valor Adicionado, isso tornar um indicativo da baixa produtividade agregada do setor.

De fato, como apontado por IBGE (2014), os serviços profissionais, administrativos e complementares são negócios que prestam serviços de apoio e complemento à produção de outras organizações, e cujas atividades caracterizam-se por serem intensivas em pessoal ocupado, sendo, portanto, um segmento que agrupa um número expressivo de empresas, embora tenha atuação em atividades heterogêneas.

Gráfico 5.6: Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Brasil – 2014 a 2017



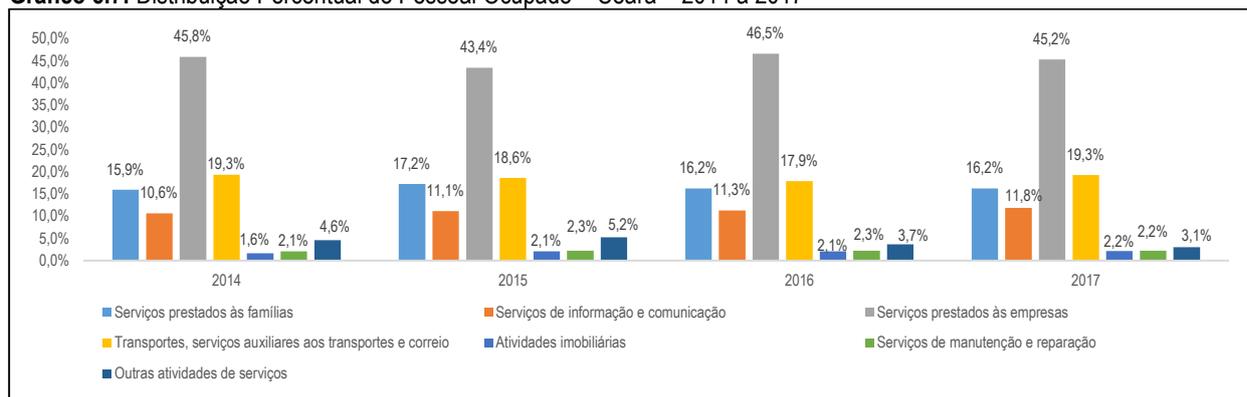
Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

No ano de 2017, o segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares foi responsável por 40% do total do pessoal ocupado, seguido do segmento dos serviços prestados principalmente às famílias com 22,6% e do segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio com 20,4% e serviços de informação e comunicação com 8%. Outras atividades de serviços, serviços de manutenção e reparação e atividades imobiliárias, com número relativamente menor de pessoas empregadas, apresentaram participação de 3,8%, 3,3% e 1,9%, respectivamente.

De forma similar, os serviços prestados às empresas, que inclui atividades similares aos serviços profissionais, administrativos e complementares do Brasil, é o segmento no estado do Ceará com a maior participação em termos de pessoal ocupado, inclusive acima do nacional, com participação de 45,2% do total do pessoal ocupado no ano de 2017, valor levemente inferior ao do ano de 2014.

O segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, com participação de 19,3%, ocupou o segundo lugar em participação no total no emprego do Estado do Ceará no ano de 2017. Nesse mesmo ano, os serviços prestados às famílias foi responsável por 16,2% do pessoal ocupado seguido do segmento de serviços de informação e comunicação com participação de 11,8%. Outras atividades de serviços, atividades imobiliárias e serviços de manutenção e reparação apresentaram valores de apenas 3,1%, 2,2% e 2,2%, respectivamente.

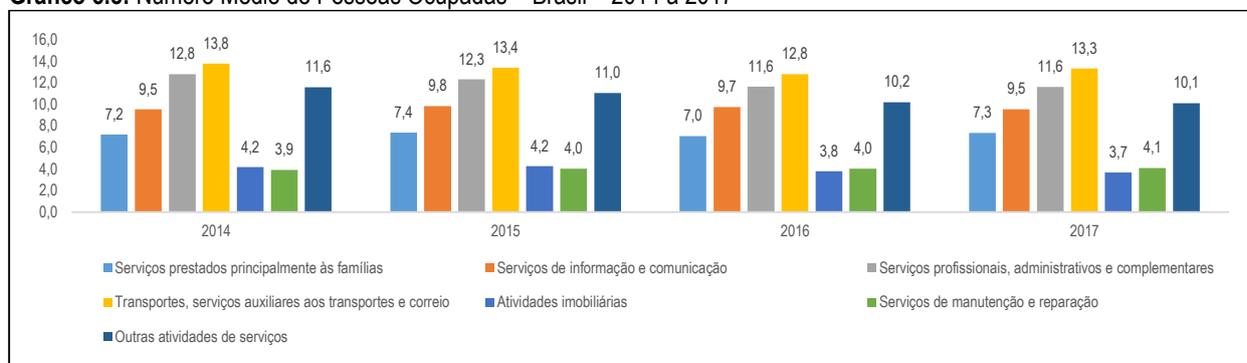
Gráfico 5.7: Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Ceará – 2014 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 5.8 e o Gráfico 5.9, em complemento aos gráficos anteriores, apresentam a média do pessoal ocupado para cada um dos sete segmentos da PAS do Brasil e do Ceará, respectivamente.

Gráfico 5.8: Número Médio de Pessoas Ocupadas – Brasil – 2014 a 2017

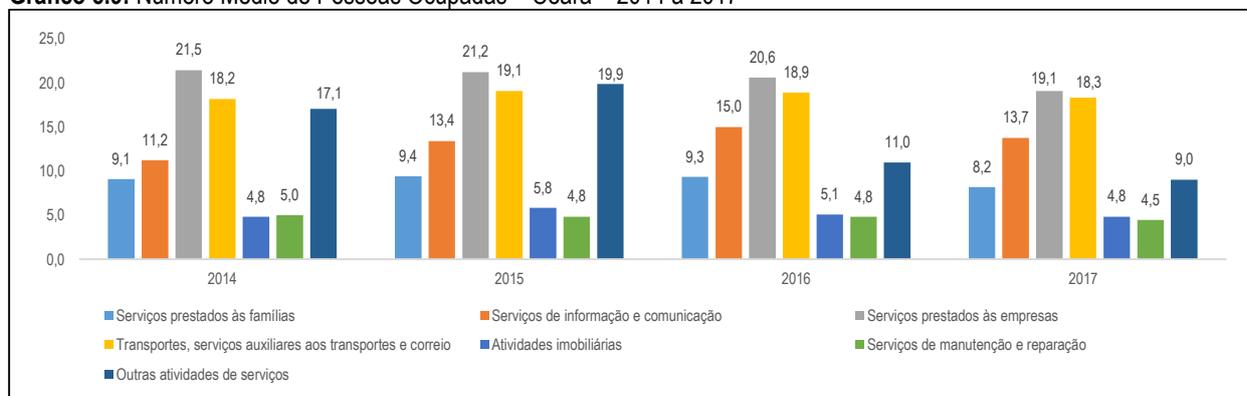


Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

De acordo com o Gráfico 5.8, o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio é o que apresenta a maior média de pessoas ocupadas nos serviços do Brasil de acordo com a PAS. Em 2017, o número de pessoas ocupadas nesse segmento foi de 13,3 seguido do segmento serviços profissionais, administrativos e complementares e outras atividades de serviços, com média de 11,6 e 10,1, respectivamente.

Nesse mesmo ano, a média de pessoas ocupadas dos serviços de informação e comunicação e do segmento serviços prestados principalmente as famílias foram de 9,5 e 7,3, respectivamente. Serviços de manutenção e reparação e atividades imobiliárias tiveram médias menores de 4,1 e 3,7, respectivamente.

Gráfico 5.9: Número Médio de Pessoas Ocupadas – Ceará – 2014 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

No caso do Estado do Ceará, o segmento serviços prestados às empresas e o segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio foram o que apresentaram a maior média de pessoas ocupadas com valores de 19,1 e 18,3, respectivamente no ano de 2017. Serviços de informação e comunicação, por sua vez, apresentou média de 13,7 e serviços prestados às famílias média de 8,2.

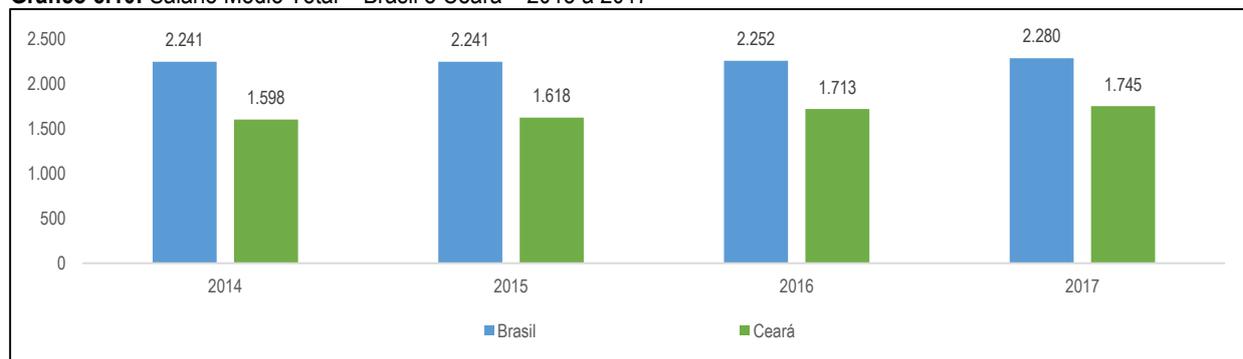
Os segmentos de atividades imobiliárias e os serviços de manutenção e reparação apresentaram as menores médias com valores de 4,8 e 4,5, respectivamente.

Deve-se destacar a trajetória de outras atividades de serviços que no ano de 2014 apresentaram média de 17,1 tendo no ano de 2015 apresentado média de 19,9, reflexo da depressão econômica que atingiu a economia nacional no período de 2014 a 2016. De fato, o setor de serviços durante as recessões apresenta alguma defasagem durante o ciclo econômico tendo para o Ceará rebatimento neste segmento.

De acordo com o Gráfico 5.9, no ano de 2016 o segmento de outras atividades de serviços seguiu ainda em trajetória de queda apresentando média de 11 no número de pessoas ocupadas com seguida queda em 2017 ao apresentar média de 9. Nesse contexto, assim como há defasagem do setor ao longo da entrada do ciclo de recessão, durante a trajetória de recuperação econômica a retomada também apresenta defasagens, o que reflete na queda do número médio de ocupados no segmento outras atividades de serviços.

Complementando a análise, o Gráfico 5.10 apresenta a evolução do salário médio real do Brasil e do Estado do Ceará a partir dos valores deflacionados utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a preços constantes de 2018.

Gráfico 5.10: Salário Médio Total – Brasil e Ceará – 2013 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

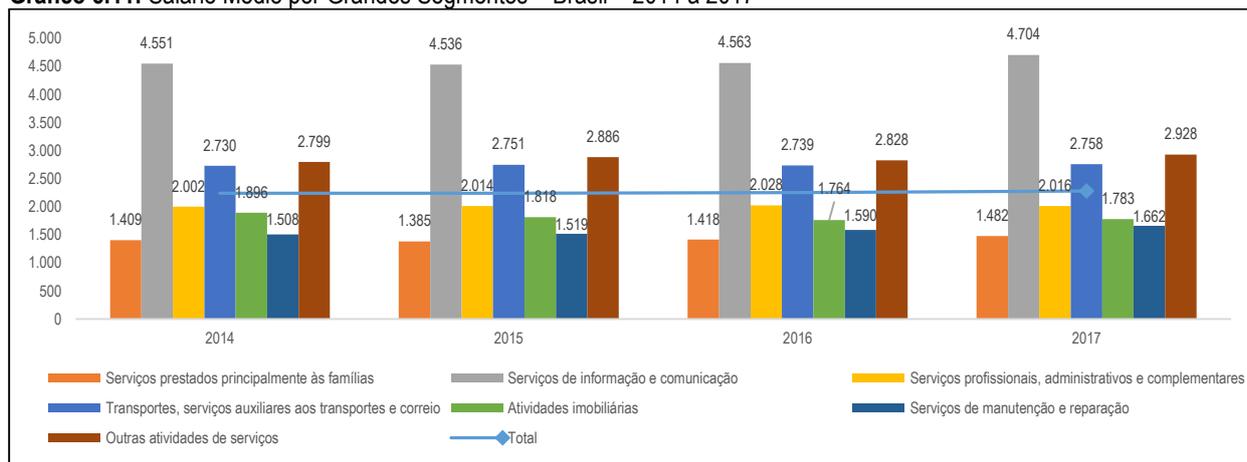
Como observado, a média dos salários nacionais em todo o período analisado estão acima do salário médio no Estado do Ceará. Em 2014, a média salarial cearense nos serviços não financeiros da PAS era 71% do salário pago no país. Nos anos de 2015 e de 2016 esses valores eram de 72% e 76%, respectivamente. Já no de 2017 o salário médio pago no Estado do Ceará correspondia a 76,5% do salário médio nacional.

Mesmo diante da forte recessão que assolou o país durante o período em análise, o salário médio real não apresentou queda tanto no Brasil como no Ceará.

De forma mais desagregada, o Gráfico 5.11 e o Gráfico 5.12 apresentam a evolução dos salários médios para os sete segmentos da PAS do Brasil e Ceará, respectivamente. Os valores foram também deflacionados pelo INPC do IBGE e estão a preços constantes de 2018.

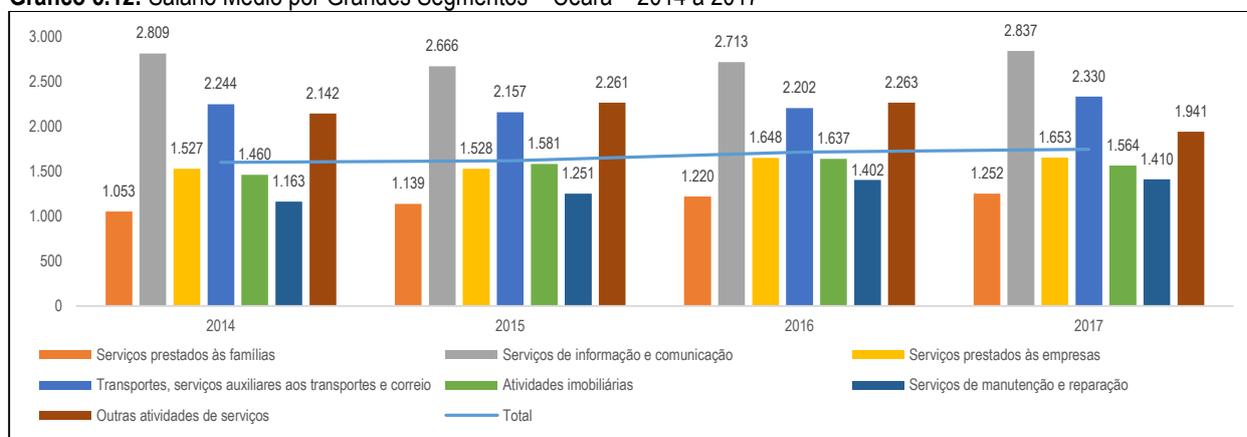
No Brasil, os segmentos de serviços de informação e comunicação, outras atividades de serviços e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio apresentam média salarial acima da média, enquanto que os demais apresentam média salarial inferior.

Gráfico 5.11: Salário Médio por Grandes Segmentos – Brasil – 2014 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 5.12: Salário Médio por Grandes Segmentos – Ceará – 2014 a 2017



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

No caso do Ceará, os mesmos segmentos (serviços de informação e comunicação, outras atividades de serviços e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio) também apresentam salário médio superior à média do Estado.

Como já destacado acima, o segmento dos serviços de informação e comunicação, que é o que apresenta maiores salários, é aquele que reúne empresas intensivas em capital e ligadas a investimentos de infraestrutura tais como redes de telefonia, redes de fibras óticas, instalação de antenas etc., são atividades associadas a quarta revolução industrial.

Além disso, é um segmento composto por atividades em diversas cadeias produtivas além de ser caracterizada por ser um potencial setor de inovação além de incorporar empresas nas quais a produtividade são superiores aos patamares observados nos demais segmentos, o que reflete nos salários mais elevados.

Para se ter uma dimensão das disparidades, no ano de 2017, o salário médio nacional era apenas 48% do salário médio do segmento dos serviços de informação e comunicação e 82% quando se considera o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. Por outro lado, o segmento serviços prestados principalmente às famílias, no mesmo ano, apresentaram um salário que correspondia a 65% do salário médio total, condizente com outras evidências. De acordo com Arbache (2014), esse é um segmento que apresenta estrutura de mercado, estoque de capital e tecnologia por trabalhador caracterizado por prêmio salarial negativo quando comparado aos demais segmentos.

O segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares, que apresenta o maior percentual de pessoas ocupadas no setor de serviços da PAS, apresentou 88,4% do salário médio nacional.

Para o Estado do Ceará, no mesmo ano de 2017, o salário médio do Estado representava 61,5% do salário médio do segmento dos serviços de informação e comunicação; no caso de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio o salário médio do estado correspondia a 75% desse segmento. Para o segmento serviços prestados às empresas, o qual apresenta o maior percentual de pessoas ocupadas no Estado, apresenta um salário que correspondia a 94,7% do salário médio total. Como já destacado, 45% das pessoas ocupadas no Estado estavam nesse segmento. Com 16% do percentual ocupado, o segmento serviços prestados às famílias apresentou um salário que correspondia a 71,7% do salário médio total do Estado.

Finalmente, é importante destacar que esses resultados refletem um setor grande e que é caracterizado por elevada heterogeneidade com segmentos que apresentam dinâmicas próprias de ciclo dos negócios e forma diferenciada de acordo com as condições macroeconômicas, como observa Arbache (2015).

6 ESTRUTURA PRODUTIVA DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO

Alexsandre Lira Cavalcante¹¹

6.1. Introdução

A Pesquisa Anual de Comércio - PAC constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto.

A referida pesquisa, a partir da estimativa de algumas variáveis tais como: número de unidades locais com receita de revenda; receita bruta de revenda de mercadorias; margem de comercialização em empresas comerciais; pessoal ocupado em 31 de dezembro em empresas comerciais e por fim, gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais, que representa a massa salarial paga na atividade, investiga a estrutura produtiva das empresas comerciais do país.

A partir dessas variáveis é possível construir indicadores tais como: receita média, taxa de margem de comercialização, salário médio, produtividade, etc., que retratam o desempenho do setor comercial no país, sendo seus resultados divulgados para o Brasil, e também para as cinco Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Inicialmente será apresentada a evolução da estrutura produtiva do setor empresarial do comércio brasileiro a partir das variáveis listadas para os anos de 2014 a 2017. Posteriormente será feita uma análise da evolução da estrutura produtiva através das mudanças de participação a partir das cinco grandes regiões do país. Na sequência, será feita uma análise dessas mesmas variáveis por estados observando possíveis mudanças de estrutura dentro do país e nas regiões.

Por fim, serão identificadas as principais atividades de seus segmentos – comércio de veículos automotores, peças e motocicletas; comércio por atacado e comércio varejista – para se realizar uma avaliação para o estado do Ceará do comportamento das atividades dos setores comerciais. Os resultados visam identificar algumas das transformações ocorridas na estrutura produtiva do setor comercial nesse período dentro do estado.

O conjunto dessas informações constitui a mais completa fonte de estatísticas sobre a estrutura produtiva do setor empresarial do comércio no país, nas regiões e estados, fornecendo aos órgãos das esferas governamental e privada subsídios para o planejamento e a tomada de decisões, e aos usuários em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados.

6.2 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País

Em 2014, o Brasil possuía aproximadamente 1,737 milhão de unidades locais de comércio que geraram receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 3,96 trilhões com margem de comercialização em torno de R\$ 827,8 bilhões, pagando um total de R\$ 233,1 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a 10,633 milhões de trabalhadores, incluindo empregados e empregadores (Tabela 6.1).

¹¹ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

Todavia, em 2017, o número de unidades locais de comércio reduziu-se para aproximadamente 1,676 milhão em todo o país, que geraram conjuntamente uma receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 3,71 trilhões, com margem de comercialização em torno de R\$ 765,1 bilhões, pagando um total de R\$ 226,6 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a um número de 10,221 milhões de trabalhadores, quantitativo inferior ao registrado em 2014 (Tabela 6.1).

Tabela 6.1: Dados gerais das empresas comerciais – Brasil e Regiões – 2014 a 2017

Brasil e Regiões	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	Dif. P.P. (2017-2014)
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)									
Brasil	1.737.984	100,00	1.720.471	100,00	1.707.371	100,00	1.676.219	100,00	0,00
Norte	33.926	1,95	33.262	1,93	33.954	1,99	34.430	2,05	0,10
Nordeste	328.932	18,93	314.227	18,26	309.797	18,14	310.702	18,54	-0,39
Sudeste	858.631	49,40	858.638	49,91	855.168	50,09	824.644	49,20	-0,21
Sul	375.086	21,58	375.634	21,83	375.117	21,97	366.438	21,86	0,28
Centro-Oeste	141.409	8,14	138.710	8,06	133.335	7,81	140.005	8,35	0,22
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)									
Brasil	3.965.398.953	100,00	3.740.736.309	100,00	3.663.548.691	100,00	3.710.455.079	100,00	0,00
Norte	140.356.389	3,54	136.674.865	3,65	129.798.047	3,54	135.623.625	3,66	0,12
Nordeste	612.532.067	15,45	577.006.729	15,42	561.527.721	15,33	582.606.882	15,70	0,25
Sudeste	2.047.916.452	51,64	1.917.242.342	51,25	1.873.458.174	51,14	1.872.950.552	50,48	-1,17
Sul	779.574.130	19,66	742.462.033	19,85	735.034.732	20,06	744.798.752	20,07	0,41
Centro-Oeste	385.019.915	9,71	367.350.341	9,82	363.730.017	9,93	374.475.268	10,09	0,38
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)									
Brasil	827.892.611	100,00	776.750.620	100,00	754.750.386	100,00	765.143.477	100,00	0,00
Norte	28.485.055	3,44	28.551.032	3,68	27.055.931	3,58	27.819.211	3,64	0,20
Nordeste	125.077.383	15,11	115.604.591	14,88	112.602.115	14,92	117.456.741	15,35	0,24
Sudeste	445.960.675	53,87	414.590.010	53,37	404.739.755	53,63	404.069.885	52,81	-1,06
Sul	152.958.416	18,48	146.812.889	18,90	142.045.657	18,82	142.988.514	18,69	0,21
Centro-Oeste	75.411.082	9,11	71.192.099	9,17	68.306.929	9,05	72.809.126	9,52	0,41
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)									
Brasil	10.633.156	100,00	10.296.459	100,00	10.123.065	100,00	10.221.275	100,00	0,00
Norte	334.046	3,14	324.506	3,15	315.527	3,12	314.142	3,07	-0,07
Nordeste	1.862.469	17,52	1.790.926	17,39	1.724.283	17,03	1.781.868	17,43	-0,08
Sudeste	5.469.402	51,44	5.323.703	51,70	5.279.889	52,16	5.233.522	51,20	-0,23
Sul	2.077.327	19,54	2.001.199	19,44	1.983.138	19,59	2.032.942	19,89	0,35
Centro-Oeste	889.912	8,37	856.125	8,31	820.228	8,10	858.801	8,40	0,03
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)									
Brasil	233.191.406	100,00	223.768.629	100,00	221.922.523	100,00	226.677.208	100,00	0,00
Norte	6.999.047	3,00	6.655.832	2,97	6.555.308	2,95	6.646.842	2,93	-0,07
Nordeste	31.216.874	13,39	30.202.623	13,50	29.749.326	13,41	31.212.295	13,77	0,38
Sudeste	130.925.094	56,14	125.588.846	56,12	124.159.324	55,95	124.726.693	55,02	-1,12
Sul	45.848.940	19,66	43.932.821	19,63	44.098.380	19,87	46.292.748	20,42	0,76
Centro-Oeste	18.201.451	7,81	17.388.507	7,77	17.360.185	7,82	17.798.630	7,85	0,05

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2017.

Por meio destes números é possível notar que ocorreu nos últimos quatro anos uma nítida retração da atividade de comércio no país que apresentou uma redução de 61,7 mil unidades locais com receita de revenda, com redução de receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 254,9 bilhões e de margem de comercialização em torno de R\$ 62,7 bilhões, pagando a menos um total de R\$ 6,51 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a um número menor de trabalhadores cujo quantitativo reduziu-se em 411,8 mil comparado a 2014. Após analisar os grandes números para o país cabe uma análise mais detalhada para cada uma das cinco regiões (Tabela 6.1).

Em relação ao **número de unidades locais com receita de revenda**, a região Sudeste participou com 49,20% do total registrado pelo país em 2017. Na sequência vêm as regiões Sul (21,86%); Nordeste (18,54%); Centro-Oeste (8,35%) e Norte (2,05%). Em relação a 2014, três das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, liderada pela região Sul (+0,28 p.p.), seguida do Centro-Oeste (+0,22 p.p.)

e Norte (+0,10 p.p.) e outras duas apresentaram perda de participação liderada pelo Nordeste (-0,39 p.p.) e Sudeste (-0,21 p.p.), mantendo as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 6.1).

No tocante a **receita bruta de revenda de mercadorias**, a região Sudeste também registrou a maior participação de 50,48% do total registrado pelo país em 2017. Na sequência vêm as regiões Sul (20,07%); Nordeste (15,70%); Centro-Oeste (10,09%) e Norte (3,66%). Em relação a 2014, quatro das cinco regiões registraram ganhos de participação nacional, novamente liderada pela região Sul (+0,41 p.p.), seguida pelo Centro-Oeste (+0,38 p.p.); Nordeste (+0,25 p.p.) e Norte (+0,12 p.p.). A região Sudeste foi a única a apresentar perda de participação nacional de 1,17 p.p. na comparação dos dois anos. Com isso, as regiões mantiveram as mesmas participações no ranking nacional na comparação dos dois anos (Tabela 6.1).

Sobre a **margem de comercialização em empresas comerciais** é possível notar que a região Sudeste registrou uma participação de 52,81% do total registrado pelo país em 2017, seguida pelas regiões Sul (18,69%); Nordeste (15,35%); Centro-Oeste (9,52%) e Norte (3,64%). Em relação a 2014, quatro das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, desta vez liderada pelo Centro-Oeste (+0,41 p.p.); seguida pelo Nordeste (+0,24 p.p.); Sul (+0,21 p.p.) e Norte (+0,20 p.p.), sendo que apenas a região Sudeste (-1,06 p.p.) apresentou perda de participação, mantendo-se as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 6.1).

Em relação a quarta variável investigada, ou seja, **peçoal ocupado em empresas comerciais**, a região Sudeste novamente ocupou uma posição de destaque com participação expressiva de 51,20% do total registrado pelo país em 2017. Na sequência vêm as regiões Sul (19,89%); Nordeste (17,43%); Centro-Oeste (8,40%) e Norte (3,07%). Em relação a 2014, apenas duas das cinco regiões registraram ganhos de participação nacional liderada pelo Sul (+0,35 p.p.), seguida do Centro-Oeste (+0,03 p.p.), vindo na sequência aquelas que apresentaram perda de participação, Sudeste (-0,23 p.p.), Nordeste (-0,08 p.p.) e Norte (-0,07 p.p.), novamente mantendo-se as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 6.1).

Por fim, no tocante ao valor dos **gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais**, a região Sudeste concentrou uma participação significativa de 55,02% do total registrado pelo país em 2017. Na sequência vêm as regiões Sul (20,42%); Nordeste (13,77%); Centro-Oeste (7,85%) e Norte (2,93%). Em relação a 2014, três das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, novamente liderada pela região Sul (+0,76 p.p.), seguida pelo Nordeste (+0,38 p.p.) e Centro-Oeste (+0,05 p.p.). A região Sudeste liderou as perdas (-1,12 p.p.) seguida pela região Norte (-0,07 p.p.). Nota-se, novamente, que as regiões mantiveram suas participações no ranking nacional (Tabela 6.1).

Em resumo, a região Sudeste manteve a liderança nas cinco variáveis investigadas mas registrou perda de participação em todas elas na comparação dos anos de 2014 e 2017. As variáveis nas quais a região Sudeste mais perdeu foi na Receita bruta de revenda de mercadorias e nos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais e a que ela perdeu menos foi no Número de unidades locais com receita de revenda. Por sua vez, a região Nordeste apresentou perda de participação em duas variáveis analisadas, Número de unidades locais com receita de revenda e Pessoal ocupado em empresas comerciais. Apenas as regiões Sul e Centro-Oeste ganharam participações em todas as cinco variáveis.

6.2.1 Número de Unidades Locais com Receita de Revenda

Após analisar as principais mudanças na estrutura produtiva do comércio no país e nas grandes regiões será feita uma análise mais detalhada por estados. A Tabela 6.2, a seguir, contém os números de unidades locais com receita de revenda na atividade de comércio no país, distribuído por regiões e estados, permitindo uma visão mais ampla e desagregada da referida atividade para os anos de 2014 a 2017.

As cinco maiores participações no número de unidades locais com receita de revenda em 2017 foram observadas nos estados de São Paulo (29,24%); Minas Gerais (11,51%); Rio Grande do Sul (8,46%);

Paraná (8,10%) e Rio de Janeiro (6,37%). A participação conjunta desses cinco estados era de 63,61%, em 2014, aumentando para 63,68% em 2017. O estado de São Paulo apresentou sozinho uma participação maior que toda a região Sul (21,86%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.2).

Por sua vez, as cinco menores participações no número de unidades locais com receita de revenda em 2017, ocorreram nos estados de Roraima (0,13%); Acre (0,13%); Amapá (0,16%); Tocantins (0,18%) e Rondônia (0,22%). A participação conjunta desses cinco estados era de 0,78%, em 2014, aumentando para 0,81% em 2017 (Tabela 6.2).

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no número de unidades locais com receita de revenda na comparação dos anos de 2014 e 2017 foram: Goiás (+0,39 p.p.); São Paulo (+0,25 p.p.); Rio Grande do Sul (+0,20 p.p.); Ceará (+0,12 p.p.) e Rio Grande do Norte (+0,09 p.p.).

Tabela 6.2: Evolução do número de unidades locais com receita de revenda – Brasil, Regiões e Estados – 2014 a 2017

Brasil, Regiões e UFs	2014		2015		2016		2017		Dif. P.P. (2017-2014)
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	
Brasil	1.737.984	100,00	1.720.471	100,00	1.707.371	100,00	1.676.219	100,00	0,00
Norte	33.926	1,95	33.262	1,93	33.954	1,99	34.430	2,05	0,10
Rondônia	3.985	0,23	4.038	0,23	3.895	0,23	3.722	0,22	-0,01
Acre	2.162	0,12	2.175	0,13	2.235	0,13	2.228	0,13	0,01
Amazonas	9.524	0,55	9.013	0,52	9.212	0,54	9.135	0,54	-0,00
Roraima	2.046	0,12	2.133	0,12	2.283	0,13	2.111	0,13	0,01
Pará	10.846	0,62	10.708	0,62	10.850	0,64	11.687	0,70	0,07
Amapá	2.806	0,16	2.687	0,16	2.770	0,16	2.601	0,16	-0,01
Tocantins	2.557	0,15	2.508	0,15	2.709	0,16	2.946	0,18	0,03
Nordeste	328.932	18,93	314.227	18,26	309.797	18,14	310.702	18,54	-0,39
Maranhão	30.002	1,73	30.857	1,79	30.227	1,77	27.052	1,61	-0,11
Piauí	23.309	1,34	21.177	1,23	22.260	1,30	20.358	1,21	-0,13
Ceará	50.097	2,88	48.961	2,85	47.880	2,80	50.281	3,00	0,12
Rio Grande do Norte	19.406	1,12	19.833	1,15	20.877	1,22	20.145	1,20	0,09
Paraíba	23.894	1,37	21.381	1,24	21.146	1,24	22.180	1,32	-0,05
Pernambuco	53.445	3,08	48.298	2,81	46.954	2,75	46.982	2,80	-0,27
Alagoas	15.198	0,87	14.394	0,84	14.650	0,86	15.083	0,90	0,03
Sergipe	11.326	0,65	10.715	0,62	11.224	0,66	10.651	0,64	-0,02
Bahia	102.255	5,88	98.611	5,73	94.579	5,54	97.970	5,84	-0,04
Sudeste	858.631	49,40	858.638	49,91	855.168	50,09	824.644	49,20	-0,21
Minas Gerais	203.899	11,73	198.842	11,56	196.843	11,53	193.010	11,51	-0,22
Espírito Santo	36.777	2,12	36.208	2,10	34.597	2,03	34.661	2,07	-0,05
Rio de Janeiro	114.123	6,57	111.638	6,49	107.232	6,28	106.784	6,37	-0,20
São Paulo	503.832	28,99	511.950	29,76	516.496	30,25	490.189	29,24	0,25
Sul	375.086	21,58	375.634	21,83	375.117	21,97	366.438	21,86	0,28
Paraná	140.218	8,07	141.419	8,22	140.015	8,20	135.761	8,10	0,03
Santa Catarina	91.400	5,26	92.126	5,35	93.407	5,47	88.945	5,31	0,05
Rio Grande do Sul	143.468	8,25	142.089	8,26	141.695	8,30	141.732	8,46	0,20
Centro-Oeste	141.409	8,14	138.710	8,06	133.335	7,81	140.005	8,35	0,22
Mato Grosso do Sul	22.214	1,28	21.557	1,25	21.378	1,25	21.122	1,26	-0,02
Mato Grosso	29.092	1,67	28.714	1,67	27.812	1,63	29.123	1,74	0,06
Goiás	62.848	3,62	64.505	3,75	62.372	3,65	67.115	4,00	0,39
Distrito Federal	27.255	1,57	23.934	1,39	21.773	1,28	22.645	1,35	-0,22

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no número de unidades locais com receita de revenda na comparação dos dois anos foram: Pernambuco (-0,27 p.p.); Minas Gerais (-0,22 p.p.); Distrito Federal (-0,22 p.p.); Rio de Janeiro (-0,20 p.p.) e Piauí (-0,13 p.p.).

Em 2017, o estado do Ceará possuía um total de 50.281 unidades locais com receita de revenda, tendo registrado a nona maior participação no número de unidades locais com receita de revenda com participação de 3,0% do total nacional tendo apresentado o quarto maior ganho de participação entre os anos de 2014 e 2017. No Nordeste, perde apenas para o estado da Bahia (97.970 unidades) (Tabela 6.2).

6.2.2 Receita Bruta de Revenda de Mercadorias

A Tabela 6.3 abaixo contém dados sobre a evolução da receita bruta de revenda de mercadorias na atividade de comércio para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2014 a 2017.

As cinco maiores participações no total da receita bruta de revenda de mercadorias em 2017 foram observadas nos estados de São Paulo (30,99%); Minas Gerais (9,62%); Paraná (7,58%); Rio de Janeiro (7,39%) e Rio Grande do Sul (6,94%). A participação conjunta desses cinco estados era de 63,33%, em 2014, reduzindo para 62,53% em 2017. Novamente, o estado de São Paulo concentrava uma receita bruta de revenda maior que a região Sul (20,07%), segunda colocada no ranking nacional.

Tabela 6.3: Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2014 a 2017

Brasil, Regiões e UFs	2014		2015		2016		2017		Dif. P.P. (2017-2014)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	3.965.398.953	100,00	3.740.736.309	100,00	3.663.548.691	100,00	3.710.455.079	100,00	0,00
Norte	140.356.389	3,54	136.674.865	3,65	129.798.047	3,54	135.623.625	3,66	0,12
Rondônia	17.572.137	0,44	17.814.596	0,48	15.440.241	0,42	16.895.806	0,46	0,01
Acre	7.030.021	0,18	6.657.255	0,18	6.094.748	0,17	6.099.341	0,16	-0,01
Amazonas	40.047.317	1,01	36.757.408	0,98	34.806.009	0,95	34.733.151	0,94	-0,07
Roraima	4.830.880	0,12	4.714.951	0,13	5.006.528	0,14	5.054.916	0,14	0,01
Pará	51.237.126	1,29	50.433.825	1,35	49.533.051	1,35	51.499.097	1,39	0,10
Amapá	8.291.760	0,21	6.770.226	0,18	5.559.246	0,15	6.284.079	0,17	-0,04
Tocantins	11.347.147	0,29	13.526.603	0,36	13.358.225	0,36	15.057.235	0,41	0,12
Nordeste	612.532.067	15,45	577.006.729	15,42	561.527.721	15,33	582.606.882	15,70	0,25
Maranhão	60.331.801	1,52	53.255.329	1,42	55.432.711	1,51	56.888.631	1,53	0,01
Piauí	30.658.443	0,77	29.375.691	0,79	29.208.454	0,80	29.579.931	0,80	0,02
Ceará	93.411.990	2,36	89.497.009	2,39	89.255.766	2,44	93.036.582	2,51	0,15
Rio Grande do Norte	39.473.676	1,00	36.243.620	0,97	37.579.847	1,03	39.057.237	1,05	0,06
Paraíba	41.071.324	1,04	39.709.050	1,06	41.530.415	1,13	40.547.241	1,09	0,06
Pernambuco	128.301.043	3,24	116.946.015	3,13	115.747.503	3,16	122.007.479	3,29	0,05
Alagoas	30.679.860	0,77	28.712.633	0,77	25.435.520	0,69	24.794.920	0,67	-0,11
Sergipe	22.269.147	0,56	19.874.157	0,53	19.751.070	0,54	20.272.374	0,55	-0,02
Bahia	166.334.782	4,19	163.393.224	4,37	147.586.433	4,03	156.422.487	4,22	0,02
Sudeste	2.047.916.452	51,64	1.917.242.342	51,25	1.873.458.174	51,14	1.872.950.552	50,48	-1,17
Minas Gerais	359.298.810	9,06	361.132.116	9,65	352.086.340	9,61	356.898.416	9,62	0,56
Espírito Santo	113.294.060	2,86	106.302.174	2,84	91.389.688	2,49	91.821.214	2,47	-0,38
Rio de Janeiro	328.254.278	8,28	300.237.626	8,03	283.131.738	7,73	274.222.611	7,39	-0,89
São Paulo	1.247.069.303	31,45	1.149.570.426	30,73	1.146.850.407	31,30	1.150.008.311	30,99	-0,46
Sul	779.574.130	19,66	742.462.033	19,85	735.034.732	20,06	744.798.752	20,07	0,41
Paraná	295.648.258	7,46	279.909.570	7,48	284.185.748	7,76	281.374.251	7,58	0,13
Santa Catarina	202.877.319	5,12	193.585.660	5,18	188.522.364	5,15	205.791.520	5,55	0,43
Rio Grande do Sul	281.048.553	7,09	268.966.802	7,19	262.326.620	7,16	257.632.981	6,94	-0,14
Centro-Oeste	385.019.915	9,71	367.350.341	9,82	363.730.017	9,93	374.475.268	10,09	0,38
Mato Grosso do Sul	58.955.691	1,49	58.941.304	1,58	54.979.310	1,50	56.400.212	1,52	0,03
Mato Grosso	114.737.103	2,89	111.947.851	2,99	116.348.509	3,18	121.322.495	3,27	0,38
Goiás	136.392.462	3,44	128.190.191	3,43	127.231.457	3,47	131.985.704	3,56	0,12
Distrito Federal	74.934.658	1,89	68.270.995	1,83	65.170.741	1,78	64.766.857	1,75	-0,14

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2017.

Por sua vez, as cinco menores participações no total da receita bruta de revenda de mercadorias em 2017, ocorreram nos estados de Roraima (0,14%); Acre (0,16%); Amapá (0,17%); Tocantins (0,41%) e Rondônia (0,46%). A participação conjunta desses cinco estados era de 1,24%, em 2014, aumentando para 1,33% em 2017 (Tabela 6.3).

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no total da receita bruta de revenda de mercadorias na comparação dos anos de 2014 e 2017 foram: Minas Gerais (+0,56 p.p.); Santa Catarina (+0,43 p.p.); Mato Grosso (+0,38 p.p.); Ceará (+0,15 p.p.) e Paraná (+0,13 p.p.) (Tabela 6.3).

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação total da receita bruta de revenda de mercadorias na comparação dos dois anos foram: Rio de Janeiro (-0,89 p.p.); São Paulo (-0,46 p.p.); Espírito Santo (-0,38 p.p.); Distrito Federal (-0,14 p.p.) e Rio Grande do Sul (-0,14 p.p.).

Em 2017, o estado do Ceará apresentou uma receita bruta de revenda de mercadorias de R\$ 93,0 bilhões, tendo registrado a décima primeira maior participação no total da receita bruta de revenda de mercadorias com participação de 2,51% do total nacional tendo apresentado o quarto maior ganho de participação entre os anos de 2014 e 2017. No Nordeste perde para os estados da Bahia (R\$ 156,4 bilhões) e Pernambuco (R\$ 122,0 bilhões) (Tabela 6.3).

6.2.3 Margem de Comercialização em Empresas Comerciais

A Tabela 6.4 a seguir, contém dados sobre a evolução da margem de comercialização em empresas comerciais para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2014 a 2017.

As cinco maiores participações no total da margem de comercialização em empresas comerciais em 2017 foram observadas nos estados de São Paulo (32,43%); Minas Gerais (9,25%); Rio de Janeiro (8,81%); Paraná (6,81%) e Rio Grande do Sul (6,64%). A participação conjunta desses cinco estados era de 64,78%, em 2014, reduzindo para 63,94% em 2017. O estado de São Paulo detinha uma participação maior que o total da região Sul (18,69%), segunda colocada no ranking nacional. (Tabela 6.4)

Por sua vez, as cinco menores participações no total da margem de comercialização em empresas comerciais em 2017, ocorreram nos estados de Roraima (0,17%); Acre (0,20%); Amapá (0,20%); Tocantins (0,35%) e Rondônia (0,39%). A participação conjunta desses cinco estados era de 1,25%, em 2014, aumentando para 1,31% em 2017 (Tabela 6.4).

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no total da margem de comercialização em empresas comerciais na comparação dos anos de 2014 e 2017 foram: Minas Gerais (+0,51 p.p.); Mato Grosso (+0,31 p.p.); Goiás (+0,29 p.p.); Ceará (+0,27 p.p.) e Bahia (+0,24 p.p.) (Tabela 6.4).

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no total da margem de comercialização em empresas comerciais na comparação dos dois anos foram: São Paulo (-1,0 p.p.); Rio de Janeiro (-0,33 p.p.); Distrito Federal (-0,29 p.p.); Espírito Santo (-0,24 p.p.) e Alagoas (-0,20 p.p.) (Tabela 6.4).

Em 2017, o estado do Ceará apresentou uma margem de comercialização em empresas comerciais de R\$ 20,2 bilhões, tendo registrado a décima primeira maior participação no total da margem de comercialização em empresas comerciais com participação de 2,65% do total nacional tendo apresentado o quarto maior ganho de participação entre os anos de 2014 e 2017. No Nordeste ficou atrás apenas dos estados da Bahia (R\$ 32,1 bilhões) e Pernambuco (R\$ 23,6 bilhões) (Tabela 6.4).

Tabela 6.4: Evolução da margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2014 a 2017

Brasil, Regiões e UFs	2014		2015		2016		2017		Dif. P.P. (2017-2014)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	827.892.611	100,00	776.750.620	100,00	754.750.386	100,00	765.143.477	100,00	0,00
Norte	28.485.055	3,44	28.551.032	3,68	27.055.931	3,58	27.819.211	3,64	0,20
Rondônia	3.160.011	0,38	3.126.613	0,40	3.075.123	0,41	2.966.172	0,39	0,01
Acre	1.757.983	0,21	1.729.991	0,22	1.525.659	0,20	1.503.338	0,20	-0,02
Amazonas	8.494.271	1,03	8.238.000	1,06	7.667.747	1,02	8.161.576	1,07	0,04
Roraima	1.184.739	0,14	1.271.587	0,16	1.288.352	0,17	1.326.197	0,17	0,03
Pará	9.623.830	1,16	9.674.844	1,25	9.221.241	1,22	9.634.784	1,26	0,10
Amapá	1.834.241	0,22	1.675.402	0,22	1.535.988	0,20	1.537.777	0,20	-0,02
Tocantins	2.429.980	0,29	2.834.594	0,36	2.741.820	0,36	2.689.367	0,35	0,06
Nordeste	125.077.383	15,11	115.604.591	14,88	112.602.115	14,92	117.456.741	15,35	0,24
Maranhão	11.184.045	1,35	10.490.082	1,35	10.656.902	1,41	10.212.641	1,33	-0,02
Piauí	6.178.205	0,75	5.619.963	0,72	5.856.035	0,78	5.462.565	0,71	-0,03
Ceará	19.726.688	2,38	19.178.038	2,47	18.382.353	2,44	20.297.937	2,65	0,27
Rio Grande do Norte	7.846.149	0,95	7.332.922	0,94	7.188.078	0,95	8.637.168	1,13	0,18
Paraíba	8.361.422	1,01	8.099.842	1,04	7.721.047	1,02	7.484.528	0,98	-0,03
Pernambuco	26.742.103	3,23	22.265.624	2,87	22.300.131	2,95	23.653.599	3,09	-0,14
Alagoas	7.807.267	0,94	7.103.861	0,91	6.048.550	0,80	5.654.011	0,74	-0,20
Sergipe	4.513.232	0,55	4.130.982	0,53	4.140.309	0,55	3.952.250	0,52	-0,03
Bahia	32.718.272	3,95	31.383.276	4,04	30.308.709	4,02	32.102.042	4,20	0,24
Sudeste	445.960.675	53,87	414.590.010	53,37	404.739.755	53,63	404.069.885	52,81	-1,06
Minas Gerais	72.326.124	8,74	71.272.172	9,18	69.202.284	9,17	70.768.879	9,25	0,51
Espírito Santo	21.216.843	2,56	20.079.659	2,59	17.573.772	2,33	17.767.858	2,32	-0,24
Rio de Janeiro	75.629.592	9,14	70.780.167	9,11	67.999.810	9,01	67.404.983	8,81	-0,33
São Paulo	276.788.116	33,43	252.458.012	32,50	249.963.889	33,12	248.128.165	32,43	-1,00
Sul	152.958.416	18,48	146.812.889	18,90	142.045.657	18,82	142.988.514	18,69	0,21
Paraná	56.370.107	6,81	54.509.281	7,02	53.224.750	7,05	52.120.952	6,81	0,00
Santa Catarina	41.420.475	5,00	39.327.695	5,06	37.674.937	4,99	40.083.322	5,24	0,24
Rio Grande do Sul	55.167.834	6,66	52.975.913	6,82	51.145.970	6,78	50.784.240	6,64	-0,03
Centro-Oeste	75.411.082	9,11	71.192.099	9,17	68.306.929	9,05	72.809.126	9,52	0,41
Mato Grosso do Sul	10.742.041	1,30	11.150.926	1,44	9.989.397	1,32	10.696.163	1,40	0,10
Mato Grosso	20.184.369	2,44	19.603.855	2,52	19.799.450	2,62	21.049.840	2,75	0,31
Goiás	28.023.918	3,38	25.472.253	3,28	25.098.368	3,33	28.086.477	3,67	0,29
Distrito Federal	16.460.755	1,99	14.965.065	1,93	13.419.713	1,78	12.976.646	1,70	-0,29

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2017.

6.2.4 Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais

Na Tabela 6.5 são apresentados dados sobre a evolução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2014 a 2017.

As cinco maiores participações no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais em 2017 foram observadas nos estados de São Paulo (29,32%); Minas Gerais (11,04%); Rio de Janeiro (8,73%); Paraná (7,72%) e Rio Grande do Sul (7,12%). A participação conjunta desses cinco estados era de 63,68%, em 2014, aumentando para 63,92% em 2017. A participação de São Paulo foi maior que o total da região Sul (19,89%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.5).

Por sua vez, as cinco menores participações no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais em 2017, ocorreram nos estados de Roraima (0,16%); Acre (0,18%); Amapá (0,21%); Tocantins (0,22%) e Rondônia (0,29%). A participação conjunta desses cinco estados era de 1,12%, em 2014, caindo para 1,06% em 2017 (Tabela 6.5).

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais na comparação dos anos de 2014 e 2017 foram: São Paulo (+0,42 p.p.); Paraná (+0,17 p.p.); Rio Grande do Sul (+0,11 p.p.); Bahia (+0,11 p.p.) e Goiás (+0,10 p.p.) (Tabela 6.5).

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais na comparação dos dois anos foram: Minas Gerais (-0,28 p.p.); Pernambuco (-0,21 p.p.); Espírito Santo (-0,20 p.p.); Rio de Janeiro (-0,18 p.p.) e Distrito Federal (-0,15 p.p.) (Tabela 6.5).

Em 2017, o estado do Ceará possuía um total de 293,9 mil pessoas ocupadas em empresas comerciais, tendo registrado a décima maior participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais com participação de 2,88% do total nacional tendo apresentado o sétimo maior ganho de participação entre os anos de 2014 e 2017. No Nordeste, o Ceará perde apenas para os estados da Bahia (501,8 mil pessoas) e Pernambuco (318,6 mil pessoas) (Tabela 6.5).

Tabela 6.5: Evolução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais – Brasil, Regiões e Estados – 2014 a 2017

Brasil, Regiões e UFs	2014		2015		2016		2017		Dif. P.P. (2017-2014)
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	
Brasil	10.633.156	100,00	10.296.459	100,00	10.123.065	100,00	10.221.275	100,00	0,00
Norte	334.046	3,14	324.506	3,15	315.527	3,12	314.142	3,07	-0,07
Rondônia	35.342	0,33	32.974	0,32	30.048	0,30	29.972	0,29	-0,04
Acre	20.059	0,19	19.785	0,19	18.090	0,18	18.386	0,18	-0,01
Amazonas	90.900	0,85	92.466	0,90	86.972	0,86	85.491	0,84	-0,02
Roraima	16.949	0,16	17.668	0,17	17.392	0,17	16.596	0,16	0,00
Pará	124.428	1,17	117.056	1,14	119.654	1,18	119.981	1,17	0,00
Amapá	25.857	0,24	22.868	0,22	22.108	0,22	21.440	0,21	-0,03
Tocantins	20.511	0,19	21.689	0,21	21.263	0,21	22.276	0,22	0,03
Nordeste	1.862.469	17,52	1.790.926	17,39	1.724.283	17,03	1.781.868	17,43	-0,08
Maranhão	172.988	1,63	161.980	1,57	166.509	1,64	161.239	1,58	-0,05
Piauí	105.225	0,99	101.834	0,99	98.842	0,98	100.940	0,99	-0,00
Ceará	297.231	2,80	298.381	2,90	284.192	2,81	293.940	2,88	0,08
Rio Grande do Norte	129.453	1,22	127.311	1,24	129.957	1,28	127.745	1,25	0,03
Paraíba	121.378	1,14	113.688	1,10	110.552	1,09	117.755	1,15	0,01
Pernambuco	353.985	3,33	323.858	3,15	298.825	2,95	318.616	3,12	-0,21
Alagoas	95.115	0,89	92.986	0,90	87.007	0,86	88.856	0,87	-0,03
Sergipe	76.279	0,72	71.037	0,69	71.790	0,71	70.935	0,69	-0,02
Bahia	510.815	4,80	499.851	4,85	476.609	4,71	501.842	4,91	0,11
Sudeste	5.469.402	51,44	5.323.703	51,70	5.279.889	52,16	5.233.522	51,20	-0,23
Minas Gerais	1.203.206	11,32	1.170.043	11,36	1.151.826	11,38	1.127.947	11,04	-0,28
Espírito Santo	246.589	2,32	234.772	2,28	207.370	2,05	216.640	2,12	-0,20
Rio de Janeiro	947.425	8,91	922.400	8,96	917.148	9,06	892.350	8,73	-0,18
São Paulo	3.072.182	28,89	2.996.488	29,10	3.003.545	29,67	2.996.585	29,32	0,42
Sul	2.077.327	19,54	2.001.199	19,44	1.983.138	19,59	2.032.942	19,89	0,35
Paraná	802.268	7,54	769.467	7,47	761.362	7,52	788.737	7,72	0,17
Santa Catarina	529.383	4,98	518.494	5,04	514.093	5,08	516.286	5,05	0,07
Rio Grande do Sul	745.676	7,01	713.238	6,93	707.683	6,99	727.919	7,12	0,11
Centro-Oeste	889.912	8,37	856.125	8,31	820.228	8,10	858.801	8,40	0,03
Mato Grosso do Sul	137.929	1,30	131.391	1,28	127.099	1,26	141.696	1,39	0,09
Mato Grosso	213.419	2,01	198.226	1,93	190.510	1,88	204.844	2,00	-0,00
Goiás	341.295	3,21	342.746	3,33	335.123	3,31	338.410	3,31	0,10
Distrito Federal	197.269	1,86	183.762	1,78	167.496	1,65	173.851	1,70	-0,15

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

6.2.5 Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais

Na sequência, tem-se a Tabela 7.6 que traz dados sobre a evolução dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais para o Brasil, por regiões e para todos os vinte e sete estados da federação entre os anos de 2014 e 2017.

As cinco maiores participações no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais em 2017 foram observadas nos estados de São Paulo (35,50%); Minas Gerais (8,92%); Rio de Janeiro (8,78%); Paraná (7,89%) e Rio Grande do Sul (7,31%). A participação conjunta desses cinco estados era de 68,61%, em 2014, caindo para 68,39% em 2017. O estado de São Paulo sozinho detém uma participação maior que a registrada pelo total da região Sul (20,42%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.6).

Tabela 6.6: Evolução dos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2014 a 2017

Brasil, Regiões e UFs	2014		2015		2016		2017		Dif. P.P. (2017-2014)
	(Mil Reais)	%							
Brasil	233.191.406	100,00	223.768.629	100,00	221.922.523	100,00	226.677.208	100,00	0,00
Norte	6.999.047	3,00	6.655.832	2,97	6.555.308	2,95	6.646.842	2,93	-0,07
Rondônia	722.328	0,31	677.321	0,30	642.924	0,29	648.865	0,29	-0,02
Acre	407.916	0,17	391.723	0,18	363.814	0,16	369.904	0,16	-0,01
Amazonas	2.030.659	0,87	1.868.636	0,84	1.763.842	0,79	1.832.337	0,81	-0,06
Roraima	289.648	0,12	295.664	0,13	309.315	0,14	302.146	0,13	0,01
Pará	2.652.137	1,14	2.505.496	1,12	2.625.890	1,18	2.623.636	1,16	0,02
Amapá	439.715	0,19	441.928	0,20	386.634	0,17	390.903	0,17	-0,02
Tocantins	456.646	0,20	475.063	0,21	462.888	0,21	479.051	0,21	0,02
Nordeste	31.216.874	13,39	30.202.623	13,50	29.749.326	13,41	31.212.295	13,77	0,38
Maranhão	2.953.989	1,27	2.905.502	1,30	2.765.807	1,25	2.686.801	1,19	-0,08
Piauí	1.627.827	0,70	1.606.159	0,72	1.652.216	0,74	1.687.475	0,74	0,05
Ceará	4.790.367	2,05	4.688.635	2,10	4.755.331	2,14	4.931.075	2,18	0,12
Rio Grande do Norte	2.169.109	0,93	2.037.160	0,91	2.101.542	0,95	2.161.595	0,95	0,02
Paraíba	1.908.225	0,82	1.884.998	0,84	1.904.470	0,86	2.026.202	0,89	0,08
Pernambuco	6.407.303	2,75	5.841.930	2,61	5.497.743	2,48	6.067.619	2,68	-0,07
Alagoas	1.477.026	0,63	1.464.077	0,65	1.422.643	0,64	1.484.787	0,66	0,02
Sergipe	1.341.718	0,58	1.272.500	0,57	1.166.850	0,53	1.205.117	0,53	-0,04
Bahia	8.541.311	3,66	8.501.663	3,80	8.482.724	3,82	8.961.624	3,95	0,29
Sudeste	130.925.094	56,14	125.588.846	56,12	124.159.324	55,95	124.726.693	55,02	-1,12
Minas Gerais	20.924.598	8,97	20.693.428	9,25	20.445.356	9,21	20.210.074	8,92	-0,06
Espírito Santo	4.852.395	2,08	4.697.627	2,10	4.048.080	1,82	4.142.640	1,83	-0,25
Rio de Janeiro	20.753.371	8,90	20.274.497	9,06	19.760.464	8,90	19.906.286	8,78	-0,12
São Paulo	84.394.731	36,19	79.923.294	35,72	79.905.424	36,01	80.467.693	35,50	-0,69
Sul	45.848.940	19,66	43.932.821	19,63	44.098.380	19,87	46.292.748	20,42	0,76
Paraná	17.818.980	7,64	16.701.781	7,46	16.661.089	7,51	17.874.410	7,89	0,24
Santa Catarina	11.937.570	5,12	11.620.479	5,19	11.585.210	5,22	11.857.712	5,23	0,11
Rio Grande do Sul	16.092.390	6,90	15.610.562	6,98	15.852.082	7,14	16.560.626	7,31	0,40
Centro-Oeste	18.201.451	7,81	17.388.507	7,77	17.360.185	7,82	17.798.630	7,85	0,05
Mato Grosso do Sul	2.838.608	1,22	2.675.826	1,20	2.695.756	1,21	2.901.910	1,28	0,06
Mato Grosso	4.731.841	2,03	4.407.149	1,97	4.492.728	2,02	4.644.831	2,05	0,02
Goiás	6.630.320	2,84	6.653.024	2,97	6.729.485	3,03	6.712.026	2,96	0,12
Distrito Federal	4.000.683	1,72	3.652.507	1,63	3.442.216	1,55	3.539.863	1,56	-0,15

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2017.

Por sua vez, as cinco menores participações no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais em 2017, ocorreram nos estados de Roraima (0,13%); Acre (0,16%); Amapá (0,17%); Tocantins (0,21%) e Rondônia (0,29%). A participação conjunta desses cinco estados era de 0,99%, em 2014, caindo para 0,97% em 2017.

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais na comparação dos anos de 2014 e 2017 foram: Rio Grande do Sul (+0,40 p.p.); Bahia (+0,29 p.p.); Paraná (+0,24 p.p.); Ceará (+0,12 p.p.) e Goiás (+0,12 p.p.) (Tabela 6.6).

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais na comparação dos dois anos foram: São Paulo (-0,69 p.p.); Espírito Santo (-0,25 p.p.); Distrito Federal (-0,15 p.p.); Rio de Janeiro (-0,12 p.p.) e Maranhão (-0,08 p.p.) (Tabela 6.6).

Em 2017, o estado do Ceará registrou um valor total de R\$ 4,931 bilhões em gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais, tendo registrado a décima maior participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais de 2,18% do total nacional tendo apresentado o quarto maior ganho de participação entre os anos de 2014 e 2017. No Nordeste o Ceará fica abaixo apenas dos estados da Bahia (R\$ 8,961 bilhões) e Pernambuco (R\$ 6,067 bilhões) (Tabela 6.6).

6.3 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará

Em relação ao **número de unidades locais com receita bruta de revenda no comércio** é possível notar que o estado do Ceará possuía um total de 50.097 unidades em 2014, participando com 2,88% do país e com 15,23% do Nordeste. Em 2017, o número de empresas comerciais cearenses cresceu para 50.281 unidades, aumentando sua participação nacional para 3,0% e regional para 16,18%. Enquanto isso, a região Nordeste perdeu participação nacional caindo de 18,93%, em 2014, para 18,54%, em 2017 (Tabela 6.7).

No tocante a **receita bruta de revenda de mercadorias**, as empresas comerciais cearenses apresentaram um faturamento atualizado de R\$ 93,4 bilhões, em 2014, registrando uma participação de 2,36% do país e de 15,25% do Nordeste. Em 2017, o valor da receita bruta de revenda passou a ser de R\$ 93,0 bilhões apresentando aumento de participação nacional para 2,51% e regional para 15,97%. Enquanto isso, a região Nordeste ganhou participação nacional passando de 15,45%, em 2014, para 15,70%, em 2017 (Tabela 6.7).

No que tange a **margem de comercialização em empresas comerciais** fenômeno semelhante foi observado. A margem de comercialização cearense foi de R\$ 19,7 bilhões, participando com 2,38% do país e com 15,77% do Nordeste. Passado quatro anos, a margem de comercialização estadual passou a ser de R\$ 20,2 bilhões, registrando aumento de participação nacional para 2,65% e regional para 17,28%. Essas participações foram superiores as participações da receita bruta de revenda revelando uma margem de comercialização superior no estado do Ceará. Enquanto isso, a região Nordeste ganhou participação nacional passando de 15,11%, em 2014, para 15,35%, em 2017 (Tabela 6.7).

Em relação ao **peçoal ocupado em empresas comerciais**, o estado do Ceará possuía um total de 297.231 pessoas, registrando uma participação nacional de 2,80% e regional de 15,96%. Em 2017, apesar do aumento no número de unidades locais, o número de pessoas ocupadas nas empresas comerciais cearenses caiu para 293.940 pessoas, mas apresentou aumento de participação nacional para 2,88% e regional para 16,50%, confirmando a permanência em atividade das empresas de maior porte. Enquanto isso, a região Nordeste perdeu leve participação nacional passando de 17,52%, em 2014, para 17,43%, em 2017 (Tabela 6.7).

Tabela 6.7: Dados gerais das empresas comerciais – Brasil, Nordeste e Ceará – 2014 a 2017

Brasil, Nordeste e Ceará	2014	2015	2016	2017
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)				
Brasil	1.737.984	1.720.471	1.707.371	1.676.219
Nordeste	328.932	314.227	309.797	310.702
Ceará	50.097	48.961	47.880	50.281
Ne/Br (%)	18,93%	18,26%	18,14%	18,54%
Ce/Br (%)	2,88%	2,85%	2,80%	3,00%
Ce/Ne (%)	15,23%	15,58%	15,46%	16,18%
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)				
Brasil	3.965.398.953	3.740.736.309	3.663.548.691	3.710.455.079
Nordeste	612.532.067	577.006.729	561.527.721	582.606.882
Ceará	93.411.990	89.497.009	89.255.766	93.036.582
Ne/Br (%)	15,45%	15,42%	15,33%	15,70%
Ce/Br (%)	2,36%	2,39%	2,44%	2,51%
Ce/Ne (%)	15,25%	15,51%	15,90%	15,97%
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)				
Brasil	827.892.611	776.750.620	754.750.386	765.143.477
Nordeste	125.077.383	115.604.591	112.602.115	117.456.741
Ceará	19.726.688	19.178.038	18.382.353	20.297.937
Ne/Br (%)	15,11%	14,88%	14,92%	15,35%
Ce/Br (%)	2,38%	2,47%	2,44%	2,65%
Ce/Ne (%)	15,77%	16,59%	16,33%	17,28%
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)				
Brasil	10.633.156	10.296.459	10.123.065	10.221.275
Nordeste	1.862.469	1.790.926	1.724.283	1.781.868
Ceará	297.231	298.381	284.192	293.940
Ne/Br (%)	17,52%	17,39%	17,03%	17,43%
Ce/Br (%)	2,80%	2,90%	2,81%	2,88%
Ce/Ne (%)	15,96%	16,66%	16,48%	16,50%
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)				
Brasil	233.191.406	223.768.629	221.922.523	226.677.208
Nordeste	31.216.874	30.202.623	29.749.326	31.212.295
Ceará	4.790.367	4.688.635	4.755.331	4.931.075
Ne/Br (%)	13,39%	13,50%	13,41%	13,77%
Ce/Br (%)	2,05%	2,10%	2,14%	2,18%
Ce/Ne (%)	15,35%	15,52%	15,98%	15,80%

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2017.

Por fim, no tocante aos **Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais**, o estado do Ceará registrou um valor de R\$ 4,79 bilhões em 2014, tendo registrado uma participação no país de apenas 2,05% e no Nordeste de 15,35%. Em 2017, o valor pago em Gastos com salários, retiradas e outras remunerações nas empresas comerciais no estado passou a ser de R\$ 4,93 bilhões, registrando um ganho de participação nacional para 2,18% e regional para 15,80%, participações inferiores as registradas para o pessoal ocupado revelando menor nível de remunerações pagas no estado Enquanto isso, a região Nordeste ganhou leve participação nacional passando de 13,39%, em 2014, para 13,37%, em 2017 (Tabela 6.7).

6.4 Análise da Estrutura Produtiva por Atividades das Empresas de Comércio Cearense

A Tabela 6.8 abaixo traz uma abertura para as atividades que formam o comércio no estado do Ceará. Em 2017, as empresas de comércio varejista concentraram 84,69% do total das empresas comerciais cearenses, participando com uma receita bruta de revenda de 57,24% do total, 66,20% da margem de

comercialização, 79,37% do pessoal ocupado e com 73,40% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 6.8).

Tabela 6.8: Dados gerais das empresas comerciais por divisão do comércio – Ceará – 2014 a 2017

Divisão de Comércio	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	Dif. P.P. (2017-2014)
Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)									
1.Total	50.097	100,00	48.961	100,00	47.880	100,00	50.281	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	4.226	8,44	3.855	7,87	4.151	8,67	4.218	8,39	-0,05
3.Comércio por atacado	3.317	6,62	3.206	6,55	3.285	6,86	3.481	6,92	0,30
4.Comércio varejista	42.554	84,94	41.900	85,58	40.444	84,47	42.582	84,69	-0,26
Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)									
1.Total	93.411.990	100,00	89.497.009	100,00	89.255.766	100,00	93.036.582	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	11.786.799	12,62	10.314.114	11,52	8.412.689	9,43	9.291.263	9,99	-2,63
3.Comércio por atacado	32.919.762	35,24	28.672.260	32,04	30.139.017	33,77	30.491.231	32,77	-2,47
4.Comércio varejista	48.705.429	52,14	50.510.635	56,44	50.704.060	56,81	53.254.088	57,24	5,10
Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)									
1.Total	19.726.688	100,00	19.178.038	100,00	18.382.353	100,00	20.297.937	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	1.700.179	8,62	1.633.261	8,52	1.563.435	8,51	1.691.611	8,33	-0,28
3.Comércio por atacado	6.225.349	31,56	5.081.823	26,50	5.225.990	28,43	5.168.606	25,46	-6,09
4.Comércio varejista	11.801.159	59,82	12.462.954	64,99	11.592.929	63,07	13.437.720	66,20	6,38
Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)									
1.Total	297.231	100,00	298.381	100,00	284.192	100,00	293.940	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	25.581	8,61	22.030	7,38	23.214	8,17	22.952	7,81	-0,80
3.Comércio por atacado	42.893	14,43	38.586	12,93	39.336	13,84	37.689	12,82	-1,61
4.Comércio varejista	228.757	76,96	237.765	79,69	221.642	77,99	233.299	79,37	2,41
Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)									
1.Total	4.790.367	100,00	4.688.635	100,00	4.755.331	100,00	4.931.075	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	528.793	11,04	476.593	10,16	452.107	9,51	461.772	9,36	-1,67
3.Comércio por atacado	931.240	19,44	839.797	17,91	891.494	18,75	850.070	17,24	-2,20
4.Comércio varejista	3.330.334	69,52	3.372.246	71,92	3.411.730	71,75	3.619.233	73,40	3,87

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2017.

Por sua vez, as empresas de comércio atacadista, responderam por 6,92% das unidades comerciais cearenses, participando com 32,77% da receita bruta de revenda, 25,46% da margem de comercialização, 12,82% do pessoal ocupado e com 17,24% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 6.8).

Enquanto isso, as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas, responderam por 8,39% das unidades comerciais, participando com 9,99% da receita bruta de revenda, 8,33% da margem de comercialização, 7,81% do pessoal ocupado e com 9,36% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 6.8).

Entre os anos de 2014 e 2017, o estado do Ceará registrou um incremento de 184 unidades locais com receita de revenda, resultado de um incremento de 164 empresas comerciais atacadistas e 28 empresas comerciais varejistas e de uma redução de oito empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas. Como resultado, as empresas de comércio atacadista aumentaram sua participação dentro do estado em 0,30 p.p., enquanto as empresas de comércio varejista reduziram sua participação em 0,26 p.p. e as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas reduziram sua participação em 0,05 p.p (Tabela 6.8).

No tocante a receita bruta de revenda, apenas as empresas de comércio varejista ganharam participação de 5,10 p.p., ao passo que as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas e empresas de

comércio por atacado perderam participações de 2,63 p.p. e 2,47 p.p., respectivamente, sinalizando as dificuldades enfrentadas pelas empresas de vendas de veículos no estado no período analisado (Tabela 6.8).

Em relação a margem de comercialização, as empresas de comércio varejista ganharam participação de 6,38 p.p., enquanto as empresas de comércio atacadista e as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas perderam participação estadual de 6,09 p.p. e 0,28 p.p., respectivamente, no período (Tabela 6.8).

Em relação ao número de pessoas ocupadas, apenas as empresas de comércio varejista apresentou ganho de participação de 2,41 p.p., enquanto as empresas de comércio atacadista (-1,61 p.p.) e as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (-0,80 p.p.) apresentaram perda de participação dentro do estado do Ceará (Tabela 6.8).

Por fim, em relação aos gastos com salários, retiradas e outras remunerações, o comércio varejista foi novamente o único a apresentar ganho de participação estadual de 3,87 p.p. enquanto que as empresas de comércio atacadista (-2,20 p.p.) e as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (-1,67 p.p.) apresentaram perda de participação entre os dois anos.

7 COMÉRCIO EXTERIOR

Ana Cristina Lima Maia¹²

José Freire Junior¹³

7.1 Balança Comercial

As exportações do Ceará em 2017 registrou valor recorde, atingindo o montante de US\$ 2,1 bilhões, explicado principalmente pelas exportações de placas de ferro, realizadas pela Companhia Siderúrgica do Pecém. Enquanto que as importações foram de US\$ 2,2 bilhões.

A Balança Comercial do Estado do Ceará apresenta um comportamento deficitária, mantendo essa característica também nos anos analisados. Em 2017, o saldo foi negativo em US\$ 139 milhões, sendo esse valor o menor dos últimos dez anos. O maior déficit nesse período foi registrado em 2016 (US\$ 2,2 bilhões) em decorrência do grande volume de importação de Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, voltados para a instalação da Siderúrgica do Pecém. A corrente de comércio do Ceará somou US\$ 4,34 bilhões em 2017, valor inferior ao observado em 2014, que foi de US\$ 4,47 bilhões.

A balança comercial da região Nordeste registrou déficit entre os anos analisados, quando em 2014 registrou o maior déficit (US\$ -12,75 bilhões) e em 2017 obteve o menor saldo negativo (US\$ -2,65 bilhões). As exportações nordestinas em 2017 foram de US\$ 16,76 bilhões, crescimento de 5,4% em relação às exportações de 2014, enquanto que as importações atingiram o montante de US\$ 19,4 bilhões, 32,3% menor do que o registrado em 2014.

A balança comercial brasileira apresentou saldo negativo em 2014 (US\$ -4,15 bilhões), porém nos anos seguintes obteve elevados saldos positivos. O ano de 2017 apresentou o melhor desempenho da série com valor positivo de aproximadamente US\$ 67 bilhões, valor recorde ao longo de toda a série analisada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Esse resultado foi influenciado tanto pelo montante das exportações, que foi do valor de US\$ 217,7 bilhões, como da redução das importações (US\$ 150,7 bilhões).

O Nordeste e o Ceará, em 2017, tiveram queda em sua corrente de comércio comparado com 2014, explicado pela queda das importações, embora tenha observado crescimento das exportações mesmo assim não foi suficiente para compensar e alavancar o valor da corrente de comércio. O Brasil também apresentou queda na corrente de comércio, com redução tanto das exportações como das importações, porém a redução do valor importado foi bem maior do que as exportações, o que favoreceu o excelente resultado do saldo da balança comercial brasileira em 2017.

Tabela 7.1: Balança Comercial – CE/NE/BR – 2014 – 2017(*)

Descrição	2014			2017		
	Ceará	Nordeste	Brasil	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	1.470	15.906	224.974	2.102	16.759	217.739
Importação	3.004	28.661	229.128	2.241	19.406	150.749
Saldo	-1.535	-12.755	-4.153	-139	-2.647	66.990
Corrente de Comércio	4.474	44.566	454.102	4.343	36.166	368.489

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE. (*) Valores em US\$ 1.000.000 FOB.

¹² Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

¹³ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

Ao longo do período de 2014 a 2017 o Ceará apresentou uma taxa média de crescimento de 9,36% nas exportações, registrando um desempenho melhor do que o verificado para a região Nordeste e o Brasil, que apresentaram taxas médias de 1,32% e -0,81%, respectivamente. Tem-se em comum que a variação média das importações foi negativa para o Ceará (-7,07%), Nordeste (-9,29%) e Brasil (-9,94%). Desse modo, a Corrente de Comércio Cearense obteve taxa média de -0,74%, valor menor do que a taxa média do Nordeste e do Brasil, tendo estes registrado o mesmo valor (-5,09%) (Tabela 7.2).

Tabela 7.2: Taxa média de Crescimento da Balança Comercial – CE/NE/BR – 2014 – 2017

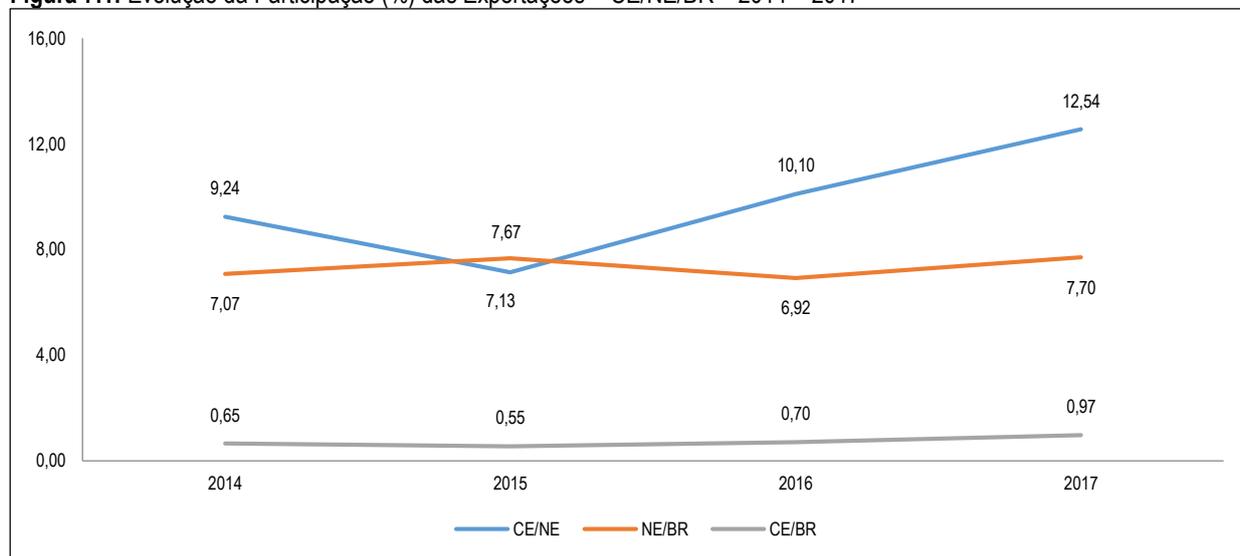
Descrição	Crescimento (%) 2014-2017		
	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	9,36	1,32	-0,81
Importação	-7,07	-9,29	-9,94
Corrente de Comércio	-0,74	-5,09	-5,09

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

Em 2014, o Ceará foi o 14º estado que mais exportou no Brasil, participando com 0,65% da pauta exportadora do país. No ano de 2015 apresentou perda de participação, passando para 0,55%, em 2016 a participação aumentou mais intensamente (0,70%). No ano de 2017, com o começo das exportações da CSP, a participação cearense continuou a trajetória de crescimento apresentada no ano anterior, atingindo o valor de 0,97%, porém manteve a mesma posição no ranking dos estados brasileiros (Figura 7.1).

Com relação à participação das exportações cearenses na pauta da região Nordeste observou-se que teve perda em 2015 com relação a 2014, mas em 2016 aumentou a participação para 10,10%, e em 2017 atingiu o maior valor, com 12,54%. Em 2014, o Ceará foi o 3º maior exportador da região do Nordeste, mantendo essa colocação em 2017.

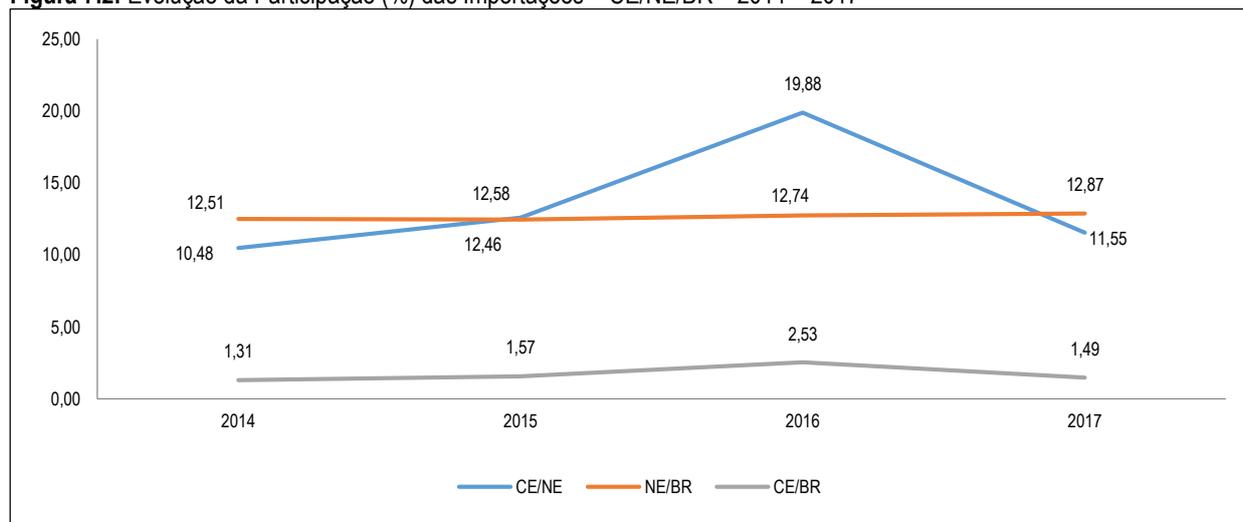
Figura 7.1: Evolução da Participação (%) das Exportações – CE/NE/BR – 2014 – 2017



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

As importações cearenses apresentaram ganho de participação em relação às importações brasileiras nos anos de 2015 e 2016, conforme apresentado na Figura 6.2. Em 2014 a participação foi de 1,31%, atingindo o valor de 2,53% em 2016. Porém, em 2017, perdeu participação, encerrando a série analisada com 1,49%. A mesma trajetória foi verificada na participação das importações cearenses no Nordeste, com aumento em 2015 e 2016, e redução de participação em 2017. Em 2016 o Ceará foi o terceiro maior importador da região Nordeste, os demais anos analisados o estado manteve-se no 4º lugar do ranking da região.

Figura 7.2: Evolução da Participação (%) das Importações – CE/NE/BR – 2014 – 2017



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

7.2 Exportações

Em 2017 os Produtos Metalúrgicos ficaram como o principal grupo exportado pelo Ceará, com o valor recorde de mais de US\$ 1 bilhão, respondendo por 51,12% da pauta do estado, vale ressaltar que em 2014 a participação desse segmento foi de apenas 0,91%. O início das atividades exportadoras da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), em 2016, teve grande impacto no perfil das exportações cearenses.

O grupo Calçados foi o segundo mais exportado em 2017, com valor de US\$ 312,7 milhões e participação de 14,88%. Em 2014 o grupo era o principal produto da pauta cearense e respondia por 21,76% do total exportado. Na comparação entre os dois anos observou-se uma queda no valor exportado de 2,2%, reflexo da desvalorização cambial, encarecendo assim os produtos brasileiros. Destaca-se também que o setor calçadista sofreu com a crise econômica, apresentando dificuldades para manter-se competitivo no mercado internacional.

Couros e Peles ocupou o terceiro lugar no ranking dos principais produtos exportados pelo Ceará, registrando o valor de US\$ 122,67 milhões, representando 5,84% de tudo que o estado exportou em 2017. O valor das exportações de couros e peles apresentou queda de 43,78% em 2017, quando comparado a 2014. Esse também foi um segmento que sofreu bastante nos anos de 2014 a 2015 com a crise econômica.

A Castanha de caju foi o quarto produto mais exportado pelo Ceará em 2017 (US\$ 91,6 milhões), com participação de 4,36% da pauta exportadora do estado. As vendas externas de castanha de caju registram crescimento em 2017, em comparação com o ano de 2014 (2,14%).

As exportações cearenses de produtos de Alimentos e Bebidas vêm crescendo nos últimos anos, ampliando o mercado externo, em 2017 houve um crescimento de 41,62% nas exportações do setor, comparado ao ano de 2014, com participação de 4,3%. Assim, valor exportado desse segmento em 2017 foi de US\$ 90,4 milhões, influenciado principalmente pelas vendas de sucos e água de coco.

A exportação de frutas registrou elevada queda em 2017, comparado com 2014. Essa redução deve-se a crise hídrica enfrentado pela Ceará, visto que a produção de frutas apresentou grande redução, principalmente melão. Dessa forma, o valor exportado de frutas passou de US\$113,97 milhões, em 2014, para US\$ 73,0 milhões, em 2017.

Os dez principais produtos exportados pelo Ceará em 2017 responderam por 93,3% de tudo que o estado exportou; em 2014 essa participação foi de 89,6%, demonstrando uma grande concentração na cesta de

produtos exportados. A pauta de exportação do Ceará ficou mais concentrada em decorrência do produtos metalúrgicos, que sozinho respondem por mais de 50% da pauta.

Tabela 7.3: Principais Produtos Exportados pelo Ceará – 2014 – 2017(*)

Principais produtos	2014		2017		Var % (2017/2014)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Produtos Metalúrgicos	13.304.161	0,91	1.074.613.887	51,12	7.977,28
Calçados e suas partes	319.777.266	21,76	312.700.706	14,88	-2,21
Couros e Peles	218.209.741	14,85	122.673.077	5,84	-43,78
Castanha de caju	89.692.938	6,10	91.626.269	4,36	2,16
Produtos Ind. de Alim. e Beb.	63.838.118	4,34	90.410.713	4,30	41,62
Frutas (Exceto Castanha de caju)	113.966.758	7,75	73.013.802	3,47	-35,93
Combustíveis minerais e derivados	354.187.777	24,10	59.455.981	2,83	-83,21
Ceras Vegetais	66.835.136	4,55	56.014.182	2,66	-16,19
Lagosta	42.206.635	2,87	43.383.085	2,06	2,79
Têxteis	34.872.152	2,37	37.870.362	1,80	8,60
Demais produtos	152.815.573	10,40	140.375.268	6,68	-8,14
Ceará	1.469.706.255	100,00	2.102.137.332	100,00	43,03

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Os Estados Unidos mantêm a liderança dos destinos das exportações cearenses no período de 2014 e 2017. O valor exportado em 2017 foi de US\$ 421,2 milhões, representando um quinto de tudo que o estado exportou nesse ano. Quando comparado com 2014, verificou-se um crescimento de 84,07%, influenciado principalmente pelas vendas de Ferro fundido, ferro e aço; Calçados; e Frutas.

O México foi segundo maior destino das exportações cearenses em 2017, respondendo por 12,97% da pauta exportadora do estado. Em 2014, a participação do país representava menos de 2%. Houve um crescimento de 901,96% na comparação de 2014 e 2017. A comercialização com esse país concentrou-se principalmente nos produtos Ferro fundido, ferro e aço; Peles, exceto as peles com pelo, e couros; Frutas; cascas de frutos cítricos e de melões; Calçados, polainas e artefatos semelhantes; e Algodão.

A Turquia foi o terceiro maior destino das exportações cearenses, participando com 8,94% das exportações do estado, em 2014 o país participava com apenas 0,11%. O ganho de representatividade desse país no destino das exportações cearenses é explicado pelas vendas de produtos metalúrgicos, realizada pela CSP. Assim, o principal produto destinados para o país foi Ferro fundido, ferro e aço; seguido de Calçados, Vidro e suas obras; e Ceras Vegetais.

Nos anos de 2014 e 2017 observou-se forte mudança na pauta de destino dos produtos cearenses. Juntos, Turquia, Coreia do Sul e México respondiam por 2,21% das exportações cearenses em 2014; em 2017 esses três países representaram 26,4% de tudo que foi exportado pelo estado.

Alemanha, Hungria, Reino Unido e Países baixos (Holanda) apresentaram perda de participação na pauta exportadora cearense na comparação entre 2014 e 2017. Dentre esses países de destino, apenas Países Baixos (Holanda) apresentou queda no valor das exportações, muito em decorrência na queda das exportações de frutas.

Os dez principais destinos das exportações cearenses em 2017 concentraram 68,88% de tudo que o estado exportou; em 2014 essa participação foi de 51,85%, demonstrando aumento da concentração dos países que o Ceará exporta.

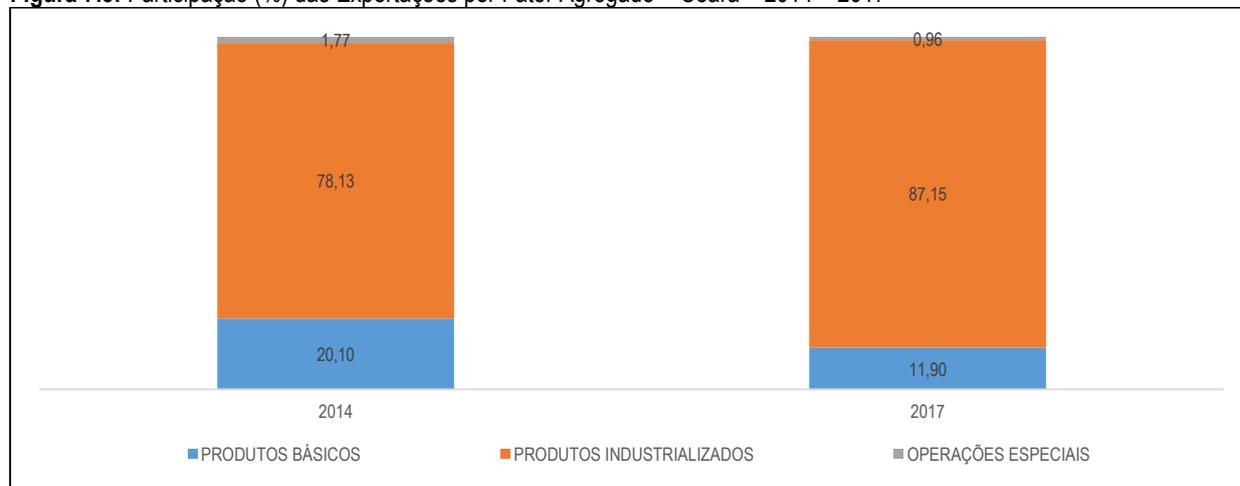
Tabela 7.4: Principais Destinos das Exportações do Ceará – 2014 – 2017 (*)

Principais países	2014		2017		Var % (2017/2014)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Estados Unidos	228.830.912	15,57	421.220.486	20,04	84,07
México	27.219.402	1,85	272.727.623	12,97	901,96
Turquia	1.622.550	0,11	187.992.698	8,94	---
Argentina	65.265.499	4,44	124.042.659	5,90	90,06
Itália	53.712.179	3,65	100.532.258	4,78	87,17
Coreia do Sul	3.594.387	0,24	94.173.717	4,48	2.520,02
Alemanha	48.800.780	3,32	66.989.308	3,19	37,27
Hungria	57.159.520	3,89	64.501.061	3,07	12,84
Reino Unido	51.154.131	3,48	59.490.824	2,83	16,30
Países Baixos (Holanda)	224.622.522	15,28	56.281.191	2,68	-74,94
Demais países	707.724.373	48,15	654.185.507	31,12	-7,56
Ceará	1.469.706.255	100,00	2.102.137.332	100,00	43,03

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Em 2014, as exportações cearenses de produtos industrializados representaram 78,13% do total da pauta de exportações, já em 2017 houve um incremento nas exportações de produtos industrializados, ampliando a participação para 87,15% do total exportado. O valor dos produtos industrializados exportados pelo Ceará cresceu 59,5% na comparação de 2014 e 2017.

Com relação às exportações cearenses de produtos básicos, observou-se queda na participação de 2014 para 2017, passando de 20,10% de participação para 11,90% (Figura 7.3). A queda do valor exportado foi de 15,3% nos anos analisados.

Figura 7.3: Participação (%) das Exportações por Fator Agregado – Ceará – 2014 – 2017

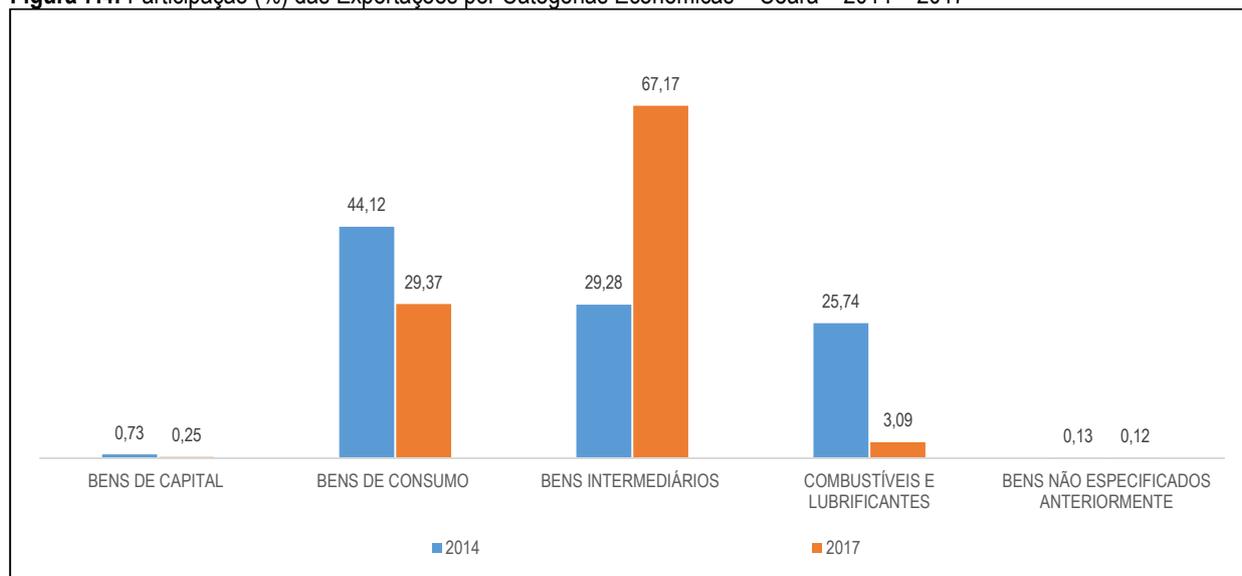
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

Em 2014, os Bens de Consumo foram os produtos predominantes nas exportações cearenses, participando com 44,12% da pauta exportadora. Em 2017 verificou-se perda de participação dessa categoria que passou a responder por 29,37% da pauta cearense.

Em 2017, os Bens Intermediários passaram a ser os principais produtos exportados pelo Ceará, participando com 67,17% de tudo que foi exportado pelo estado nesse ano. Em 2014 a participação da categoria era de 29,28.

As categorias Combustíveis e lubrificantes e Bens de Capital no Ceará tiveram uma queda de participação no total das exportações, passando de 25,74% e 0,73% em 2014, para 3,09% e 0,25% em 2017, respectivamente (Figura 6.4).

Figura 7.4: Participação (%) das Exportações por Categorias Econômicas – Ceará – 2014 – 2017



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE

7.3 Importações

Em 2017, o grupo denominado Combustíveis Minerais liderou a pauta de importação cearense, com valores de US\$ 867 milhões, respondendo, em termos de participação, por 38,69% do total importado pelo estado. Comparando com o ano de 2014, as importações do grupo tiveram um crescimento expressivo de 35,58%. Os principais produtos importados pelo grupo foram Hulha betuminosa (tipo de carvão mineral) e Gás natural liquefeito (GNL). Esses produtos são utilizados como insumos para a CSP e para a Termelétrica do Pecém.

Os Produtos da Indústria Química foram o segundo maior grupo importado pelo Ceará em 2017, com participação de 10,18% (US\$ 228,1 milhões) do total da pauta de importação do Estado, porém, registrou uma queda nas importações de 18,52% quando comparado a 2014. Dos produtos importados, destacam-se o Glifosato e sal de monoisopropilamina; e outros pesticidas voltados para as plantações agrícolas.

No ano de 2017, o grupo de Cereais ocupou o terceiro lugar na pauta de importação cearense, com valores de US\$ 181,4 milhões, levando a uma participação de 8,09% do total importado pelo Ceará. Comparando o ano de 2017 em relação a 2014, as importações desses produtos tiveram uma redução 6,49%.

O grupo de Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes, responderam por 7,93% das importações do Estado em 2017, o que significou valores de US\$ 177,7 milhões, contudo, houve uma forte queda (-44,84%) das importações desse setor, quando comparado com o ano de 2014.

Em 2017, o grupo de Têxteis ocupou o quinto lugar no ranking dos produtos importados pelo Ceará, com valores de US\$ 137,9 milhões e participação no total das importações de 6,15%. Em relação a 2014, observou-se uma queda importante nas importações do grupo (-34,74%).

Nota-se que dos dez principais produtos importados pelo estado, oito produtos tiveram queda no valor importado, os únicos que apresentaram crescimento foram Combustíveis minerais, Castanha de Caju e Óleos de dendê (Tabela 7.5).

Tabela 7.5: Principais produtos Importados pelo Ceará – 2014 – 2017(*)

Principais produtos	2014		2017		Var % (2017/2013)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Combustíveis minerais	639.553.694	21,29	867.074.993	38,69	35,58
Produtos Ind. Química	279.988.670	9,32	228.121.516	10,18	-18,52
Cereais	193.979.460	6,46	181.385.839	8,09	-6,49
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, e suas partes	322.244.511	10,73	177.741.138	7,93	-44,84
Têxteis	211.326.951	7,03	137.915.664	6,15	-34,74
Produtos Metalúrgicos	572.873.190	19,07	128.665.452	5,74	-77,54
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	167.056.627	5,56	107.570.640	4,80	-35,61
Plásticos, Borrachas e suas obras	88.901.079	2,96	66.597.126	2,97	-25,09
Óleos de dendê	57.263.363	1,91	59.144.820	2,64	3,29
Castanha de caju	9.163.247	0,30	28.371.129	1,27	209,62
Demais países	462.000.484	15,38	258.243.881	11,52	-44,10
Ceará	3.004.351.276	100,00	2.240.832.198	100,00	-25,41

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Dentre os principais países que o Ceará importou, a China foi o país que mais vendeu para o Estado em 2017, com uma significativa participação em torno de 17,13% do total importado, registrando em valores o montante de US\$ 383,9 milhões. Em 2014, esse país respondia por quase um quarto das importações cearenses (24,05%), ou seja, ocorreu uma redução em relação a participação nesses quatro anos. Na comparação entre 2017 e 2014, houve uma queda de 46,86% das importações provenientes desse país. Os principais produtos originários desse país foram: Produtos químicos orgânicos; Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Ferro fundido, ferro e aço; e Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

Os Estados Unidos foi o segundo país de onde o estado mais importou em 2017, o país participava com 10,85% do total importado pelo Ceará em 2014, e em 2017 a participação foi de 14,36%. Ainda assim, verificou-se uma pequena redução no valor importado, quando em 2014 correspondeu a US\$ 325,8 milhões e em 2017 o valor foi de US\$ 321,7 milhões, uma queda de 1,27% em quatro anos.

A Colômbia foi o terceiro país que mais vendeu para o Ceará em 2017, atingindo o montante de US\$ 250,4 milhões, e participação de 11,18% do total importado, em 2014 o país participava com apenas 6,74% da pauta importadora do estado, ou seja, quase dobrou a participação da Colômbia na venda de produtos destinados ao Ceará. Na comparação entre 2017 e 2014, houve um importante crescimento de 23,60% das importações provenientes desse país. Os principais produtos oriundos desse país foram: Combustíveis minerais; Óleos de dendê; Filamentos sintéticos ou artificiais; e Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes.

A Argentina foi o quarto país do qual o Ceará mais importou em 2017 (US\$ 199,9 milhões), respondendo por 8,92% das importações do estado, em 2014 o país participava com 2,10%, um crescimento considerável em termos relativos. A variação do valor importado foi de 217,46%, com destaque para o aumento das importações de trigo e Milho.

Dos principais fornecedores para o estado, a Austrália foi o que apresentou maior crescimento em 2017, comparado com 2014. O país participou com 7,35% das importações cearenses, os principais produtos oriundos desse país foram Combustíveis minerais e Produtos da indústria química.

Moçambique e Angola não forneciam nenhum produto para o Ceará em 2014, mas em 2017 estão entre os dez principais fornecedores e juntos respondem por 5,18% da pauta importadora do estado. Desses países são adquiridos unicamente Combustíveis Minerais.

As importações cearenses caíram 25,41% em quatro anos. Em 2014, os dez principais países de onde o Ceará mais importou participaram com 52,59% do total importado, em 2017, participaram com 77,09%, aumentando a concentração (Tabela 7.6).

Tabela 7.6: Principais Origens das Importações do Ceará – 2014 - 2017(*)

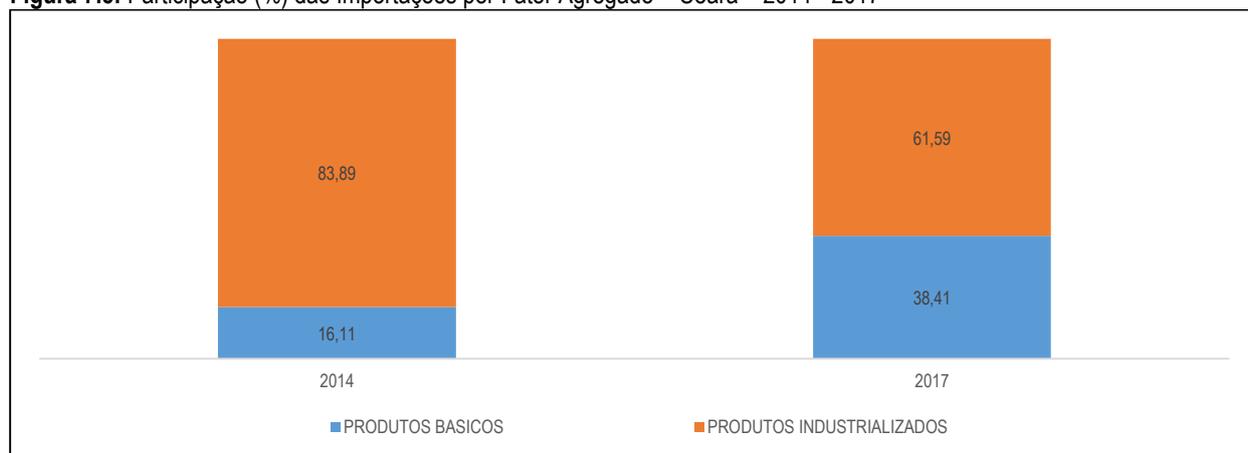
Principais países	2014		2017		Var % (2017/2014)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
China	722.506.462	24,05	383.944.259	17,13	-46,86
Estados Unidos	325.826.904	10,85	321.682.895	14,36	-1,27
Colômbia	202.603.268	6,74	250.418.971	11,18	23,60
Argentina	62.965.742	2,10	199.891.571	8,92	217,46
Austrália	19.341.174	0,64	164.646.614	7,35	751,28
Nigéria	35688455	1,19	140.560.916	6,27	293,86
Alemanha	104.931.786	3,49	86.388.885	3,86	-17,67
Índia	106.240.342	3,54	64.047.428	2,86	-39,71
Moçambique	0	0,00	63.351.673	2,83	-
Angola	0	0,00	52.561.792	2,35	-
Demais países	1.424.247.143	47,41	513.337.194	22,91	-63,96
Ceará	3.004.351.276	100,00	2.240.832.198	100,00	-25,41

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Em 2014, as importações do Ceará de produtos industrializados representaram 83,9%, do total das importações, já em 2017, houve uma perda importante da participação das importações de produtos industrializados, passando para 61,59% do total importado. Em termos de valor, em 2017, houve uma queda de 45,2% das importações de produtos industrializados quando comparado com 2014.

Com relação às importações cearenses de produtos básicos, verificou-se um aumento de participação de 2014 para 2017, passando de 13,80% para 38,41%. O crescimento das importações de produtos básicos foi de 77,8% quando comparado 2017 e 2014.

Figura 7.5: Participação (%) das Importações por Fator Agregado – Ceará – 2014 - 2017

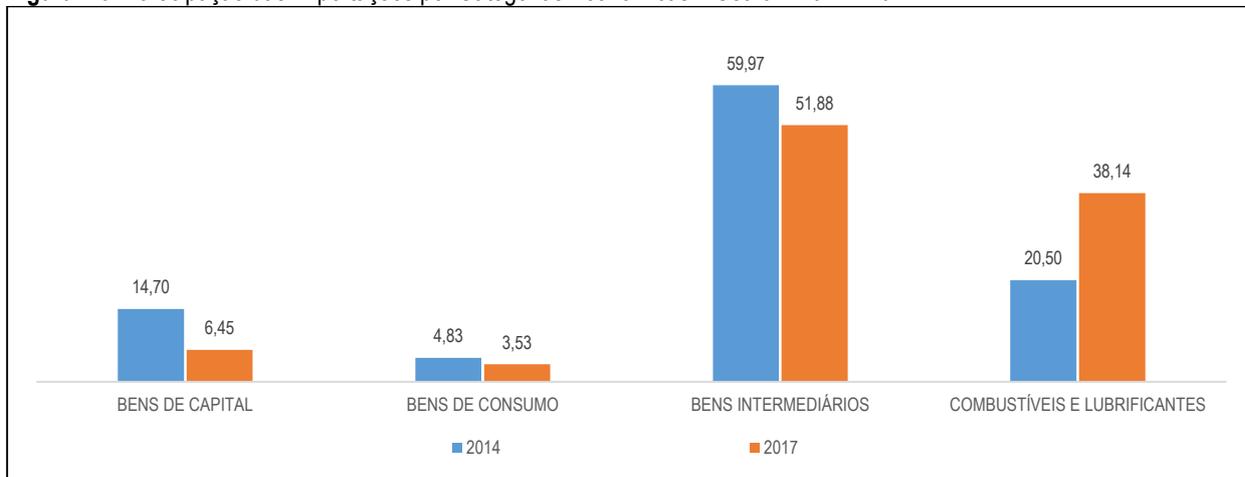


Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

Na análise das importações por categoria econômica, os Bens Intermediários foram os que tiveram maior participação em 2014 (59,97%), Combustíveis e lubrificantes participaram com 20,50%, Bens de capital representaram 14,70%, e Bens de consumo 4,83%.

Em 2017, os Bens Intermediários continuaram a como os principais produtos importados (51,88%), embora a participação tenha sido inferior à registrada em 2014. Combustíveis e lubrificantes registraram 38,14% de participação, superior à participação em 2014. Também se verificou diminuições de participações nas importações de Bens de Capital e Bens de Consumo (Figura 7.6).

Figura 7.6: Participação das Importações por Categorias Econômicas – Ceará – 2014 - 2017



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

8 MERCADO DE TRABALHO

Daniel Suliano¹⁴

8.1 Introdução

Neste capítulo será analisado a evolução do Mercado de Trabalho do Estado do Ceará utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Implantada de forma experimental em outubro de 2011 e implantada de forma definitiva em janeiro de 2012 em todo o território nacional a PNAD Contínua foi planejada de forma que sua amostra produza resultados para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Grande Teresina e Municípios das Capitais.

A PNAD Contínua visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução da Força de Trabalho do país a curto, médio e longo prazo além de outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país.

Tendo como unidade de investigação o domicílio, a população alvo é constituída por todas as pessoas moradoras em domicílios particulares ocupados da área de abrangência da pesquisa.

A pesquisa atende as recomendações metodológicas e conceituais da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSC) e da Organização Internacional do trabalho (OIT) de forma a atender estatísticas de âmbito conjuntural relativo à Força de Trabalho para o país e as unidades federativas.

Além disso, a PNAD Contínua é parte do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), no qual constitui um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares no qual o planejamento, a execução, a análise e a disseminação dos resultados das diversas pesquisas são conduzidas de forma coordenada.

Em substituição a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a PNAD Contínua ampliou os resultados das duas pesquisas na medida em que abrange todo o território nacional e disponibiliza informações periódicas.

De acordo com IBGE (2018), as informações sobre a Força de Trabalho são captadas através de um conjunto de perguntas conjunturais em todas as entrevistas do domicílio divulgadas trimestralmente e um conjunto de pesquisas adicionais divulgadas anualmente.

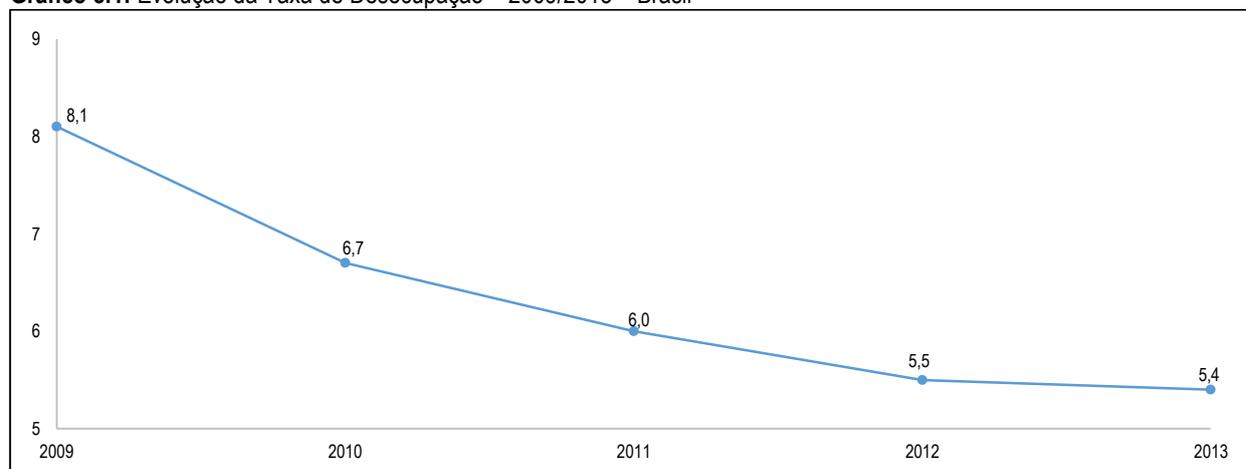
8.2 Contextualizando a Crise Econômica Nacional no Mercado de Trabalho

Para se ter uma contextualização do início da crise econômica nacional que assolou o país durante os anos de 2014 a 2016 e como ela se rebateu no Mercado de Trabalho cearense, o Gráfico 8.1 apresenta a evolução da Taxa de Desocupação (TD) utilizando dados da Pesquisa Mensal do Emprego de 2009 a 2013.

¹⁴ Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

Inicialmente, pode-se observar que mesmo diante de forte crise econômica internacional a Taxa de Desocupação (TD) nacional com base nos dados da PME seguiu em declínio tendo atingido uma mínima histórica de 5,4% no ano de 2013¹⁵.

Gráfico 8.1: Evolução da Taxa de Desocupação – 2009/2013 – Brasil



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: IPECE.

Como será visto a seguir, esses dados estão condizentes com os apresentados pela PNAD Contínua, embora sejam de magnitudes diferentes em razão de abrangerem diferentes dimensões do território nacional.

Alguns trabalhos, como o de Giambiagi e Schwartzman (2014), apontam que a mínima histórica do desemprego para este período esteve associado ao aumento da demanda agregada acima da capacidade de oferta da economia. Adicionalmente, estimativas de Castro Souza (2013) indicavam a economia brasileira operando próximo ao PIB potencial, elevada demanda por trabalho e pressão salarial.

8.3 Movimento da Dinâmica Demográfica e da Oferta de Trabalho

O Gráfico 8.2 apresenta a Taxa de Atividade (TA), que é dada pela relação entre a População em Idade de Trabalhar (PIT) e a População Total (POP). Sendo afetada tanto pela População em Idade de Trabalhar (PIT) como pela População Total (POP) a Taxa de Atividade é um indicador associado ao crescimento econômico em razão da expansão potencial de oferta de trabalho.

Assim, quando a População em Idade de Trabalhar (PIT) expande-se mais velozmente que a População Total (POP) há uma maior contingente da população em idade produtiva na estrutura etária da população, criando maiores condições para o crescimento econômico. Esse é um fenômeno conhecido na literatura como bônus demográfico.

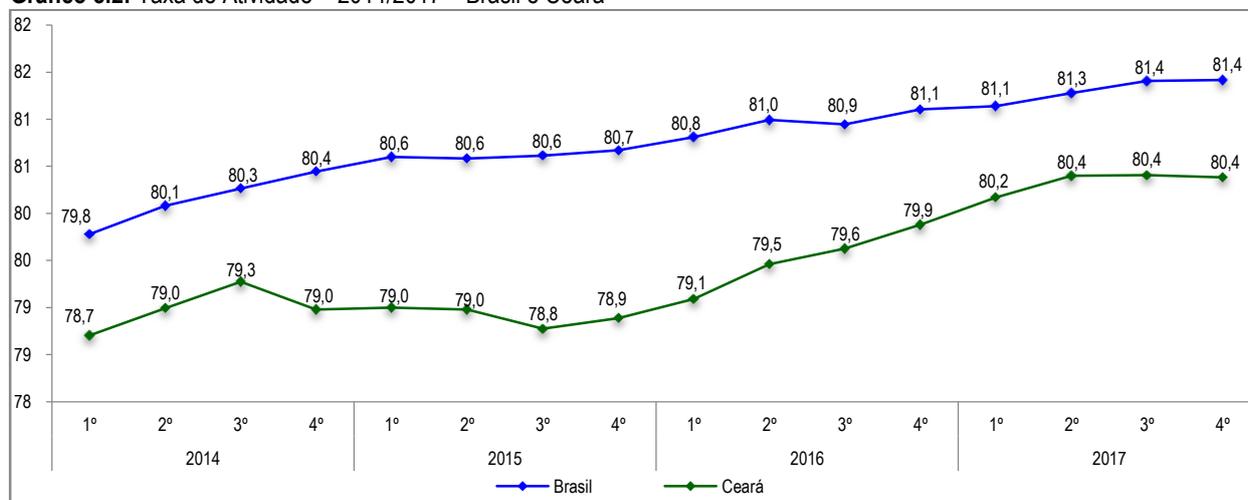
Em primeiro lugar, pode-se observar que tanto a Taxa de Atividade do Brasil como a Taxa de Atividade do Estado do Ceará vem apresentando uma tendência crescente, com maior intensidade no nesse último. Do primeiro trimestre de 2014 ao último trimestre de 2017 a TA cearense saltou de 78,7% para 80,4%, %, enquanto que nesse mesmo período no Brasil saltou de 79,8% para 81,4% – crescimento de 1,7 pontos percentuais (p.p.) e 1,6 pontos percentuais (p.p.), respectivamente.

Mesmo diante desse crescimento, o último ano da série revela que esse crescimento vem arrefecendo. Análises mais recentes do IBGE vem mostrando que novas projeções populacionais que o bônus

¹⁵ Em IPECE (2019) é apresentado uma maior série histórica da PME evidenciando que ao longo da década de 2000 o desemprego nacional apresentou forte redução e atingindo essa mínima histórica.

demográfico brasileiro deve chegar afim em 2018. Em IPEA (2018), é destacado que o Brasil se encontra em rápido e intenso processo de envelhecimento populacional o que vai gerar, nas próximas décadas, profundo alteração na estrutura demográfica brasileira com profundos e amplos impactos.

Gráfico 8.2: Taxa de Atividade – 2014/2017 – Brasil e Ceará



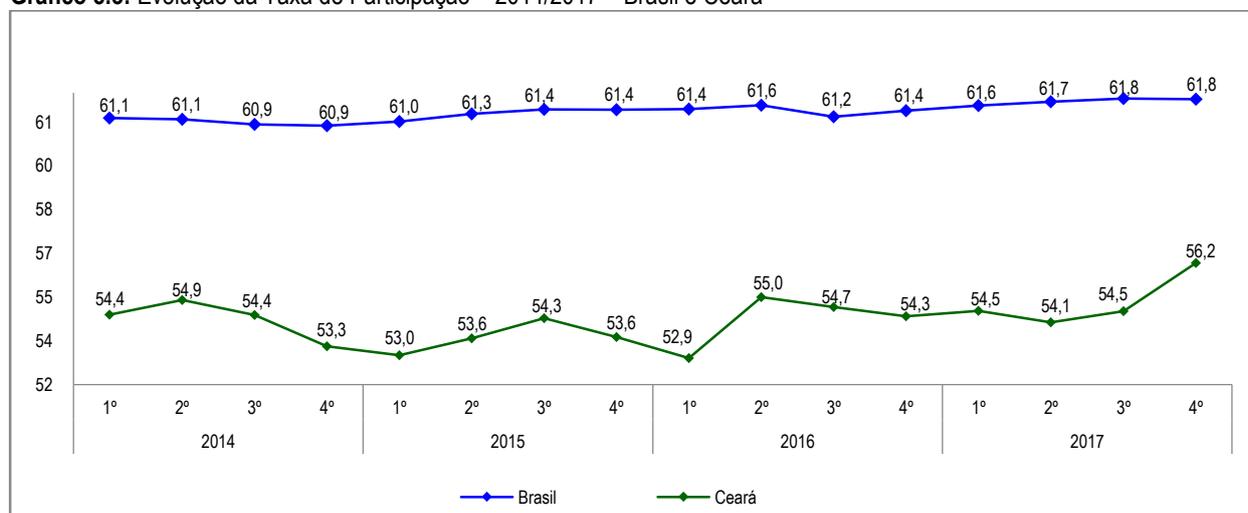
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

É possível também observar que a TA do Brasil é maior que a do Ceará em razão da sua População em Idade de Trabalho crescer mais que a População em termos proporcionais resultando, assim, em uma maior Oferta potencial de Trabalho maior em razão de mais adultos e menos crianças. No primeiro trimestre de 2014 a Taxa de Atividade do Brasil esteve 1,1 p.p acima que a do Estado do Ceará; no último trimestre do ano de 2017 essa taxa esteve 1,0 p.p. acima.

No Gráfico 10.3 é apresentada a Taxa de Participação (TP), medida pela relação entre a Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalho (PIT). Diferentemente da Taxa de Atividade, que é uma resultante de variáveis de cunho demográfica, a Taxa de Participação é influenciada pelos Ciclos de Negócios da economia e das forças de mercado que medem a oferta e a demanda de trabalhadores no Mercado de Trabalho.

Como já dito, os indicadores utilizados na PNAD Contínua estão em conformidade com as recomendações da Organização Internacional do trabalho (OIT) sendo ele determinados de acordo com critérios no âmbito do Mercado de Trabalho.

Gráfico 8.3: Evolução da Taxa de Participação – 2014/2017 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Nesse contexto, a Força de Trabalho (FT) é dada pelo somatório das pessoas ocupadas e das pessoas desocupadas, ambos na semana de referência. De acordo com IBGE (2016b), a semana de referência é a semana de domingo a sábado destinada à realização das entrevistas dos domicílios de um determinado grupo de Unidades Primárias de Amostragem (UPAs).

Por sua vez, são classificadas como pessoas ocupadas, conforme IBGE (2018, 2019), as pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas.

São também ocupadas aquelas temporariamente afastadas de trabalho remunerado que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.). Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivo diferente dos já citados, desde que o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência.

De acordo com IBGE (2019), esse conceito de ocupação adotado a partir do quarto trimestre de 2015 já está ajustado à Resolução I da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho. Os ajustes ocorreram nos aspectos referentes ao trabalho sem remuneração direta ao trabalhador e à caracterização como ocupadas das pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas na semana de referência.

No que tange as pessoas desocupadas, conforme IBGE (2019), são assim classificadas as pessoas sem trabalho em ocupação que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

Os desocupados são também as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.

Dito isso, pode-se observar que um olhar mais atento sob o Gráfico 10.3 permite três considerações. Em primeiro lugar, a Taxa de Participação do Brasil praticamente não variou com alterações marginais ao longo do período 2014-2017. De forma mais específica, no primeiro trimestre de 2013 ao último trimestre de 2017 a Taxa de Participação do Brasil variou de 61,1% para 61,8% e, portanto, crescimento de apenas 0,7 ponto percentual.

Ao longo do ano de 2014 até o primeiro trimestre de 2016 a TP sofreu pequenas oscilações, mesmo diante da conjuntura econômica desfavorável. A partir do terceiro trimestre de 2016, a Taxa de Participação passou a crescer lentamente saindo de 61,2% e atingindo 61,8% no quarto trimestre de 2017.

Por outro lado, para o Estado do Ceará, a Taxa de Participação apresentou oscilações mais intensas ao longo desse quatro anos. No primeiro trimestre de 2014 a TP cearense encontrava-se em 54,4% tendo atingido uma mínima histórica de 52,9% no primeiro trimestre de 2016 sofrendo um forte aumento de 55% no segundo trimestre de 2016.

Desde então, semelhantemente ao Brasil, a TP do Ceará apesar de recuar a partir do terceiro trimestre de 2016 com relação ao segundo trimestre do mesmo ano, segue uma trajetória crescente e atingindo sua máxima de 56,2% no quarto trimestre de 2017.

Em segundo lugar, deve-se observar a existência de um *gap* entre Taxa de Participação do Brasil e a Taxa de Participação do Estado. No primeiro trimestre de 2016 essa diferença era de 6,7 pontos percentuais; no quarto trimestre de 2017 a diferença se reduziu passando para 5,6 pontos percentuais.

Como já visto, a Taxa de Participação apresenta um componente que depende das condições do Mercado de Trabalho (a Força de Trabalho) e outro que depende de um fator demográfico (a População em Idade de Trabalhar, que é o inverso da razão de dependência).

Assim, parte dessa diferença entre a Taxa de Participação nacional e a Taxa de Participação do Ceará pode ocorrer ou por conta da demografia ou por conta de movimentos da Força de Trabalho, ou, por ambos.

No que corresponde aos movimentos da Força de Trabalho, algumas especificidades do Mercado de Trabalho cearense podem afetar diretamente a magnitude sua Taxa de Participação. Por exemplo, benefícios assistenciais ou de previdência em razão do menor custo de vida na região pode alterar os incentivos dos trabalhadores a deixarem a Força de Trabalho contribuindo para uma menor Taxa de Participação.

De outra maneira, a saída da Força de Trabalho pode ocorrer em razão de maior alocação de tempo nos estudos ou algum tipo de treinamento técnico profissional. Neste último caso, esse efeito pode ser temporário o que a evidência não parece sinalizar.

8.4. Ciclo de Negócios e a Desocupação

O Ciclo de Negócios da economia pode afetar a Taxa de Participação em razão da busca por ocupação. Nos anos de 2015 e 2016, período em que a recessão atingiu patamares elevados, trabalhadores podem se inserir na Força de Trabalho como forma de compensar a queda da renda familiar daqueles que perderam emprego. De forma alternativa, em um Mercado de Trabalho deprimido desocupados na Força de Trabalho podem desistir da busca por ocupação se retirando da Força de Trabalho.

Assim, quando trabalhadores tendem a ser incorporados na Força de Trabalho ao seguir uma tendência contracíclica eles se deslocam na direção oposta ao Ciclo de Negócios. Neste caso, a incorporação desse trabalhador adicional na Força de Trabalho (*added worker effect*) eleva a Taxa de Participação.

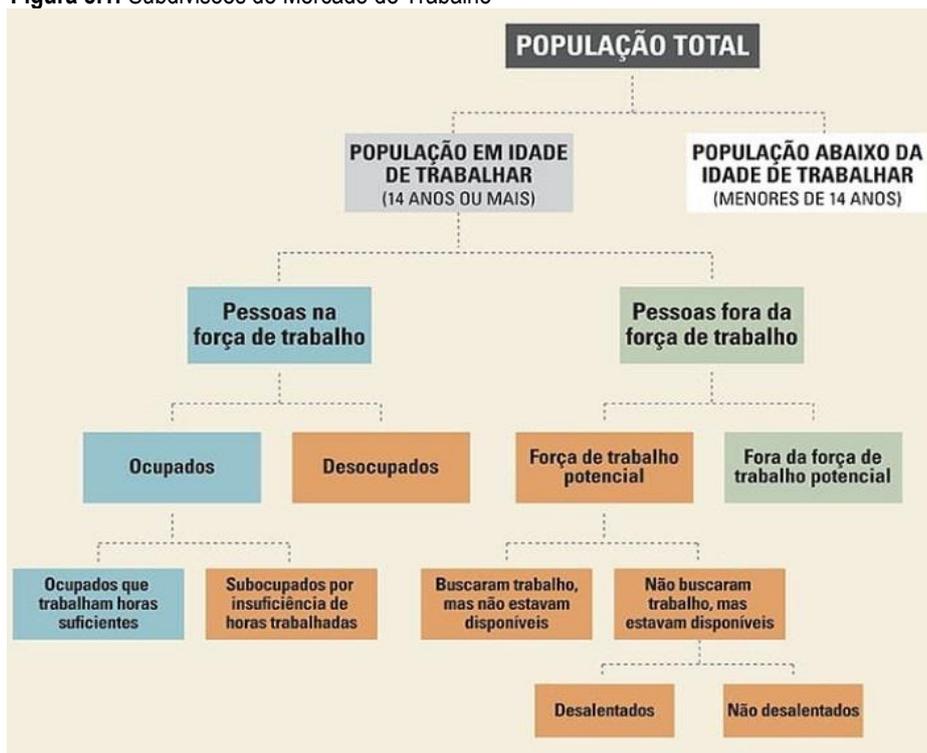
Por outro lado, a Força de Trabalho pode reduzir seu fluxo durante as recessões. Como ressalta Borjas (2012) como a busca por emprego envolve custos diversos muitos desempregados se retiram da Força de Trabalho esperando o fim da recessão, sendo alguns classificados como trabalhadores em desalento em decorrência das Flutuações Econômicas.

A PNAD Contínua através das medidas de subutilização da Força de Trabalho mensura além da desocupação outras medidas que sofrem influência dos Ciclos Econômicos. De acordo com IBGE (2016) a subutilização da Força de Trabalho (*labour underutilization*) é um conceito construído para complementar o monitoramento do Mercado de Trabalho além da medida de desocupação (*unemployment*) com objetivo de fornecer a melhor estimativa da demanda por trabalho em ocupação (*employment*). A Figura 8.1 descreve as subdivisões.

Na Subutilização da Força de Trabalho são identificados três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois já integram a Força de Trabalho, que são os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas e os Desocupados.

Além deles, se somam a Força de Trabalho Potencial (FTP), que é um componente das pessoas Fora da Força de Trabalho (FFT). Como pode ser visto na Figura 10.1, além da Força de Trabalho Potencial (FTP), a subdivisão Fora da Força de Trabalho (FFT) contém os Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP).

Figura 8.1: Subdivisões do Mercado de Trabalho



Fonte: IBGE/PNAD Contínua.

Deve-se também observar que as pessoas Subocupadas por Insuficiência de Horas Trabalhadas são pessoas que na semana de referência que têm 14 anos ou mais de idade e trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único ou no conjunto de todos os seus trabalhos. No entanto, gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

As pessoas que fazem parte da Força de Trabalho Potencial (FTP) estão fora da Força de Trabalho (FT), mas possuem um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Assim, a Força de Trabalho Potencial é formada por pessoas que realizaram busca efetiva de trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência e pelas pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

A Força de Trabalho Potencial (FTP) é definida como conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em Força de Trabalho.

Entre este contingente, estão as pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar e as pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar, ambos na semana de referência (Ver Figura 8.1).

Adicionalmente, como pode ser observado na Figura 8.1, as pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis podem ser divididas entre desalentados e não desalentados.

A partir destas variáveis, pode-se definir a Força de Trabalho Ampliada (FTA), um conceito mais abrangente que a Força de Trabalho sendo composta pela Força de Trabalho (FT) e pela Força de Trabalho Potencial (FTP).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda que os países adotem esses indicadores visando um quadro mais completo da subutilização da Força de Trabalho. Nesse contexto, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho ao incluir os trabalhadores desalentados permite também mensurar o que a literatura classifica como “Desemprego Oculto”, dando uma maior amplitude do impacto do Desemprego durante as recessões mais severas ao longo das Flutuações Econômicas.

Ao combinar todas essas novas variáveis, pode-se definir a Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho, um indicador mais amplo e abrangente da necessidade não satisfeita de trabalho na população.

Assim, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho representa o percentual da população com interesse no Mercado de Trabalho, mas que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de Oferta de Postos de Trabalho, seja em termos de Insuficiência de Horas Trabalhadas. Nesses termos, tem-se:

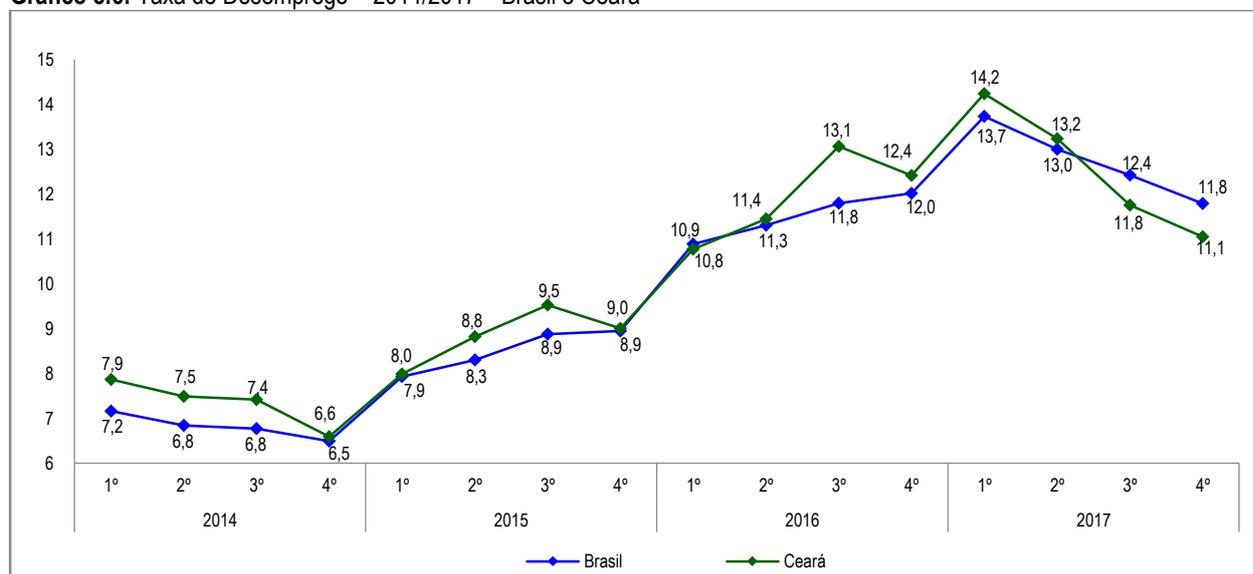
$$\text{Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho} = \frac{\text{Subocupados por Insuficiência de Horas} + \text{Desocupados} + \text{FTP}}{(\text{FT} + \text{FTP} = \text{FTA})}$$

8.5. Evolução do Desemprego

A Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho definida na seção anterior é uma medida mais ampla de medida de desocupação. A Taxa de Desocupação (TD) é um indicador que mede diretamente uma pressão sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho e que procuraram trabalho estando disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

No Gráfico 8.6 a seguir apresenta a evolução da Taxa de Desocupação para o período de 2014 a 2017 para o estado do Ceará e o Brasil. No Gráfico 8.7, por sua vez, são apresentados os dados da Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho.

Gráfico 8.6: Taxa de Desemprego – 2014/2017 – Brasil e Ceará

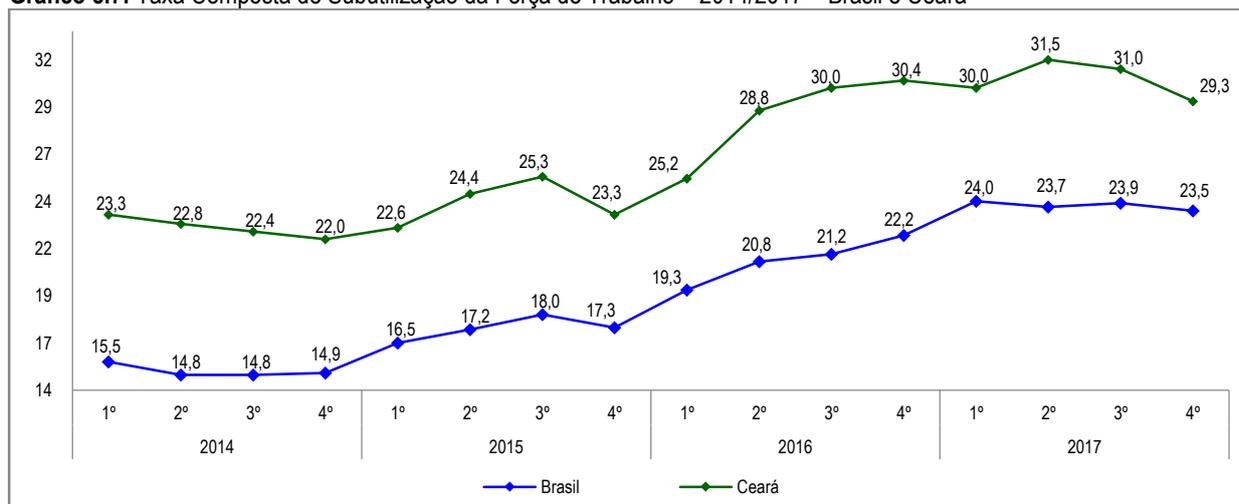


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

De acordo com o Comunicado de agosto de 2015 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), após uma expansão econômica que durou 20 trimestres a partir do segundo trimestre de 2009 até o primeiro trimestre de 2014 é iniciada no trimestre subsequente uma recessão econômica.

Dados do Gráfico 8.6 estão condizente com esse diagnóstico. A evolução dos dados do Gráfico 8.7 também estão de acordo com esse diagnóstico. No quarto trimestre de 2014, em ambos os casos, a desocupação atinge o menor nível histórico. É preciso ressaltar as altas taxas de subutilização da Força de Trabalho, principalmente no Estado do Ceará.

Gráfico 8.7: Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho – 2014/2017 – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Como visto, o desemprego apresenta uma defasagem de dois trimestres a partir do início de uma recessão. Isso ocorre porque mesmo diante de um quadro recessivo as empresas relutam em demitir em razão de custos de contratação e na expectativa que o quadro econômico seja rapidamente revertido.

Assim, opta-se, principalmente no setor industrial, pela redução do ritmo de produção ou mesmo suspensão de contrato de trabalho no regime de *lay-off*. Blanchard (2011) também destaca o custo de treinamento de novos empregados e perda de capital humano levando as empresas a entesourar a mão-de-obra em períodos em que o produto está abaixo do seu normal.

Os dados dos gráficos anteriores mostram que esse processo não se reverteu imediatamente tendo sido considerada como a segunda maior perda de PIB e a recessão mais longa dos últimos 120 anos da história econômica brasileira [Pessoa (2018)].

No comunicado de outubro de 2017 o CODACE ressalta a ocorrência de um vale a partir do primeiro trimestre de 2017 indicando o fim dessa recessão na economia brasileira. Não obstante, é nesse trimestre que a Taxa de Desocupação atinge a máxima histórica de 14,2% no Ceará e 13,7% no Brasil. No Estado do Ceará, a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho atinge a máxima histórica de 31,5% apenas no segundo trimestre de 2017.

9 SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO CEARÁ

Paulo Araújo Pontes¹⁶

9.1 Introdução

Nesse capítulo serão apresentados alguns indicadores que mensurem as contas públicas estaduais, tendo por objetivo analisar o comportamento deles durante o período de 2014 a 2017 e identificar que fatores contribuíram para o seu desempenho.

Nesse sentido optou-se por apresentar, em primeiro lugar, um resumo do balanço orçamentário do Estado do Ceará e, posteriormente, alguns indicadores foram elaborados utilizando os dados desse resumo. Adicionalmente, são apresentados os indicadores preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Assim, esse capítulo está organizado em cinco seções, sendo a primeira essa breve introdução. Na segunda são apresentados os dados da receita orçamentária do Estado e os indicadores de receita. Na terceira seção destina-se a análise a apresentação dos indicadores da despesa orçamentária. Na quarta seção são apresentados os indicadores da LRF e na quinta e última seção são tecidos alguns breves comentários conclusivos.

9.2 Receitas Orçamentárias

O primeiro ponto a ser abordado sobre as finanças públicas do Governo Estadual do Ceará são as receitas orçamentárias, cujos principais componentes são apresentados na Tabela 9.1. Como pode ser constatado, na referida Tabela, as receitas orçamentárias do Ceará mantiveram-se estáveis durante o período 2014 a 2015 em, aproximadamente, R\$ 29,5 milhões. Entretanto, apesar dessa estabilidade, deve-se notar que houve uma mudança na sua composição, dada a redução de R\$556 milhões nas “Receitas de Capital” e o incremento de R\$ 244 milhões das “Receitas Correntes”.

Entre as receitas orçamentárias as “Receitas Correntes” responderam, no período de 2014 a 2017, por 87,2%, em média, dos recursos disponíveis. Entre esses tipos de receitas destaca-se o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) com redução de 6,0%, entre 2014 e 2016, e crescimento de 5,1%, quando compara-se 2017 com 2016, resultando na redução de 1,2% em todo o período em análise. É interessante observar que a retração da receita de ICMS, de R\$ 135 milhões entre 2014 e 2017, foi compensada pelo incremento de R\$124 milhões na arrecadação de IPVA.

A segunda maior fonte de “Receita Corrente” são as transferências oriundas do FPE (Fundo de Participação dos Estados), que têm como origem a arrecadação do IR (Imposto sobre a Renda) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) pelo Governo Federal. Como pode ser observado na Tabela 9.1, as transferências do FPE oscilaram entre R\$ 6,3 e R\$ 6,8 bilhões, no período em análise, porém apresentando uma redução de 5,7%, entre os anos de 2014 e 2017. Sobre o FPE dois fatos chamam a atenção, sendo o primeiro a queda dos repasses em 2015 e, o segundo fato, a significativa recuperação em 2016.

A redução em 2015 pode ser atribuída a forte recessão nacional que se refletiu nas arrecadações de IPE e IR. Já em 2016, o Governo Federal editou uma lei que permitia que brasileiros que possuíssem recursos não declarados no exterior poderiam regulariza-los, pagando os devidos impostos nesse procedimento.

¹⁶ Doutor em Administração Pública e Governo (FGV-SP) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

Dessa forma, houve uma elevação na arrecadação de impostos federais e nos devidos repasses para os estados.

Ainda na Tabela 5.1, chama atenção o desempenho das do ITCD (Imposto de Transmissão “Causa-Mortis” e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos), cujo crescimento , entre os anos de 2016 e 2015, foi de 697%. Destaque-se que esse crescimento é decorrente de uma arrecadação extraordinária em novembro de 2016 (Pontes, Nogueira e Nogueira, 2017), não esperando-se repetição desse desempenho em um horizonte de tempo previsível. Entretanto, deve-se mencionar o bom desempenho que a arrecadação desse tributo tem tido ao longo dos últimos anos, com crescimento de 35,9% entre 2014 e 2017.

Tabela 0.1: Receitas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará (R\$1.000,00 de Dez/2017)

Descrição	2014	2015	2016	2017
Receita Corrente	25.282,84	23.963,54	25.965,28	25.527,51
Receita Tributária	13.961,89	13.316,15	14.217,33	14.411,87
ICMS	11.748,12	11.063,61	11.045,56	11.612,71
IPVA	723,61	733,39	741,46	848,10
IR	921,70	946,00	956,67	1.041,23
ITCD	70,87	87,35	696,63	96,31
Outros	497,59	485,82	777,01	813,51
Contribuições	653,32	603,42	633,79	655,77
Patrimonial	542,39	429,56	436,21	442,06
Serviços	54,48	68,52	67,55	87,23
Transferências Correntes	9.385,81	8.874,08	9.453,75	9.076,81
FPE	6.692,78	6.361,71	6.776,91	6.311,99
FUNDEB	1.653,86	1.569,49	1.591,69	1.525,96
Outras Transferências	1.039,18	942,88	1.085,15	1.238,85
Outras Receitas Correntes	684,95	671,81	1.156,62	853,78
Receitas de Capital	3.191,40	2.190,01	1.871,97	2.634,63
Operações de Crédito	2.052,56	1.747,92	1.185,19	2.127,90
Transferências de Capital	1.044,84	424,40	681,94	488,97
Outras Receitas de Capital	94,00	17,69	4,84	17,75
Receitas Intra-orçamentárias	1.244,99	1.067,44	1.296,24	1.322,58
Total Receitas	29.719,23	27.221,00	29.133,48	29.484,72
RCL	18.114,67	17.228,17	19.045,12	18.445,42

Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

O desempenho da arrecadação de ITCD, nos anos recentes, é um fenômeno interessante e que deveria ser objeto de estudos mais aprofundados, fugindo ao escopo desse livro, porém pode-se atribuir parte desse desempenho a valorização imobiliária ocorrida no período em análise.

A arrecadação de IPVA (Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores), entre 2014 e 2017, também apresenta um desempenho positivo, tendo crescido 17,2% no período, sendo uma explicação para esse fato a expansão da frota automotiva do Estado e a elevação das alíquotas do IPVA no ano de 2017.

O significativo incremento das Outras Receitas Tributárias é uma consequência direta da majoração das taxas cobradas por prestação de serviços pelo governo do Estado, que tiveram incremento de até 110% em janeiro de 2016¹⁷.

Um último destaque, quanto as Receitas Correntes, é o comportamento da rubrica Outras Receitas Correntes¹⁸, no ano de 2016. Esse desempenho deve-se “ao uso de receitas provenientes da Lei 15.878/2015, que permitiu o Governo do Estado utilizar até 70% dos valores de depósitos judiciais, cuja constitucionalidade está sendo contestada” (IPECE, pag 46, 2017).

Por sua vez as “Receitas de Capital” decresceram 59%, entre 2014 e 2016, entretanto parte dessa queda foi mitigada pela recuperação dessas receitas no ano de 2017, com incremento de 40,7%, comparativamente a 2016. Dessa forma, as Receitas de Capital, em 2017, foram 17,4% inferiores àquelas verificadas em 2014. O principal item das “Receitas de Capital” são as operações de crédito que, entre 2014 e 2017, cresceram 3,7%.

Relativamente às receitas correntes líquidas (RCL), que são os recursos efetivamente disponíveis ao Poder Executivo estadual para pagar suas despesas, constata-se que elas cresceram 1,83%, entre 2014 e 2017. É interessante observar que houve uma queda de 5% da RCL de 2014 para 2015, havendo reversão dessa perda em 2016.

Deve-se destacar que o significativo incremento da RCL, em 2016, deveu-se a fatores não recorrentes, anteriormente citados, como a arrecadação extraordinária de ITCD, dos recursos provenientes da repatriação do exterior e do uso dos recursos dos depósitos judiciais. Descontados esses dois efeitos a RCL estaria próxima de R\$ 17,9 bilhões, em 2016, representando um crescimento de, aproximadamente, 3,8% comparativamente ao ano anterior.

Complementando a análise feita acima, optou-se por construir alguns indicadores com os dados apresentados na Tabela 9.1. Nesse sentido, será analisada a evolução da composição das receitas correntes do Governo do Estado e a participação setorial da arrecadação de ICMS.

Relativamente à evolução da composição das receitas o indicador escolhido mede a importância das receitas próprias no total da arrecadação estadual, assim considerou-se como fontes de arrecadação própria do Governo cearense as arrecadações tributárias, as de contribuições e as receitas patrimoniais e de Serviços, sendo o cálculo feito da seguinte forma

$$IRCP = 100 * \frac{Rec. Tributárias + Contribuições + Patrimoniais + Serviços + Outras Rec. Correntes}{Receitas Correntes}$$

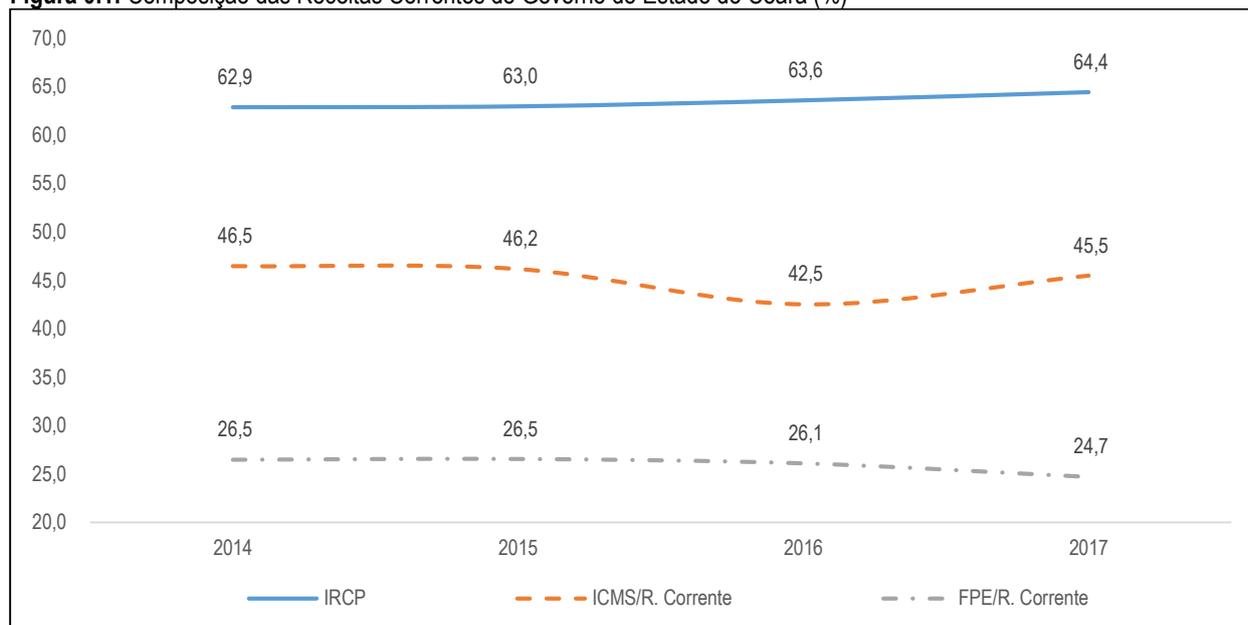
em que, IRCP é o Índice de Receitas Correntes Próprias.

Adicionalmente, considerou-se ainda a importância das receitas com ICMS nas receitas correntes $\left(\frac{100 * Receita de ICMS}{Receita Corrente}\right)$, dado que essa é a principal fonte de receita do Governo cearense e, de forma complementar, o comportamento da composição das receitas do FPE $\left(\frac{100 * FPE}{Receitas Correntes}\right)$. Os resultados obtidos são apresentados na Figura 9.1.

¹⁷ Ver: <http://www20.opovo.com.br/app/opovo/economia/2016/01/05/noticiasjornaleconomia,3556995/taxas-com-alta-de-ate-110-comecam-a-valer-no-ceara.shtml>

¹⁸ Nessa categoria são classificadas as receitas oriundas da dívida ativa, multas e juros, indenizações e restituições e depósitos judiciais.

Figura 0.1: Composição das Receitas Correntes do Governo do Estado do Ceará (%)



Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Como pode ser observado na Figura 9.1, houve um aumento na participação das receitas correntes próprias entre as receitas correntes, dado que o IRCP cresceu de 62,9%, em 2014, para 64,4%, em 2017, ou seja, o Governo cearense diminuiu sua dependência das receitas de transferências do Governo Federal para financiar seus gastos. Esse crescimento é uma decorrência tanto do crescimento das receitas com IPVA, ITCD e outras Receitas Tributárias, quanto da redução dos repasses do FPE.

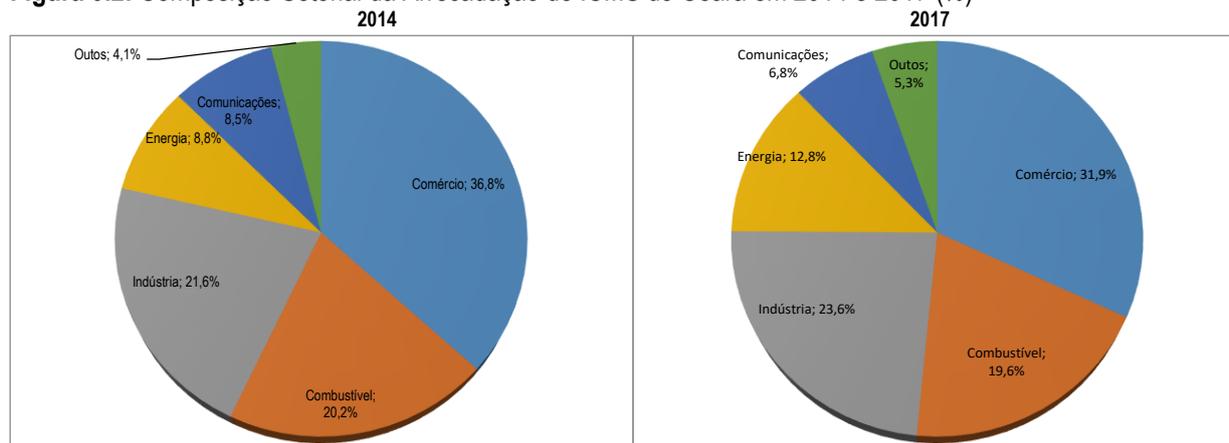
Quando se analisa a contribuição dada pela arrecadação de ICMS no comportamento do IRCP, entre 2012 e 2016, constata-se, novamente, a magnitude da importância das receitas não recorrentes em 2016. Nesse sentido, percebe-se uma significativa queda na participação do ICMS entre as receitas correntes no ano de 2016. Por outro lado, ao analisar-se a importância relativa do FPE na composição das receitas correntes do Estado, constata-se que, entre 2014 e 2015, o Fundo representava, aproximadamente, 26,5% das receitas correntes do Estado, caindo para 24,7%, em 2017.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o desempenho das receitas estaduais, em 2016, teve forte dependência de fatores não recorrentes, isto é, da arrecadação ou transferências de recursos que não deverão se repetir em um futuro previsível. Por outro lado, descontando-se os efeitos das despesas não recorrentes, constata-se que houve uma ligeira recuperação da RCL do Estado, em 2016 comparativamente a 2015, mas ela situou-se em níveis inferiores aos observados em 2014, sendo possível atribuir parte desempenho ao quadro recessivo da economia local no referido ano.

Quanto à composição da arrecadação estadual do ICMS, cujos dados são apresentados na Figura 9.2, constata-se que, tanto em 2014 como 2017 o principal setor foi o comércio atacadista e varejista, apesar da perda de participação relativa entre esses dois anos. Chama atenção, ainda, a perda de participação do setor de telecomunicações, entre os dois anos em análise, sendo isso um possível reflexo de inovações tecnológicas que afetaram o setor.

Uma última observação, quanto aos dados apresentados na Figura 9.2, é o aumento da participação de setores de energia elétrica e combustíveis na arrecadação de ICMS do Ceará de 29,0%, em 2014, para 32,4%, em 2017. Deve-se notar que, ao menos em tese, eles possuem uma menor elasticidade do consumo e que, portanto, esse aumento de participação pode estar resultando em uma piora na distribuição de riqueza do estado.

Figura 0.2: Composição Setorial da Arrecadação de ICMS do Ceará em 2014 e 2017 (%)



Fonte: Boletim Confaz. Elaboração própria.

9.3 Despesas Orçamentárias

O segundo grupo de indicadores analisado nesse capítulo referem-se aos indicadores de despesa, assim são apresentados na Tabela 9.2 os dados das despesas orçamentárias do Governo do Estado do Ceará para o período 2014 a 2017. Como pode ser observado na Tabela 9.2, as despesas orçamentárias do Governo cearense decresceram 6,7%, no período em análise, sendo possível perceber que elas tiveram a maior queda entre os anos de 2014 e 2015, recuperando-se, até 2017, sem, contudo, alcançar os patamares de 2014.

O principal componente da redução da despesa do Governo cearense foi a queda da despesa de capital que, entre os anos de 2014 e 2017, redução de 6,7%, em idêntico período a despesa corrente manteve-se, praticamente, estável, dado o tímido crescimento de 0,14%.

Entre as despesas de capital deve-se destacar o comportamento da rubrica investimentos, considerando-se o período de 2014 a 2017, constata-se que ela foi reduzidas em 41,4%. Dado esses números, é possível supor que um importante componente do ajuste fiscal do Estado, no período em análise, foi a redução da despesa de investimentos. Por outro lado, houve um considerável incremento nas despesas de amortização da dívida, que aumentou 37,1% no período.

Quanto às despesas correntes, constata-se, ainda na Tabela 9.2, que, entre 2014 e 2017, as despesas com pessoal apresentaram-se estáveis. É interessante observar que, apesar dessa estabilidade, ocorreu uma mudança considerável na composição dessa rubrica, a medida que o gasto com aposentadoria cresceu 6,5%, em todo período, e o gasto com pessoal ativo caiu 1,0%. Esse fato será abordado com mais detalhes adiante.

Os gastos com pagamento de juros cresceram, entre 2014 e 2017, 25,4%, sendo o incremento verificado entre 2014 e 2015 o mais significativo do período. Esse crescimento é decorrente de dois fatores, sendo o primeiro o incremento da dívida pública e a variação cambial no período. Por fim, resalte-se ainda o crescimento das transferências aos municípios aumentou 2,0% e para entidades privadas com e sem fins lucrativos foram reduzidas em 5,3%.

Complementando as informações constantes na Tabela 9.2, e de forma similar a análise das receitas, optou-se pela apresentação de alguns indicadores sobre o comportamento das despesas orçamentárias do Governo do Ceará. Dessa forma, foram escolhidos três grupos de indicadores para analisar a composição do gasto orçamentário do Estado: o comportamento do gasto com pessoal, como proporção da despesa corrente; a composição das despesas de capital; e o financiamento das despesas de capital do Ceará.

Tabela 0.2: Despesas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará (R\$1.000,00 de Dez/2016)

Descrição	2014	2015	2016	2017
Despesa Corrente	21.707,03	20.760,33	21.377,83	21.736,89
Despesa com pessoal	11.466,18	11.349,25	11.166,04	11.436,22
Aposentadorias, reformas e pensões	3.036,04	3.078,21	3.092,64	3.232,26
Vencimentos (Civil e Militar)	6.484,44	6.475,89	6.327,63	6.417,13
Outros	1.945,70	1.795,14	1.745,77	1.786,84
Juros e Encargos	373,97	470,60	476,42	469,03
Outras despesas correntes	9.866,88	8.940,48	9.735,36	9.831,64
Transf. a municípios	3.306,03	3.147,71	3.322,67	3.373,57
Transf. a entidades privada	1.111,38	996,21	1.043,47	1.052,02
Aplicações Diretas	4.842,36	4.273,29	4.820,17	4.693,32
Outras	607,10	523,27	549,05	712,73
Despesas de Capital	5.660,72	3.655,53	3.472,03	3.793,19
Investimentos	4.366,78	2.737,50	2.320,37	2.560,17
Amortização da dívida	748,55	782,55	904,39	1.026,33
Outras	545,38	135,48	247,27	206,69
Despesa Total	27.367,75	24.415,86	24.849,86	25.530,08

Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

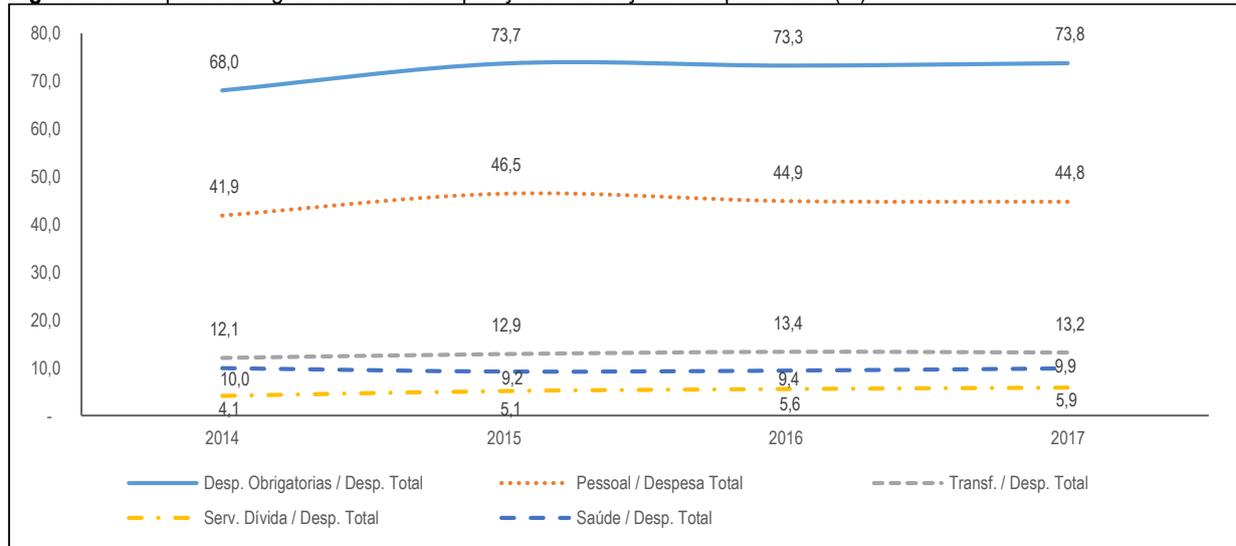
O primeiro grupo de indicadores, o da composição do gasto orçamentário, busca mensurar o nível de gasto obrigatório do orçamento do Estado, sendo considerado como obrigatórios os gastos com pessoal, juros e encargos, as transferências aos municípios e as amortizações da dívida, sendo o indicador calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Obrigatório} = 100 * \frac{\text{Dep. com Pessoal} + \text{Juros e Encargo} + \text{Transf. aos Municípios} + \text{Amort. Dívidas} + \text{Gastos Saúde}}{\text{Despesa Total}}$$

Destaque-se que dessa análise foram excluídos os gastos vinculados as receitas do Estado (notadamente as despesas com educação), pois, não foi possível identificar os gastos com pessoal dessas duas áreas, assim considerá-los levariam a uma dupla contagem do gasto. Adicionalmente foi apresentado o comportamento de cada um dos itens destacados no cálculo do indicador.

Os resultados obtidos pelo cálculo do indicador dos gastos obrigatórios são apresentados na Figura 9.3. Como pode ser observado na referida Figura a despesa obrigatória do Governo do Estado oscilou entre 68% e 74%, no período de 2014 a 2017, sendo o principal componente dessas despesas o gasto com pessoal, respondendo por 45%, em média, das despesas totais. Já as transferências aos municípios têm representado, em média, 13,0% das despesas totais. As despesas com Saúde, por sua vez, representam algo em torno de 9,7% da despesa total. Por fim, o serviço da dívida, juros, encargos e amortizações, representam, em média, 5,1% da despesa orçamentária do Ceará.

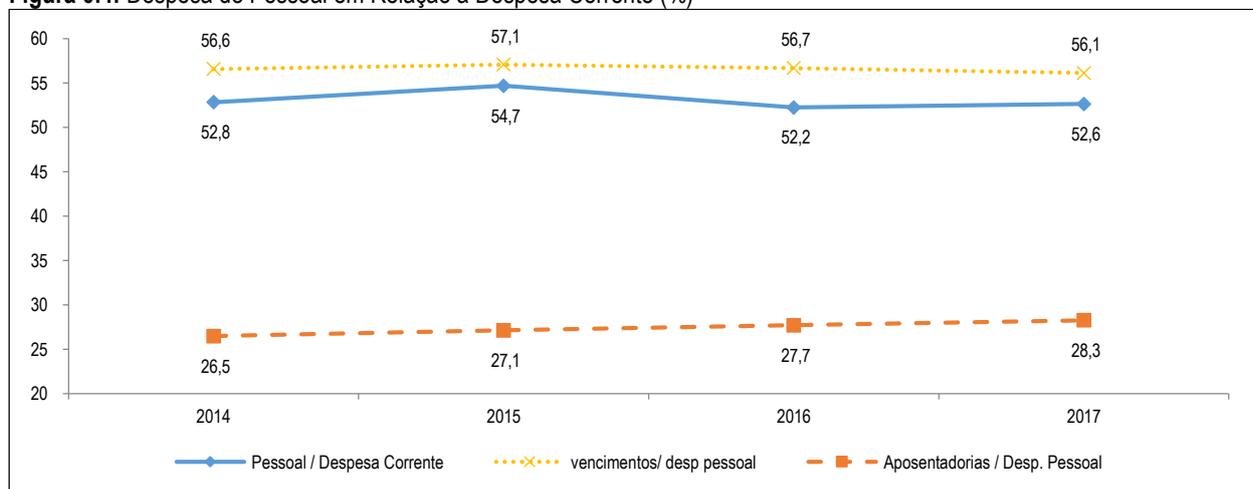
Figura 0.3: Despesas Obrigatórias e sua Composição em Relação a Despesa Total (%)



Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Quanto à despesa com pessoal, ver os dados da Figura 9.4, observa-se que sua participação nos gastos correntes manteve-se praticamente constante, entre os anos de 2014 e 2017, haja vista que sua participação oscilar entre 56,1% e 57,1% das despesas correntes do Estado. Entretanto ao analisar-se a composição do gasto com pessoal, verifica-se que está havendo uma mudança nas participações relativas, dado que houve uma redução nos gastos com vencimentos de pessoal ativo, notadamente entre 2015 e 2017, e um crescimento no gasto com o pagamento de aposentadorias. Assim observa-se, na Figura 9.4, que a despesa com vencimentos declinou de 54,7% da despesa com pessoal, em 2015, para 52,6%, em 2017. Já a despesa com aposentadorias cresceu de 26,5% das despesas com pessoal, em 2014, para 28,3%, em 2017.

Figura 0.4: Despesa de Pessoal em Relação a Despesa Corrente (%)

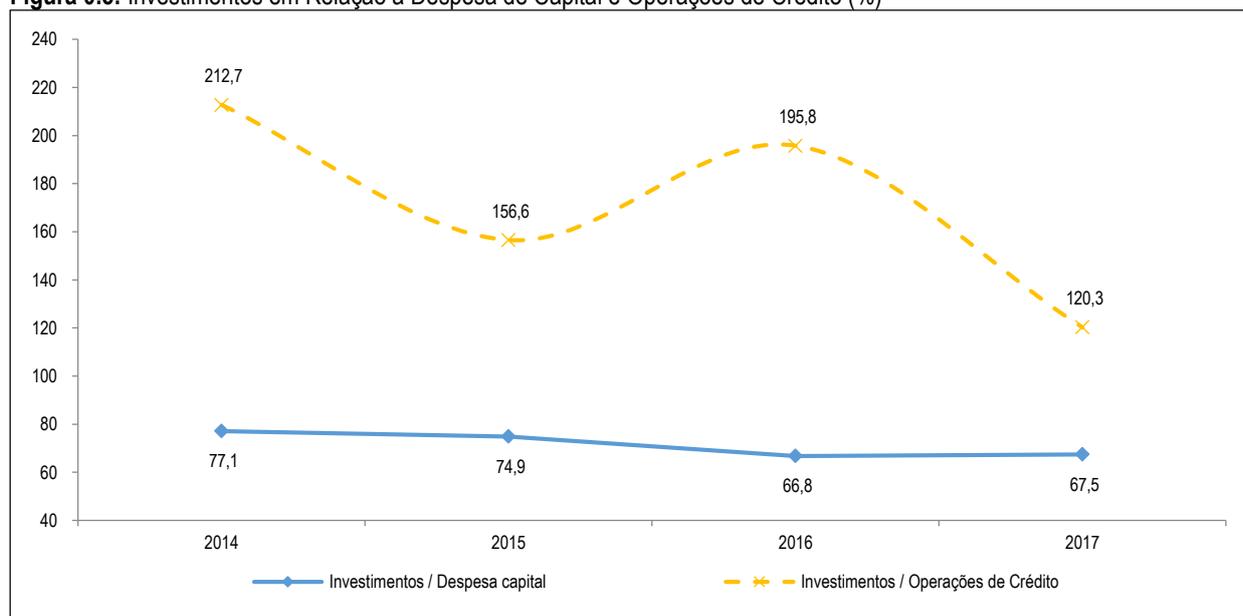


Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

É interessante observar que essa mudança da composição no gasto com pessoal pode representar uma importante pressão de despesas para o Governo estadual, dado que se adota no regime previdenciário do Estado o sistema de repartição, para os servidores que entraram até o ano de 2013, quando foi adotada a segregação de massas, ou seja, a contribuição daqueles que estão na ativa financiam o pagamento dos proventos dos aposentados e, caso ocorram, *déficits* previdenciários devem ser cobertos pelo Tesouro Estadual.

O terceiro grupo de indicadores dos gastos orçamentários permite analisar a composição dos gastos de capital $\left(\frac{100 \cdot \text{investimentos}}{\text{Despesas de Capital}}\right)$ e como está sendo financiado os investimentos realizados pelo Estado $\left(\frac{100 \cdot \text{Investimentos}}{\text{Operações de Crédito}}\right)$, os dados são apresentados na Figura 9.5. Como pode ser observado na referida Figura as despesas com investimentos responderam, no período em análise, por cerca de 73,0% da despesa de capital do Estado. Já seu financiamento, em 2014, ocorreria principalmente com recursos próprios do Estado, já que eles correspondiam a 212% do valor das operações de Crédito do Estado¹⁹. Entretanto, em 2017, observa-se que a realização de investimentos estava mais dependente da obtenção de recursos de terceiros, dado que os investimentos, nesse ano, correspondiam a 120% das operações de crédito.

Figura 0.5: Investimentos em Relação a Despesa de Capital e Operações de Crédito (%)



Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

9.4 Indicadores da LRF²⁰

O terceiro grupo de indicadores fiscais analisados nesse capítulo são aqueles elencados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que são os limites com gasto de pessoal, os gastos com o serviço da dívida e o limite de endividamento do Estado. Assim, na Figura 9.6, são apresentados tanto a despesa líquida com pessoal como sua proporção relativamente a RCL do Estado.

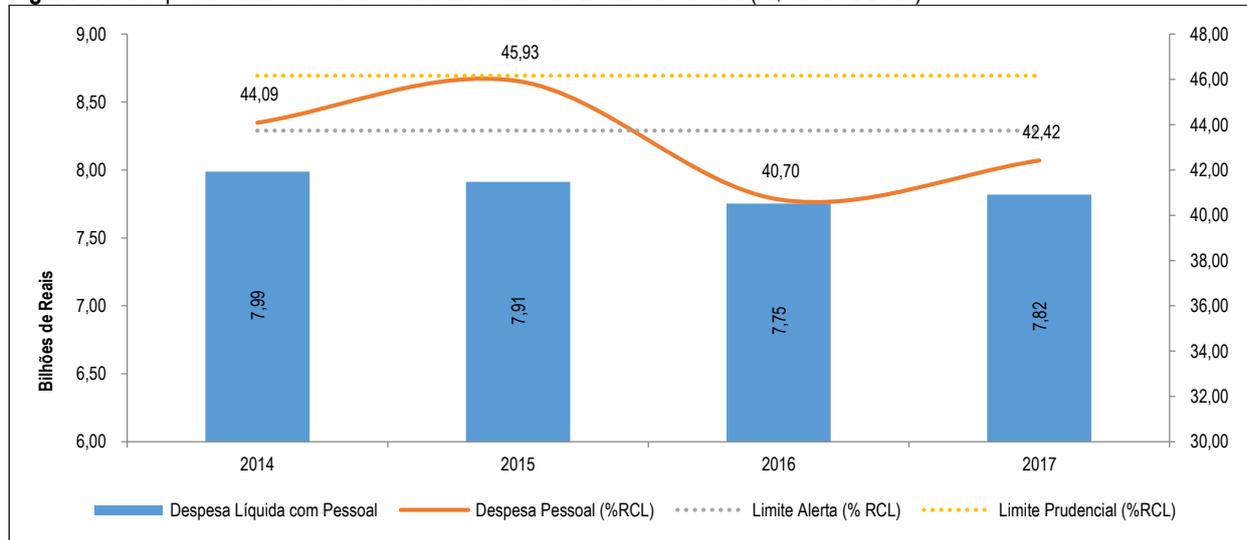
Como pode ser observado na Figura 9.6, a despesa líquida com pessoal do Poder Executivo Estadual caiu entre os anos de 2014 e 2016, e cresceu no ano de 2017, quando foi de, aproximadamente, R\$7,8 bilhões. Por outro lado, quando se considera sua proporção com relação à RCL, observa-se um crescimento até o ano de 2015, quando atingiu o patamar de 45,9% da RCL, reduzindo até atingir o patamar de 42,4%, em 2017. Nesse sentido, constata-se que a despesa líquida com pessoal ultrapassou, em 2014, seu limite de alerta e, em 2015, aproximou-se do limite prudencial.

¹⁹ Uma interpretação alternativa para esse indicador é que para cada R\$212,00 de despesas com investimentos houve R\$ 100,00 de operações de crédito. Quanto maior esse indicador menor seria a dependência de recursos de terceiros para realizar investimentos.

²⁰ Não foi incluída nessa análise as despesas com pessoal dos poderes legislativo e judiciário pois elas não estavam disponíveis nem no site da SEFAZ-Ce nem no da Secretária do Tesouro Nacional.

Quanto ao comportamento da despesa líquida de pessoal, relativamente a RCL, em 2016, deve-se mencionar que esse resultado foi consequência de dois fatos, sendo o primeiro o significativo incremento da RCL por receitas não recorrentes, que foi mencionado acima. O segundo fato foi a não concessão de reajuste salarial para os funcionários servidores públicos estaduais em 2016, como a inflação acumulada pelo IPCA, em 2015, foi superior a 10% compreende-se, facilmente, que manutenção do valor nominal dos salários em 2016 contribuiu de forma significativa para a redução da despesa com pessoal nesse ano.

Figura 0.6: Despesa com Pessoal do Poder Executivo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2016)

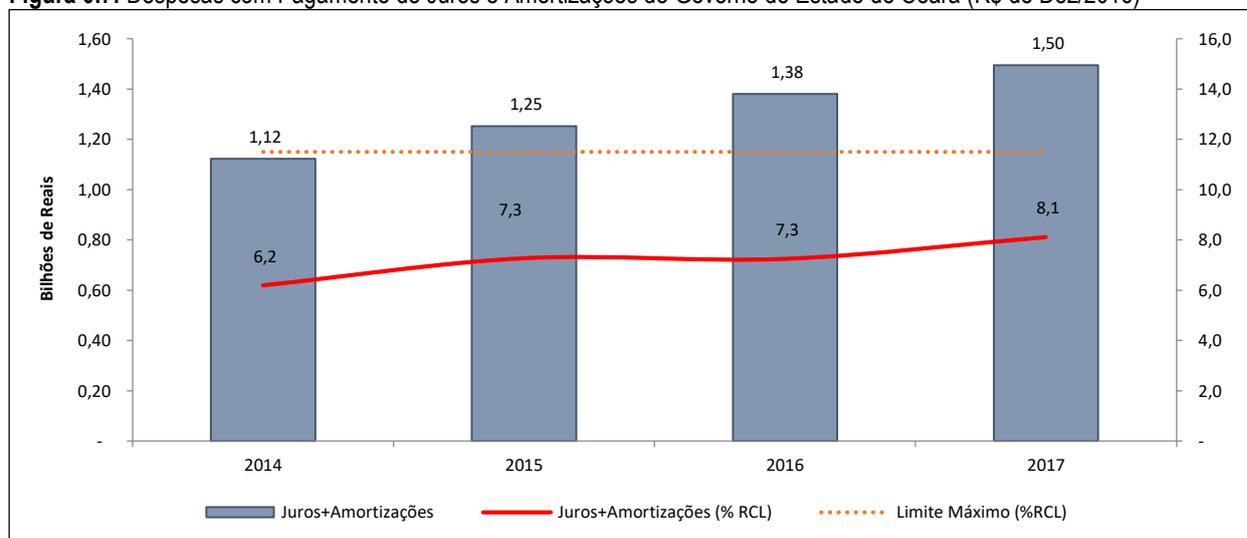


Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

O segundo indicador analisado é o comprometimento anual com pagamentos de juros, encargos e amortizações da dívida consolidada, cujo limite foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL. Como pode ser constatado na Figura 9.7, essa despesa alcançou valor máximo, de 8,1% da RCL, no ano de 2017, tendo apresentado tendência de crescimento nos anos em análise. Quanto aos valores pagos, contata-se o crescimento do pagamento das amortizações entre os anos de 2014 e 2017, quando foram desembolsados R\$ 1,5 bilhão.

De uma forma geral, pode-se afirmar que a despesa com juros e amortizações estão bem distante do limite estabelecido pela Resolução do Senado, sendo parte de seu crescimento decorrente do aumento da dívida consolidada do Estado, que será analisada a seguir.

Figura 0.7: Despesas com Pagamento de Juros e Amortizações do Governo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2016)

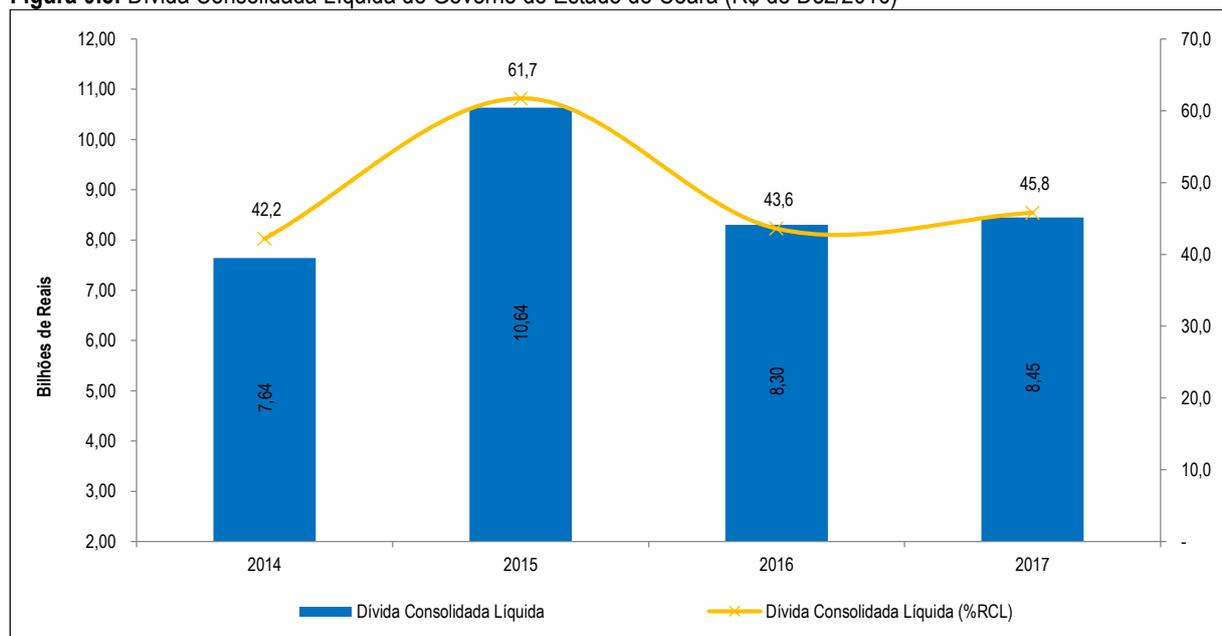


Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

Por fim, o último indicador analisado, a dívida consolidada líquida do Estado, observa-se, pela inspeção da Figura 9.8, que ela cresceu de 42,2% da RCL, em 2014, para 45,8% da RCL, em 2017, sendo reduzida, em 2016, para 43,6%. Como o limite, estabelecido na LRF, é de 200% da RCL constata-se que o Estado possui capacidade de expandir sua dívida pública e, como observado anteriormente, garantir recursos para a realização de investimentos pelo Governo estadual. Quanto ao valor da dívida consolidada líquida, observa-se que ela era de R\$7,6 bilhões, em 2014, e aumentou para R\$8,5 bilhões, em 2017.

Relativamente à redução da dívida consolidada líquida, em relação à RCL, em 2016, deve-se notar que o crescimento da RCL, nesse ano, devido as receitas não recorrentes influenciou nesse resultado, assim não se pode atribuir esse decréscimo apenas a queda da dívida consolidada.

Figura 0.8: Dívida Consolidada Líquida do Governo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2016)



Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o cenário econômico do Brasil durante o período de 2014 a 2017, percebe-se que apesar do Brasil ter passado por um período de crise entre os anos de 2014 e 2016, vem demonstrando sinais de retomada de crescimento em 2017. Ano em sua economia mostrou um desempenho positivo de seu Produto Interno Bruto (PIB), de 1,3%. Embora esse desempenho seja ainda considerado modesto, mas o mesmo indica que o setor produtivo nacional ainda possui folego para superar o período de recessão vivenciado nos anos de 2015 e 2016.

Esse quadro de retomado do crescimento pode ser capitado por alguns sinais que compõem a conjuntura econômica nacional, como: crescimento do setor Agropecuário em de 14,2% e pelo crescimento de 0,6% do setor de Serviços, redução do déficit primário do setor público brasileiro, melhoria do mercado de trabalho com redução dos níveis de desemprego e aumento da massa salarial, melhoria do índice de confiança do consumidor e do empresário industrial, redução e controle da inflação, diminuição da taxa básica de juros – SELIC, disponibilidade de crédito mais barato, incremento na formação bruta de capital fixo, aumento dos investimentos realizados pelos empresários.

No entanto, apesar de o cenário econômico e institucional brasileiro ter se mostrado mais favorável em 2017, frente ao período de recessão vivenciado pelo Brasil no período desde o segundo semestre de 2014 e o segundo semestre de 2016, ainda existem muitos desafios a serem vencidos pelo país para que sua economia cresça e se desenvolva com maior vigor, como por exemplo a buscar pelo reequilíbrio de suas contas públicas, ajuste tributário e fiscal, melhoria de sua legislação trabalhista, aumento do grau de abertura comercial no mercado internacional e a criação de um ambiente de interno capaz de manter elevado os níveis de confiança dos consumidores e dos empresários.

O período de queda do PIB do Ceará, verificada nos anos de 2015 e 2016, foi influenciado pelo forte desequilíbrio fiscal do Governo Federal, pelo alto nível de endividamento das famílias, bem como pelo baixo nível de confiança das empresas em relação ao comportamento da economia brasileira, o que levou a diminuir fortemente o nível de investimento privado. Soma-se a política monetária restritiva, de aumento da taxa de juros, para o controle da inflação, que tem tornado o crédito mais caro. Estes fatores provocaram principalmente uma diminuição no nível de consumo das famílias, gerando uma desaceleração no crescimento do setor de serviços, o qual é o setor de maior participação no PIB do Ceará.

O período analisado compreende anos com chuvas abaixo da média no Ceará, afetando a maioria das atividades do setor agropecuário. O estado é um dos mais vulneráveis a seca, apresentando reduções nas produções bem mais intensas do que a média do Nordeste. Enquanto que para o Brasil predomina o setor primário em áreas mais favoráveis, com destaque para a produção de milho, soja e atividades pecuárias.

A escassez de água, as condições de solo e clima afetaram a produção de várias culturas, principalmente as lavouras de sequeiro, como milho, feijão. Em 2017, as condições climáticas foram mais favoráveis, tendo proporcionado o melhor resultado dentre os anos analisados. Assim, em 2017 a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou recuperação, quando todos os estados do Nordeste voltaram a registrar crescimento na produção.

As frutas também foram prejudicadas com a falta de chuvas, pois agravou o nível de água dos reservatórios do Ceará, comprometendo a liberação de água para os perímetros irrigados. Dentre as principais frutas produzidas no estado, abacaxi, melão, melancia, e maracujá foram as que tiveram maiores reduções na quantidade produzida. Em 2017, mesmo com precipitação em torno da média, a maioria das culturas de frutas também registraram queda na produção. As frutas que apresentaram aumento em 2017 foram castanha de caju, banana, goiaba registraram aumento, comparado com o ano de 2016.

Com relação à pecuária cearense, observou-se uma redução no rebanho bovino, suíno e ovino em 2017 comparado com 2014, enquanto que caprino e galináceos apresentaram um leve aumento nesse mesmo período. Não houve aumento dos rebanhos em 2017 com relação ao ano de 2016, indicando que, à exceção de galináceos, os demais rebanhos precisam de mais tempo para retomar o crescimento.

A produção de leite apresentou bom desempenho, em virtude de avanços tecnológicos utilizados para o aumento da quantidade e qualidade do leite. Já a produção de tilápia foi fortemente afetada pela escassez de água nos açudes; a produção de camarão também registrou queda em consequência de problemas na criação.

É importante ressaltar que essa irregularidade das chuvas é uma característica própria do semiárido do Nordeste, onde 93% do território do Ceará estão inseridos nesse clima. Por esta razão é essencial que o estado possua uma política de gestão de água bem fundamenta nesses longos períodos de seca de forma a amenizar maiores danos causados pela insuficiência de água, ratificando a importância da transposição do Rio São Francisco e a incorporação de práticas sustentáveis na produção, principalmente no que diz respeito à água, com eficiência do processo de produção.

Em relação a indústria de transformação foi possível observar que o estado do Ceará elevou sua participação nacional, alcançando 1,7%, em 2017, contra 1,6% em 2013. Considerando o grupo das atividades principais, a participação passou para 2,4% da respectiva produção nacional no último ano contra 2,3% em 2013. As atividades locais que registram um maior destaque em nível nacional são Couros e Calçados, com participação de 18,7%, Vestuário (7,7%), Têxteis (4,4%) e Máquinas e aparelhos elétricos (3,0%).

No tocante ao setor de serviços cearense foi possível destacar que a atividade de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio foi o segmento que apresenta a maior parte do montante da receita operacional líquida do setor de serviços. De 2014 a 2017 sua participação manteve-se praticamente estável saindo de 29,4% em 2014 para 29,5% no ano de 2015. Em 2016, a participação do segmento tinha atingido o menor valor com 28,4%.

Em relação a atividade produtiva de comércio foi possível observar que a atividade de comércio nacional e nordestina apresentou queda de quantidade e valor nas cinco variáveis observadas. Todavia, o comércio cearense apresentou crescimento no número de unidades locais com receita de revenda, no valor da margem de comercialização em empresas comerciais e no valor total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais, e queda no valor total da receita bruta de revenda de mercadorias e no contingente de pessoas ocupadas em empresas comerciais na comparação dos anos de 2014 e 2017.

Apesar do incremento de 184 novas unidades locais com receita de revenda, as empresas comerciais cearenses registraram uma redução de R\$ 375,4 milhões em valor de receita bruta de revenda de mercadorias, mas um aumento de R\$ 571,2 milhões na margem de comercialização e um aumento de R\$ 140,7 milhões em gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais, mesmo diante uma redução de 3.291 pessoas ocupadas.

Como resultado, a atividade de comércio cearense ganhou participação nacional e regional em todas as cinco variáveis estudadas. Em relação ao país, o maior ganho de participação ocorreu principalmente na margem de comercialização de empresas comerciais, seguido pela receita bruta de revenda de mercadorias, número de unidades locais com receita de revenda, gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais e por fim, pessoal ocupado em empresas comerciais.

Já em relação a região Nordeste, o maior ganho de participação também ocorreu na margem de comercialização de empresas comerciais, seguido pelo número de unidades locais com receita de revenda,

receita bruta de revenda de mercadorias, pessoal ocupado em empresas comerciais e por fim, gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais.

Ao se analisar os dados de abertura para as atividades que formam o comércio no estado do Ceará foi possível notar que as empresas de comércio varejista ganharam participação em quatro das cinco variáveis estudadas. A única perda foi observada no número de unidades locais com receita de revenda apesar do incremento de vinte e oito unidades.

A variável que as empresas de comércio varejista apresentou maior incremento de participação foi na margem de comercialização em empresas comerciais, seguida pela receita bruta de revenda de mercadorias, depois por Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais e por fim, no total de pessoal ocupado.

As empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas enfrentaram sérios problemas no período com forte redução no valor da receita bruta de revenda de mercadorias.

Por fim, as empresas de comércio atacadista registraram as maiores perdas de pessoal ocupado e na margem de comercialização.

Em suma, enquanto as empresas de comércio varejista aumentaram suas vendas no período de crise, as empresas de comércio de vendas de veículos, peças e motocicletas e as empresas de comércio atacadista tiveram suas receitas fortemente comprometidas neste período, com a margem de comercialização e pessoal ocupado sendo bastante afetadas no segundo caso.

Em relação ao comércio exterior foi possível notar que a corrente de comércio do Brasil, apresentou queda em 2017, quando comparado com 2013, a redução ocorreu tanto pelo lado das exportações como das importações. Enquanto que o Nordeste e Ceará apresentaram queda em 2017, quando comparado com 2013, puxada pelas importações, pois as exportações cresceram. O fluxo de comércio exterior foi mais intenso para Brasil e Nordeste e menos para o Ceará.

O comportamento das exportações cearenses de 2017 foi bastante influenciado pelas exportações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), visto que nesse primeiro momento tem sua produção voltada totalmente para a venda externa, além de ter sido o primeiro ano fechado das exportações da empresa. A participação das exportações cearenses no total do Brasil, bem como no total do Nordeste, aumentou nos anos de 2016 e 2017.

Verificou-se que a pauta de produtos exportados corresponde a mais de 50% por produtos metalúrgicos. A lista dos principais países de destino mudou bastante também devido as exportações de produtos metalúrgicos, pois países com pouca representatividade na relação de comércio com o Ceará passaram a ficar entre os dez maiores, a citar México, Turquia e Coréia do Sul.

Pelo lado das importações, constatou-se que a participação do Ceará no total das importações do Brasil e Nordeste registrou crescimento em 2016, mas em 2017 voltou ao patamar inferior ao ano de 2015. Vale ressaltar que em 2016 as importações cearenses foram consideradas atípicas, pois houve um grande volume de compras de máquinas e equipamentos para a instalação da CSP.

Com a crise econômica as indústrias cearenses reduziram a produção, tornando os custos mais elevados para produzir. A desvalorização cambial também afetou as exportações cearenses, tornando os preços mais altos. Esses fatores tornaram os produtos nacionais menos competitivos no mercado internacional. Ressalta-se as indústrias de calçados e couros e peles as mais afetadas. O crescimento das exportações cearenses foi puxado fortemente pelas vendas dos produtos metalúrgicos que sozinho ultrapassou US\$ 1 bilhão.

Em relação ao mercado de trabalho foi possível notar a aceleração da taxa de desemprego cearense, seguindo a trajetória da taxa de desemprego nacional, passando a registrar dois dígitos a partir do primeiro trimestre de 2016. Nota-se que a partir do primeiro trimestre de 2017, quando essa taxa alcançou seu pico, reverteu-se a trajetória ascendente da taxa de desemprego nas duas dimensões, finalizando com 11,1% no Ceará e com 11,8% no Brasil no último trimestre do referido ano.

Por fim, as receitas orçamentárias do Governo do Estado do Ceará foram afetadas de forma significativa pela crise econômica iniciada no ano de 2014, dada a sua queda no ano de 2015. É interessante observar que a recuperação, verificada no ano de 2016, foi causada por fatores não recorrentes, repatriação de receitas e arrecadação do ITCDI, tendo a atuação do governo um papel menor.

Já no ano de 2017 fizeram-se presentes mais medidas políticas do poder público estadual, como a elevação de alíquotas do IPVA e ICMS e do programa de recuperação fiscal lançado em junho e julho de 2017.

Já pelo lado das despesas, constatou-se que os ajustes afetaram, principalmente, as despesas de capital, notadamente os investimentos, fato esse justificado, entre outros fatores, por uma maior rigidez nos gastos com pessoal e da eleição para governador no ano de 2014. Quanto aos investimentos, pode-se destacar que eles estão sendo cada vez menos financiados por recursos próprios.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (Bacen / Boletim / BP). Taxa de câmbio nominal.** Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38389>>. Acessado em: 18/11/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>>. Acessado em: 14/11/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acessado em: 14/11/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1: Módulo Público.** Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sqspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acessado em: 11/11/2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acessado em: 11/11/2019.

CERQUEIRA, Bráulio Santiago. **Política fiscal, demanda agregada, crescimento e crise: o investimento federal e o investimento da Petrobras no período 2003-2015.** IE-UFRJ DISCUSSION PAPER: TD 027 – 2016. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>>. Acessado em: 11/11/2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Índice de confiança do empresário industrial (ICEI): Geral.** São Paulo: CNI. 2019.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice de confiança do consumidor (ICC).** São Paulo: Fecomércio SP. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC - dezembro de 2017.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2017_dez.pdf>. Acesso em: 07/11/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais, 4º tri/2017 - Indicadores de Volume e Valores Correntes, outubro/dezembro 2017.** Rio de Janeiro. IBGE. 2017. 41 pg. (Contas Nacionais Trimestrais, 4º tri/2017).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Carta de conjuntura: Julho-setembro/2016 - Juros.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161125_cc32_juros.pdf>. Acessado em: 14/11/2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Carta de Conjuntura - 2017 - 4º Trimestre - nº 37.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31527&Itemid=3>. Acessado em: 05/11/2019.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança comercial: Janeiro-dezembro 2017.** MDIC: Secretaria de Comércio Exterior. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano/2-uncategorised/3056-balanca-comercial-janeiro-dezembro-2017>>. Acessado em: 05/11/2019.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. **Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais Evolução dos Gastos Públicos Federais no Brasil: Uma análise para o período 2006-15.** Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/analise->

[economica-dos-gastos-publicos-federais/relatorio_gasto_publico_federal_site.pdf](#)>. Acessado em: 12/11/2019.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2017**. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2018, número 15. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/269444/RAD+2017/73b6e764-0a77-4c99-9f79-3a3d9e7c5c1f>>. Acessado em: 14/11/2019.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Resultado do Tesouro Nacional: Resultado Fiscal do Governo Central - Estrutura Nova (Jan/1997-Set/2019)**. STN. 2019. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acessado em: 13/11/2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. IPECE Conjuntura. Fortaleza, v. 4, n. 04. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. IPECE Conjuntura. Fortaleza, v. 5, n. 04. 2016.

PAIVA, W. L. Indústria In: CAVALCANTE, A. L. (ORG). Indicadores Econômicos do Ceará 2016. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p.37-43, 2018.

PAIVA, W. L. A Indústria de Transformação Cearense em 2015. Enfoque Econômico nº 137. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Ipece Conjuntura, v. 2, n. 04. Fortaleza: IPECE. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Ipece Conjuntura, v. 3, n. 04. Fortaleza: IPECE. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Ipece Conjuntura, v. 6, n. 04. Fortaleza: IPECE. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Produto Interno Bruto: PIB do Ceará na Ótica da Produção – 2010-2014, n. 01. Fortaleza: IPECE. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Produto Interno Bruto: PIB do Ceará na Ótica da Produção e da Renda – 2015, n. 03. Fortaleza: IPECE. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Produto Interno Bruto: PIB do Ceará na Ótica da Produção e da Renda – 2016, n. 04. Fortaleza: IPECE. 2019a.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Produto Interno Bruto: PIB do Ceará na Ótica da Produção e da Renda – 2017, n. 05. Fortaleza: IPECE. 2019b.

ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo

Quadro 6: Grupamentos do Índice de Atividades Turísticas – IATUR

Descrição	CNAE 2.0
Alojamento e Alimentação	Hotéis e Similares; Outros Tipos de Alojamento Não Especificados Anteriormente; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Serviços Ambulantes de Alimentação; Serviços de <i>Catering</i> , Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada.
Atividades Culturais e de Recreação e Lazer	Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares; Criação Artística; Gestão de Espaços para Artes Cênicas, Espetáculos e Outras Atividades Artísticas; Atividades de Exploração de Jogos de Azar e Apostas; Parques de Diversão e Parques Temáticos; Atividades de Recreação e Lazer Não Especificadas Anteriormente.
Trens Turísticos, Teleféricos e Similares	Trens Turísticos, Teleféricos e Similares.
Transporte por Navegação Interior de Passageiros	Transporte por Navegação de Travessia.
Transporte Aéreo de Passageiros	Transporte Aéreo de Passageiros Regular; Transporte Aéreo de Passageiros Não Regular
Transporte por Navegação de Travessia	Transporte por Navegação de Travessia
Transportes Aquaviários Não Especificados	Transportes Aquaviários Não Especificados Anteriormente.
Locação de Automóveis Sem Condutor	Locação de Automóveis Sem Condutor.
Agências de Viagens e Operadoras Turísticas	Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas e Outros Serviços de Turismo Não Especificados Anteriormente
Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipal, Interestadual e Internacional	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob Regime de Fretamento e Outros Transportes Rodoviários Não Especificados Anteriormente

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.